**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR**
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA-NCT**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CLÁUDIA PINHEIRO NASCIMENTO**

# CENÁRIOS DA PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA DE PORTO VELHO

Porto Velho - RO
2009

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR**
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA-NCT**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CLÁUDIA PINHEIRO NASCIMENTO**

# CENÁRIOS DA PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA DE PORTO VELHO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Amazônia e Política de Gestão Territorial

Linha de Pesquisa: Gestão do Território.

Porto Velho-RO
2009

Ficha Catalográfica

N244c NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro.

Cenário da produção espacial urbana de Porto Velho. / por Cláudia Pinheiro Nascimento. – Porto Velho, Rondônia, 2009.
214 f. ;il. ; tabelas. ; gráficos.

Dissertação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, 2009.

Orientador: Profº Dr. Carlos Santos.

1. Geografia Urbana. 2. Urbanização. 3. Amazônia. 4. Cenários. 5. Porto Velho. 6. Rondônia.

CDU: 910.27

**Bibliotecário Responsável:**
Edson Rodrigues Cavalcante
CRB 11/677

Cláudia Pinheiro Nascimento

# FOLHA DE APROVAÇÃO

CENÁRIOS DA PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA DE PORTO VELHO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR como parte dos requisitos para o Título de Mestre.

Área de Concentração: Amazônia e Política de Gestão Territorial.

Linha de Pesquisa: Gestão do Território.

**Banca Examinadora**

_____

PROF. DR. CARLOS SANTOS - ORIENTADOR

_____

PROF.ª DRA. MARIA ADÉLIA DE SOUZA

_____

PROF. DR. NILSON SANTOS

**Ao meu grande Amor;**

Maurício Silva que esteve ao meu lado em toda a minha caminhada geográfica.

# Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus que me permitiu viver em Porto Velho, me sustentando em todas as adversidades que enfrentei me fazendo enxergar as belezas deste lugar e me auxiliando através do seu Santo Espírito para que mais essa etapa fosse vencida em minha vida.

Ao meu querido e estimado orientador Professor Carlos Santos primeiramente pela confiança depositada em mim desde o início e pelas orientações, nos intermináveis sábados a noite que contribuíram muito para a construção dessa dissertação e para o aprimoramento do meu conhecimento Geográfico.

Ao meu marido Maurício Silva, por ter me proporcionado vir pra Porto Velho, realizar um grande sonho que era conhecer a Amazônia, a sua paciência, as suas contribuições, as correções e indicações feitas ao meu trabalho.

A Professora Maria Adélia que se propôs a participar desta banca de defesa de mestrado e pelas suas contribuições ao meu trabalho.

Ao Professor Nilson Santos pelas contribuições a este trabalho desde a banca de qualificação.

Aos meus pais que mesmo longe me incentivaram a continuar quando a situação estava crítica acreditando no meu potencial.

E as minhas queridas Josefina e Evita pelo companheirismo e pelas alegrias que me possibilitaram passar sem ao menos saberem o que estavam fazendo.

## RESUMO

A urbanização de Rondônia, assim como a que ocorreu em outras regiões da Amazônia ocidental, aconteceu, sobretudo, em função dos desdobramentos dos processos de integração da Amazônia. Sendo assim, a análise do processo de ocupação e urbanização de Porto Velho precisa levar em consideração os desdobramentos do crescimento econômico brasileiro e seus reflexos na Amazônia. Como forma de especificar o processo de urbanização de Porto Velho partiu-se de uma análise global, onde são tratados os aspectos referentes ao inicio do processo de urbanização no mundo, o comportamento deste processo nos países subdesenvolvidos, com ênfase nos países Latino-Americanos, a urbanização no Brasil, seus desdobramentos na Amazônia e suas características na cidade de Porto Velho. O processo de urbanização de Porto Velho caracteriza-se como atípico, pois apresenta características de diferentes processos de urbanização do mundo, desdobrando-se em um fenômeno diferenciado dentro da perspectiva urbana. Com o intuito de levantar as especificidades da urbanização de Porto Velho, foi proposto neste trabalho uma leitura dos cenários do processo de urbanização a partir da divisão em três períodos que compreende a Porto Velho Extrativista, a Porto Velho dos Projetos de Colonização e a Porto Velho atual. Esta releitura foi realizada a partir da reunião de diferentes informações que incluem revisão bibliográfica, levantamento de dados estatísticos, de fotografias e imagens de satélite. O Objetivo se concentrou em mapear a dinâmica de construção do processo de urbanização de Porto Velho como instrumento de mudança para que as políticas públicas aplicadas passem a estar em consonância com as necessidades locais.



Palavras Chaves: Urbanização, Amazônia, Porto Velho, Cenários.

**ABSTRACT**

The urbanization of Rondônia, and that occurred in other regions of the western Amazon, happened, especially in line of the developments of the integration processes of the Amazon. Thus, the analysis of the process of Porto Velho urbanization and occupation to take into account the ramifications of economic growth and its consequences for the Brazilian Amazon. As a way to specify the process of urbanization of Porto Velho left is an overall analysis, which are dealt with aspects related to the start of the process of urbanization in the world, the behavior of this process in developing countries, with emphasis on Latin American countries, urbanization in Brazil, its developments in the Amazon and its characteristics in the Porto Velho city. The process of Porto Velho urbanization is characterized as atypical, as has characteristics of different processes of urbanization in the world, unfolding in a different phenomenon in the urban perspective. In order to raise the specific features of Porto Velho urbanization was proposed in this paper a discussion of the scenarios of the process of urbanization from the division into three periods that comprise the Extractive Porto Velho, Porto Velho of Projects for Colonization and Current Porto Velho. This reading was done from the meeting of different information including literature review, survey of statistical data, photographs and satellite images. The objective focused on mapping the dynamics of the process to the urbanization construction in Porto Velho as an instrument of change to public policy will be implemented in line with local needs.

Keywords: Urbanization, Amazon, Porto Velho, Scenarios.

**SUMÁRIO**


| Título | pg. |
|---|---|
| Lista de Figuras | 11 |
| Lista de Quadros | 13 |
| Lista de Diagramas | 14 |
| Índices e Abreviaturas | 15 |
| Apresentações | 16 |
| Introdução | 21 |
| CAPÍTULO I | |
| 1. – História do nascimento das cidades | 23 |
| 1.1 – Aldeia/Cidade | 23 |
| 1.2 – Transição da cidade antiga para a Moderna | 24 |
| 1.2.1 – O papel da industrialização | 29 |
| 1.3 – Desdobramentos do Processo de Urbanização nos Países: Desenvolvidos versus Países Subdesenvolvidos | 32 |
| CAPÍTULO II | |
| 2. - A Urbanização na América Latina | 41 |
| CAPÍTULO III | |
| 3. – Urbanização do Brasil | 51 |
| 3.1 - Introdução | 51 |
| 3.2 – Histórico do processo de Urbanização Brasileira | 55 |
| 3.3 – A Industrialização como indutora de um novo período da Urbanização brasileira | 61 |
| CAPÍTULO IV | |
| 4. – Urbanização da Amazônia | 72 |
| 4.1 – Histórico de Ocupação da Amazônia | 72 |
| 4.2 – Mecanismos utilizados para garantir a ocupação da Amazônia | 81 |

| | |
|---|---|
| 4.3 – A Urbanização da Amazônia | 88 |
| 4.4 – A ocupação efetiva da Amazônia e os projetos de colonização | 92 |
| CAPÍTULO V | |
| 5. – Cenários do processo de Urbanização de Porto Velho | 97 |
| 5.1 - Introdução | 97 |
| 5.1.1 – Constituição do Estado de Rondônia | 98 |
| 5.1.2 – Localização do Estado de Rondônia | 100 |
| 5.2 – Constituição do Município de Porto Velho/RO | 101 |
| 5.2.1 – Localização do Município de Porto Velho | 102 |
| 5.3 – Porto Velho Extrativista | 103 |
| 5.4 – Porto Velho dos Projetos de Colonização | 147 |
| 5.4.1 – Os projetos de colonização em Rondônia e as políticas implantadas | 148 |
| 5.4.2 – Os projetos de colonização e a construção da cidade de Porto Velho | 154 |
| 5.5 – Porto Velho Atual | 168 |
| 5.5.1 – A Condição de Porto Velho neste período | 168 |
| 5.6 – Evolução da Mancha Urbana | 190 |
| 5.6.1 – A evolução do período de 1976 a 2008 | 195 |
| 5.6.2 – Zona Central | 197 |
| 5.6.3 - Zona Norte | 199 |
| 5.6.4 – Zona Leste | 201 |
| 5.6.5 – Zona Sul | 203 |
| CONCLUSÕES | 205 |
| BIBLIOGRAFIA | 208 |
| ANEXOS | 211 |

## LISTA DE FIGURAS


| Figura | Descrição | pg. |
|---|---|---|
| 01 | Croqui de localização da cidade de Porto Velho | 102 |
| 01 | Trabalhador Hindu 1909-1910 | 110 |
| 03 | Trabalhadores em acampamento ao longo da Ferrovia 1909-1910 | 111 |
| 04 | Grupo de Seringueiros ás margens do Rio Madeira 1909-1910 | 111 |
| 05 | Navios Cargueiros atracados no Cais de Porto Velho 1909-1910 | 112 |
| 06 | Croqui da divisão Territorial da República Federativa do Brasil | 114 |
| 07 | Vista Panorâmica de Porto Velho 1910 | 115 |
| 08 | Aspecto interno da lavanderia a vapor em Porto Velho 1909-1910 | 116 |
| 09 | Casal Norte-Americano em sua residência em Porto Velho 1909-1910 | 117 |
| 10 | Estrada de seringueira a 99 km a Oeste da divisa de Rondônia – Acre | 122 |
| 11 | Casa de seringueiros a caminho de Porto Velho | 122 |
| 12 | Usina São Domingos Beneficiamento da borracha Guaporé S/A em Porto Velho | 123 |
| 13 | Industrialização da borracha em Porto Velho | 123 |
| 14 | Agência do banco de crédito da Amazônia antigo banco da borracha | 124 |
| 15 | Galinheiro da colônia 13 de Setembro em Porto Velho | 126 |
| 16 | Pés de pimenta-do-reino na colônia dos Japoneses em Porto Velho | 127 |
| 17 | Caminhão esperando ser carregado para levar a produção da colônia de Iatá para Porto Velho | 128 |
| 18 | Panorama Parcial da cidade de Porto Velho – 07/03/1950 | 132 |
| 19 | Construção do Palácio do Governo – Década de 1950 | 133 |
| 20 | Fórum de Porto Velho – Década de 1950 | 133 |
| 21 | Construção do Porto Velho Hotel – Década de 1950 | 134 |
| 22 | Cine teatro Resky em Porto Velho – Localizado na Praça Marechal Rondon – Década de 1950 | 134 |
| 23 | Garimpo em Rondônia - 1968 | 138 |

| | | |
|---|---|---|
| 24 | Perfurações do garimpo em Rondônia – 1968 | 138 |
| 25 | Pista de um pequeno aeroporto do garimpo de Rondônia – 1968 | 139 |
| 26 | Casa dos trabalhadores do garimpo em Rondônia | 140 |
| 27 | Casa de palha dos trabalhadores do garimpo em Rondônia | 140 |
| 28 | Comércio da cidade de Porto Velho – 1960 | 141 |
| 29 | Desmonte hidráulico do material fluvial derivado do granito para a extração da cassiterita na lavra Santa Barbara em Rondônia | 142 |
| 30 | Croqui dos assentamentos no estado de Rondônia | 153 |
| 31 | Grupo Barão de Solimões – Década de 1950 | 161 |
| 32 | Construção do Instituto Dom Bosco em Porto Velho – Década de 1950 | 162 |
| 33 | Instituto Maria Auxiliadora em Porto Velho | 163 |
| 34 | Colégio de Freiras em Porto Velho | 163 |
| 35 | Vista aérea parcial de Porto Velho – Década de 1970 | 164 |
| 36 | Bairro Nossa Senhora das Graças em Porto Velho – 1968 - Casas de Palha e Madeira | 165 |
| 37 | Casas no Morro do Triângulo em Porto Velho – 1968 | 166 |
| 38 | Bairro Caiari - 1970 | 167 |
| 39 | Vista Panorâmica da cidade de Porto Velho – Década de 1980 | 177 |
| 40 | Imagem de Satélite apresentando as quatro zonas | 192 |

## LISTA DE QUADROS


| Quadro | Descrição | pg. |
|---|---|---|
| 01 | Vilas e Cidades (Criadas) | 57 |
| 02 | Números de municípios do Brasil em 1890 à 1930 | 58 |
| 03 | População Presente (1890 – 1920) | 59 |
| 04 | Capitais de Estados Escolhidos: Evolução Demográfica 1872 – 1940 | 60 |
| 05 | Produção da borracha entre os anos de 1901 à 1911 | 76 |
| 06 | Ramo das atividades principais por sexo segundo os municípios | 129 |
| 07 | Modalidade de exploração segundo os municípios | 130 |
| 08 | Área dos estabelecimentos distribuída pela utilização segundo os municípios | 130 |
| 09 | Condição dos estabelecimentos segundo os municípios. | 131 |
| 10 | Domicílios particulares segundo algumas características | 135 |
| 11 | População Rural e Urbana segundo os municípios e distritos | 137 |
| 12 | Domicílios particulares e permanentes por instalação e utilidades existentes por município | 159 |
| 13 | Domicílios particulares e permanentes por instalação e utilidades existentes por município | 160 |
| 14 | Domicílios segundo abastecimento de água - 1980 | 171 |
| 15 | Domicílios segundo a utilização de energia elétrica – 1980 | 172 |
| 16 | Domicílios segundo equipamento usado - 1980 | 172 |
| 17 | Setor de atividade e sexo segundo as messoregiões, microrregiões e municípios | 173 |
| 18 | Mão-de-obra segundo setor de atividade de dependência e condição de atividade | 174 |
| 19 | Mão-de-obra segundo setor de atividade de dependência e condição de atividade | 174 |
| 20 | Mão-de-obra segundo setor de atividade de dependência e condição de atividade | 175 |
| 21 | Distribuição da mão-de-obra segundo as atividades – Prestação de Serviços | 179 |
| 22 | Distribuição da mão-de-obra segundo as atividades – Comércio de mercadorias | 180 |
| 23 | Distribuição da mão-de-obra segundo as atividades – Prestação de Serviços | 181 |

| | | |
|---|---|---|
| 24 | Distribuição de mão-de-obra segundo as atividades – Indústria de Transformação e Industria Civil | 182 |
| 25 | Recursos do PAC dirigidos ao município de Porto Velho no ano de 2008 | 188 |
| 26 | Estimativas de repasse do PAC até o ano de 2016 | 189 |
| 27 | Satélites do Programa Landsat | 190 |
| 28 | Imagens utilizadas na evolução da mancha urbana | 191 |
| 29 | Bairros divididos por localização e área (Km²) | 193 |
| 30 | Evolução do avanço da mancha urbana | 195 |
| 31 | Evolução do avanço da mancha urbana – Área Central | 197 |
| 32 | Evolução do avanço da mancha urbana – Zona Norte | 199 |
| 33 | Evolução do avanço da mancha urbana – Zona Leste | 201 |
| 34 | Evolução do avanço da mancha urbana – Zona Sul | 203 |


## LISTA DE DIAGRAMAS


| Diagrama | Descrição | pg. |
|---|---|---|
| 01 | Linha do tempo na transição da cidade | 24 |

## ÍNDICES E ABREVIATURAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

CAETA - Companhia Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré

ESG – Escola Superior de Guerra

FIEBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NUAR – Núcleo Rural de Apoio Urbano

PAC – Projeto de Assentamento Dirigido

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PND – Programa Nacional de Desenvolvimento

POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização para a Amazônia

SESP – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

## APRESENTAÇÕES

A região Amazônica vem sofrendo um grande impacto social e ambiental, evidenciado com mais intensidade nas últimas quatro décadas, através de um processo de ocupação pseudo-planejada, pois consistia na única forma de acumulação rápida de capital através da incorporação econômica acelerada da última fronteira brasileira.

O Estado de Rondônia foi um dos estados mais intensamente explorados durante este período, levando o poder público, nas suas mais diversas esferas, a tomar ações rápidas, muitas vezes sem sucesso, para a preservação deste patrimônio nacional.

As maiores repercussões e manifestações da implantação das políticas que nortearam o Estado de Rondônia ocorreram na cidade de Porto Velho, capital do Estado, que em muitos momentos constituiu-se como o centro destas políticas e em outros sofreu as conseqüências indiretas.

Neste contexto este trabalho apresenta uma análise espacial da evolução urbana de Porto Velho levando em consideração o fato de que a cada momento histórico, os elementos mudam o seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial, e que em cada um destes momentos, o valor de cada um dos elementos deve ser tomado levando em consideração a sua relação com os demais elementos e com o todo.

A análise supõe uma nova periodização para o processo de urbanização de Porto Velho, levando em consideração as suas raízes nos períodos da história nacional, considerada em suas relações com a história mundial.

Dentro desta perspectiva tratou-se o espaço segundo a definição de Milton Santos (2008:63):

> "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá".

Estes sistemas de objetos e ações interagem, onde os sistemas de objetos condicionam a forma que vão acontecer estas ações e, de outro lado o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou sobre os já existentes. Esta é a dinâmica que o espaço interage e se transforma.

Como forma de analisar a dinâmica de interação e construção do espaço de Porto Velho, levando em consideração os fatores internos e externos presentes na sua estruturação, será proposto neste trabalho uma nova periodização para a construção dos cenários do espaço urbano de Porto Velho, que contemplem o tempo e a escala, assim como a forma, a estrutura e a função.

Considera-se o espaço em uma evolução permanente. Evolução resultante de fatores externos e de fatores internos.

Segundo Santos (1982:51) "o espaço é uma realidade objetiva, um produto social e um subsistema da sociedade global, uma instância".

Sendo assim sua análise supõe a construção de uma epistemologia genética do espaço geográfico, fundada no fato de que as mudanças históricas conduzem a mudanças paralelas na organização do espaço.

Dentro deste contexto trabalharam-se as mudanças históricas que participaram da construção e da organização do espaço de Porto Velho, mostrando como estas mudanças aconteciam como forma de garantir a manutenção das políticas externas e internas.

Para assegurar uma visão global dinâmica e concreta foram consideradas as categorias de *tempo* e de *escala.* E para levar em conta os aspectos formais e de estrutura do espaço em geral e do sistema urbano foram consideradas as noções de *estrutura, função*, *forma, processo e tempo*.

Estas noções estão no centro da interpretação da evolução e do presente espaciais de Porto Velho. Sendo considerados paralelamente a sociedade, os processos de sua evolução, as atividades atualmente localizadas no espaço e os objetos de que essas atividades dependem, ou seja, as formas, analisadas através do seu aspecto material e de seus atributos técnicos e sociais.

As análises das estruturas e dos sistemas espaciais foram realizadas segundo três princípios determinados por Santos (1985): 1.O princípio da ação externa, 2. O intercâmbio entre subsistemas ou subestruturas, que permite falar da evolução interna do todo, uma evolução endógena, e 3.Uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente, evolução que é igualmente interna e endógena.

Segundo Milton Santos (1982), o estudo da evolução interna de cada estrutura se deve principalmente a uma de suas subestruturas (o núcleo-motor)[1], a qual por seu comportamento passa a ter um papel de liderança sobre a estrutura considerada por um todo. Todavia, através do conjunto de subestruturas de comando, o todo se reproduz em cada uma de suas estruturas e em cada um dos seus subsistemas.

Segundo Santos (1985) a cada momento histórico a combinação de elementos como comportamento demográfico, grau de modernização, organização dos transportes, o nível de industrialização, os tipos de atividades e relações que matem com os grupos sociais envolvidos, a criação e a retenção local do valor adicionado, a capacidade local para guardar uma maior ou menor parcela da mais-valia gerada, o grau de distribuição de renda entre os produtores, os efeitos diretos ou indiretos da modernização sobre a política, a sociedade, a cultura, e a ideologia nos dá o nível de urbanização e a sua geografização nos dá o padrão de distribuição das cidades, a forma da sua rede urbana, assim como o perfil urbano de um país, ou seja, o tamanho respectivo das cidades dentro de um subsistema.

Segundo Santos (1985), a compreensão da organização espacial bem como sua evolução somente se torna possível mediante interpretação do processo dialético entre forma, estrutura, processo e funções através do tempo. Sendo o Espaço social um conjunto composto de forma, estrutura, processo e função.

A importância das formas está na compreensão da evolução da sociedade global, sendo a condição para que a história se faça, as formas antigas permanecem como herança das divisões do trabalho do passado e as novas formas surgem como exigência para o funcionamento da nova divisão do trabalho.

> "Por isso, a todo momento se criam novas formas para responder as necessidades precisas e novas, ao mesmo tempo em que as velhas formas mudam de função, dando lugar àquela nova geografia construída sobre velhos objetos de que falava *Kant*. Assim, as formas não têm as mesmas significações ao longo da história universal do país, da região, do lugar". (Santos, 1985:42)

[1] "O conjunto de subestruturas que dispõe dessa força de comando –o chamado núcleo motor- é responsável pela evolução da totalidade". (Santos, 1982:28)

As formas, porém evoluem ao longo do tempo histórico onde ocorre a sucessão de fatos, responsáveis pela acumulação dos fatores que constroem as formas que compõem o espaço.

Segundo Santos (1982), tempo e espaço conhecem um movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente tempo é sucessão, enquanto espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos.

Partindo da escala Macro tratou-se do processo de transição da aldeia/cidade, partindo para o inicio do processo de Urbanização na Europa, que teve como indutor a industrialização, as diferenças entre a urbanização nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o processo industrialização nos países da América Latina, partindo para sua manifestação no Brasil, suas especificidades na Amazônia e seus desdobramentos em Porto Velho.

Dentro desta perspectiva a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de urbanização de Porto Velho, partindo das realidades dos processos de urbanização estabelecidos, demonstrando os pontos que se aproximam e os que divergem.

A análise propõe levar em consideração as categorias de escala e tempo, com o intuito de assegurar uma visão global e mais próxima da realidade, assim como as noções de estrutura, forma e função contribuíram para a construção do espaço geográfico e para o sistema urbano de Porto Velho.

A construção do processo de urbanização de Porto Velho se deu a partir de uma proposta de periodização dos cenários que compõem este espaço, através da análise dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações que fizeram parte da construção desta realidade.

A construção dos sistemas de ações se deu a partir da análise da história da cidade, a relação da população com o espaço, as atividades desenvolvidas, o papel da economia e da política. Os sistemas de objetos foram construídos pela análise da infra-estrutura vigente em cada período, seu papel no desenvolvimento da região e sua influência para a implantação das realidades futuras.

Para a construção do sistema de objetos e sistema de ações utilizou-se como artifícios mapas, imagens de satélite, dados históricos e estatísticos

tendo como fonte principal o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e os arquivos documentais do Estado.

## INTRODUÇÃO

Contemplando a proposta inicial que era iniciar uma análise do global para o local, o primeiro capítulo trata da transição da aldeia para a cidade, da transição da cidade antiga para a moderna e os elementos envolvidos neste processo, aonde foi utilizado como referencial teórico Lewis Mumford e David Harvey. Trata-se ainda neste primeiro capítulo uma discussão acerca dos desdobramentos sobre o processo de urbanização nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos onde inicia a contribuição do Geógrafo Milton Santos, que é utilizado como referencial teórico durante todo o transcorrer do trabalho.

O segundo capitulo vai iniciar uma discussão acerca do processo de urbanização nos países da América Latina, utilizando Milton Santos como referencial teórico e o terceiro capítulo vai tratar dos desdobramentos do processo de urbanização no Brasil, a partir de uma comparação entre as idéias de Milton Santos e Paul Singer.

O quarto capítulo trata do processo de urbanização da Amazônia, sua inserção dentro das políticas econômicas internacionais e nacionais além dos planos e projetos envolvidos. Foram utilizados como referencial teórico Roberto Lobato Corrêa e Bertha Becker.

E o último capítulo inclui a análise do Processo de Urbanização de Porto Velho, que carrega várias características de todos os processos analisados, mas comporta-se de maneira completamente diferente, visto a forma como as relações se manifestaram frente a realidade existente.

Para tal foi proposto uma construção do cenário urbano de Porto Velho considerando três períodos primordiais;

1º Período – Denominado Porto Velho Extrativista compreendendo a época que vai desde a implantação dos núcleos missionários no Rio Madeira no século XVII até a década de 1960, passando pelos diversos ciclos de exploração extrativista e pela implantação de diversos projetos relacionados à infra-estrutura.

2º Período – Denominado Porto Velho dos Projetos de Colonização compreende a época dos Projetos de Colonização nas Terras do interior do estado, as políticas implantadas e seus reflexos para a cidade de Porto Velho.

Compreende o período que vai desde a década de 1960, passando por todo o processo de implantação e desenvolvimento do governo militar na década de 1970, chegando à década de 1980.

3º Período – Denominado Porto Velho Atual compreende o período que vai desde a década de 1980 até os dias atuais. Caracteriza-se, sobretudo pela implantação de planos econômicos que visam a resolução de problemas sociais e ambientais deixados pela implantação dos ciclos de exploração anteriores, assim como a implantação da exploração do Ouro no Rio Madeira e a transposição do Território Federal do Guaporé a categoria de Estado.

Dentro deste período foi trabalhada a evolução da mancha urbana de Porto Velho desde o ano de 1976 até o ano de 2008, a partir de imagens do satélite Landsat, onde a cidade de Porto Velho foi dividida em quatro regiões, central, norte, sul e leste e analisado cada região ano a ano, o surgimento dos bairros e a expansão do perímetro urbano. Esta análise teve como função principal confirmar a influência dos diferentes processos envolvidos na urbanização de Porto Velho e o crescimento do perímetro da cidade.

A conclusão do trabalho buscou levantar como se deu o processo de urbanização de Porto Velho, suas especificidades e suas contribuições para o espaço atual, além de argumentações sobre a continuidade da implantação das mesmas políticas na região.

# CAPÍTULO I

## 1. HISTÓRIA DO NASCIMENTO DAS CIDADES

### 1.1 Aldeia/Cidade

A transformação de uma aldeia em cidade esteve associada principalmente a transposição da manutenção da sobrevivência, quando as comunidades deixaram de se preocupar com as questões primordiais de reprodução e nutrição.

> "A cidade surgiu como um emergente definido na comunidade paleoneolítica um emergente no sentido definido em que Lloyd Morgan e William Morton Wheeler usaram aquele conceito. Na evolução emergente, a introdução de um novo fator não faz apenas aumentar a massa existente, mas produz uma transformação geral, uma configuração que altera, suas propriedades". (Mumford, 2004:34)

Dentro desta perspectiva, ocorre um salto dentro da cultura da aldeia onde os antigos componentes da aldeia foram transportados ao novo plano e incorporados na nova unidade urbana, graças à ação de novos fatores de forma que promoveu transformações e desenvolvimento.

Essas transformações foram acompanhadas por mudanças no inconsciente coletivo, os deuses familiares locais que constituíam a base da formação das aldeias foram substituídos pelos distintos deuses celestiais ou terrenos identificados pelos fenômenos naturais.

A principal característica da ascensão das cidades foi à reorganização de funções que estavam até ali dispersas, reunindo-as em uma área limitada. O que antes se encontrava separado agora passa a se concentrar em uma área, fato que possibilitou uma nova organização espacial e social.

Sendo assim, a cidade se revelou não simplesmente um meio de expressar o poder sagrado e secular concretamente, expressou também todas as dimensões da vida. Iniciou por expressar o cosmos, um meio de representação do céu e da terra, a cidade passou a ser o símbolo do possível, alimentando o imaginário humano de que seria possível alcançar essa forma de organização.

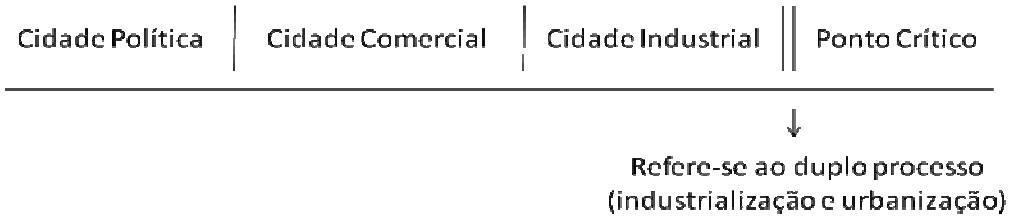
As condições para a transformação da cidade foram as profundas modificações no modo de produção, nas relações campo-cidade, nas relações de classe e de propriedade e não apenas os processos globais relativamente contínuos relacionados com o crescimento da produção material no decorrer do tempo, com suas conseqüências nas trocas.

A cidade ao longo do tempo sofreu mudanças na sua forma, na sua estrutura e na sua função, segundo o modo de produção dominante e as relações sociais criadas pelo mesmo.

## 1.2 Transição da cidade antiga para a Moderna

Segundo Lefebvre (1969) traçando uma linha da esquerda para a direita no diagrama 01, partindo do zero de urbanização, da inexistência da cidade, onde temos a predominância da vida agrária, da produção agrícola, do campo até a urbanização completa, onde se encontra a absorção do campo pela cidade com a predominância completa da produção industrial pela agricultura temos o seguinte gráfico.

*Diagrama 01 – linha do tempo na transição da cidade*




*Fonte: Lefebvre (1969)*

Perto da origem encontramos a cidade política, mantida e organizada sobre o modo de produção asiático que organiza uma vizinhança agrária, dominando-a. Essa cidade era povoada por sacerdotes, guerreiros, príncipes, nobres, chefes militares, mas também por administradores e escribas.

A cidade política não pode ser considerada sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobrança de taxas, que foi o que permitiu a sua consolidação, ela também comporta artesanatos e trocas como forma de propiciar os materiais indispensáveis para a guerra.

Segundo Lefebvre (2004), a cidade política, administra, protege, explora um território freqüentemente vasto, dirige os grandes trabalhos agrícolas - drenagem, irrigação e construção de diques. Ela reina sobre um determinado número de aldeias, a propriedade do solo pertence eminentemente ao monarca, símbolo da ordem e da ação. Os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de impostos.

A inserção da figura do monarca fez surgir uma nova relação com a terra, esta antes pertencia ao trabalhador que vivia e retirava seu sustendo dela, agora seu domínio está atrelado ao rei e sua posse somente se efetiva a partir do pagamento de impostos, esse fato está associado a uma nova forma de organização política e social e que repercute em uma nova organização do espaço.

A troca e o comércio aumentam inicialmente associados aos estrangeiros, pessoas excluídas da cidade política, fator responsável para que o processo de integração do mercado e da mercadoria à cidade dure séculos.

> "A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro)". (Lefebvre, 2004:22)

Segundo Lefebvre (2004), é apenas no ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram na cidade. Surge então a cidade mercantil, aproximadamente no século XIV na Europa Ocidental, onde a troca comercial torna-se função urbana ou urbanística, fruto da nova estrutura do espaço urbano.

Ocorreu neste momento a sobreposição da cidade política pela cidade comercial, com uma nova arquitetura que traduz a nova concepção de cidade. Em torno do mercado, tornado essencial, agrupa-se a igreja e a prefeitura. A praça do mercado torna-se central ela sucede a praça de reunião.

A forma espacial atrelada a esse período está associada principalmente a arquitetura e a forma como ocorre a disposição dos principais símbolos da cidade, que agora passam a ser não mais os associados à figura do rei, mas

ao comércio que passa a ser o fator responsável pela nova configuração da cidade e dos símbolos que norteiam as relações sociais que ali se estabelecem.

> "Deve-se notar que a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas, das pessoas, da troca. Ele se ornamente dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a liberdade". (Lefebvre, 2004:22)

Neste momento, no Ocidente europeu, a cidade deixa de ser como uma ilha num oceano camponês, a mão-de-obra do campo passa para o mercado urbano. Desde esse momento, a sociedade não mais coincide com o campo, o Estado reúne o campo sobre a sua hegemonia, a primazia camponesa é substituída pela prioridade urbana.

> "O que se passa próximo a esse momento crucial? As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo instala-se a mediação essencial: a realidade urbana". (Lefebvre, 2004:24)

Segundo Lefebvre (2004), durante esse período nasce a imagem da cidade, calcada na sua própria escrita: o plano, uma combinação entre a visão e a concepção, obras de arte e de ciência que mostram a cidade a partir do alto e de longe em perspectiva, ao mesmo tempo pintada, representada, descrita geometricamente.

Essa inversão de sentido não pode ser dissociada do capital comercial, da existência do mercado, onde a produção agrícola recua diante da importância da produção artesanal e industrial. É a cidade comercial implantada na cidade política mais prosseguindo rumo à cidade industrial.

Na Europa Ocidental, este ponto crítico de passagem da cidade comercial para a cidade industrial, se situa por volta do século XVI, com o surgimento da cidade industrial, onde a realidade urbana anterior perde seus traços que lhe eram atribuídos - totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecedora, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais - e passa a ser constituída com os signos do urbano na dissolução da urbanidade tornando-se o ponto principal da circulação. Inicia o

período em que a sociedade urbana anuncia um novo tempo, a cidade em expansão se prolifera, produto dos subúrbios invade o campo.

> "A cidade industrial procede e é responsável pela zona crítica, pois o processo duplo "industrialização-urbanização" produz um duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro)". (Lefebvre, 1969:70)

O campo passa a não mais se constituir a forma mais importante de organização social, mas agora é invadido pela cidade que estabelece uma relação de interação-modificação ao mesmo tempo, quando retira sua mão de obra e a recoloca nas cidades.

As oportunidades geradas pela indústria fazem surgir uma corrente migratória para a região de sua implantação, mão-de-obra saída do campo, que ao se estabelecer nessas regiões não mais estabelecem as organizações sociais do campo calcadas na produção agrícola, pois sua força de trabalho estava agora voltada para o trabalho industrial, que gerou uma nova forma de organização social, onde seria necessário o surgimento de uma classe responsável pela manutenção da vida desses trabalhadores que iria se dar na forma de compra e venda de produtos.

O crescimento da produção industrial sobrepõe o crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento engloba desde o escambo ao mercado mundial, a troca simples entre os indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos.

Surge a partir daí a substituição do valor de uso pelo valor de troca:

> "A palavra VALOR, é preciso observar, tem dois significados diferentes; algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado 'valor de uso' e o outro 'valor de troca'. As coisas de grande valor de uso têm, freqüentemente, pequeno ou nenhum valor de troca; e, ao contrário, as de grande valor de troca têm, freqüentemente, pequeno ou nenhum valor de uso". (Adam Smith, *The Wealth os Nations*, 1776:28 *apud* Harvey, 1980:131)

Segundo Harvey (1980:130), Marx nos capítulos iniciais de O Capital detalha o significado destes conceitos dentro do capitalismo. Sua exposição inicia, aceitando que cada mercadoria tem um duplo aspecto de expressão na sociedade capitalista burguesa, o valor de uso e o valor de troca. Ele afirma

que um valor de uso tem valor somente em uso, e realiza-se no processo de consumo, servindo diretamente como meio de existência.

O valor de troca associa-se a uma relação quantitativa, a proporção pela qual os valores de uso são trocados por outros. Sendo que sua criação ocorre devido ao processo social de aplicação do trabalho necessário para obter os objetos naturais que visam criar mercadorias apropriadas ao consumo, ou seja, para o uso do homem.

A teoria de Marx consiste em colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética entre si, utilizando a forma que eles assumem como mercadoria.

> "A mercadoria, contudo, é a unidade direta do valor de uso e do valor de troca, e ao mesmo tempo é mercadoria somente em relação a outras mercadorias. *O processo de troca* de mercadorias é relação *real* que existe entre elas. Esse é o processo social desempenhado pelos indivíduos independente uns dos outros, mas eles somente tomam parte nele como possuidores de mercadorias (...). A mercadoria é um valor de uso, mas como mercadoria, ela em si simultaneamente *não* é valor de uso. Não seria mercadoria se fosse valor de uso para seu possuidor; isto é, meio direto para a satisfação de suas próprias necessidades. Para seu possuidor e, ao contrário, *não valor de uso,* que é meramente o depositário físico do valor de troca ou simplesmente *meio de troca*. O valor de uso como ativo portador de valor de troca torna-se meio de troca. A mercadoria é valor de uso para seu possuidor somente na medida em que é valor de troca. A mercadoria, por isso, tem ainda que se tornar valor de uso (...) um valor de uso para outros, desde que não é valor de uso para seu possuidor, deve ser valor de uso para outros possuidores de mercadorias. Se não é este o caso, então o trabalho gasto nela foi trabalho inútil, e o resultado, conseqüentemente, não é mercadoria (...). Para tornar-se valor de uso, a mercadoria deve encontrar a necessidade particular que ela possa satisfazer. Assim, os valores de uso das mercadorias tornam-se valores de uso por uma troca mútua de lugares: eles passam das mãos para as quais elas eram meios de troca, para as mãos dos quais elas servem como bens de consumo. Somente como resultado da alienação universal de mercadorias, então o trabalho contido nelas torna-se trabalho útil (...). Para tornarem-se mercadorias com valores de uso elas devem ser inteiramente alienadas; devem entrar no processo de troca; a troca, contudo, é relacionada meramente com seu aspecto, com valores de troca. Daqui que, somente se realizando como valores de troca podem elas realizar-se como valores de uso". (*A contribuition to the Critique os Political Economy* 41-3 *in* Harvey, 1980:133)

Essa análise somente se tornou possível a partir da revolução industrial, quando o valor de uso deixa de predominar, pois não consiste mais no meio direto de satisfação das necessidades pessoais, surgindo o valor de troca

como conseqüência do processo de industrialização que necessitava criar uma nova forma de valorização das suas mercadorias.

A troca na forma da organização social do trabalho foi um fator determinante para a transição do valor de uso para o valor de troca, os objetos materiais necessários no período anterior da revolução industrial para manutenção da vida do homem eram, sobretudo, produzidos pelos mesmos nas zonas rurais. Com o advento da industrial esta mão-de-obra rural, passa a mão-de-obra urbana, ocupando principalmente cargos operários, agora ficando a cargo de outros a produção dos produtos necessários a manutenção de sua sobrevivência. Outro fator contribuinte é a renda, que agora não está mais associada à terra, mas na forma de "capital", fator responsável pelo valor de troca.

A extensão do valor de uso e valor de troca alcança o solo e as benfeitorias urbanas que dentro do sistema capitalista assumem papel de mercadoria.

### 1.2.1 O papel da industrialização

A industrialização caracteriza a cidade moderna, e esse processo de industrialização segundo Lefebvre (1969), é sem dúvida, o motor das transformações na sociedade.

Milton Santos também atribui ao processo de industrialização a responsabilidade do processo de urbanização no mundo, onde uma presença humana torna-se cada vez mais intensa se estabelecendo nas cidades.

> "A urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial. Mais recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países subdesenvolvidos; por isso, costuma-se associar a idéia de urbanização a de industrialização. Se observarmos a população mundial que vive em cidades, constataremos uma expansão do crescimento, concomitantemente à Revolução Industrial, Em 1800, 27,4 milhões de pessoas viviam em cidades de mais de cinco mil habitantes; em 1850, eram 74,9 milhões; 218,7 milhões em 1900; e 716,7 milhões em 1950, representando, respectivamente, 3, 6, 13,6 e 29,8% da população mundial". (Santos, 2008:14)

As cidades preexistem às indústrias, porém só adquirem aspecto urbano a partir do processo de industrialização. Neste momento a cidade se distingue da cidade antiga pela presença da distinção de três fatores: a Sociedade, o Estado e a Cidade. Dentro desta perspectiva cada cidade tende a se constituir em um sistema fechado, acabado.

O surgimento das indústrias está associado à transição do modo de produção feudal para o capitalismo concorrencial. O subproduto crescente da agricultura dos feudos permite acumular riquezas, objetos, tesouros que são investidos pelos grupos dirigentes nas cidades que dominam.

Ao mesmo tempo o capitalismo comercial e bancário já se tornaram móveis à riqueza que permite as transferências de dinheiro, a propriedade agrícola não é mais a forma de riqueza dominante. As terras escapam dos feudais e passam às mãos dos capitalistas urbanos, enriquecidos pelo banco, pela usura e pelo comércio.

Temos agora um duplo processo de industrialização e urbanização, crescimento econômico e vida social, processos conflitantes que apresentam, porém, certa unicidade.

Esse complexo processo trona-se cada vez mais difícil de ser apreendido, pois a industrialização não produz somente empresas (operários, chefes), mas também estabelecimentos diversos (centros bancários, financeiros, técnicos e políticos) além de uma rede social ampla de relacionamentos.

> "Se se puser os fenômenos em perspectiva a partir dos campos e das antigas estruturas agrárias, pode-se analisar um movimento geral de concentração: da população nos burgos e nas cidades pequenas ou grandes – da propriedade e da exploração- da organização dos transportes e das trocas comerciais, etc. O que resulta ao mesmo tempo no despovoamento e na "descamponização" das aldeias que permanecem rurais perdendo aquilo que constituía a antiga vida camponesa: artesanato, pequeno comércio local. Os antigos "gêneros de vida" caem no folclore. Se se analisar o fenômeno a partir das cidades, observa-se a ampliação não apenas das periferias fortemente povoadas como também das redes (bancárias, comerciais, industriais) e da habitação (residências secundárias, espaços e locais de lazer, etc.)". (Lefebvre, 1969:16)

Esse novo sistema urbano que se desenvolveu apresenta modos de viver que comportam diferentes sistemas de objetos e valores.

Segundo Lefebvre (1969), os sistemas de objetos são a água, a eletricidade, o gás, o carro, a televisão, utensílios de plástico, mobiliário moderno. Os sistemas de valores incluem os lazeres ao modo urbano (danças e canções), os costumes, a rápida adoção da moda, a preocupação com a segurança entre outros.

Dentro dessa malha de tecido urbano, algumas áreas rurais são incorporadas, mas persistem ainda áreas isoladas, povoadas por camponeses antigos que não tem a pretensão de se enquadrar na realidade urbana, fazendo surgir segundo Lefebvre as "ilhas de ruralidade".

Os antigos centros entram de modo mais completo na troca, e no valor de troca não deixando de continuar a ter valor de uso em função dos espaços oferecidos para atividades especificas.

> "Tornam-se centros de consumo: o surgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial dá apenas uma visão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo)". (Lefebvre, 1969:17)

O surgimento das cidades não se constituiu como um processo natural, sem intenções e sem vontades, ela desenvolve classes ou frações de classes dirigentes que possuem o capital e os meios de produção, que geram não apenas o emprego do capital, como também a sociedade inteira, uma parte das riquezas na cultura, na arte, no conhecimento, na ideologia. Juntamente com os grupos sociais dominantes existe a classe operária: o proletariado que se divide em grupos conforme tendências diversas e que juntos a partir do poder concedido a cada classe criam processos para o estabelecimento e ordenamento do surgimento das cidades.

O poder econômico, político e social das classes seja ela dirigente ou dirigida não permite aceitar a idéia de surgimento de uma cidade sem intenções e vontades, estas estiveram repletas desde o inicio de direcionamentos.

Foi, sobretudo, o processo de industrialização o responsável pela quebra do padrão de organização da cidade antiga e pela implantação do processo de urbanização, que agora passa a se concentrar nas cidades.

Não foram sempre positivas as contribuições do processo de industrialização, que no curso de sua história mostrou-se a responsável pela grande maioria dos problemas sociais surgidos a partir da urbanização, processo indissociável ao seu processo de crescimento.

Porém esse fenômeno industrialização/Urbanização é muito bem caracterizado na realidade dos países desenvolvidos, sobretudo europeus onde o modo de produção feudal ocorreu na sua totalidade e permitiu a partir dos seus desdobramentos a passagem para a industrialização, criando formas espaciais específicas em virtude das características físicas e sociais que permeavam a sociedade neste período.

## 1.3 Desdobramentos do Processo de Urbanização nos Países: Desenvolvidos versus Países Subdesenvolvidos

O processo de urbanização nos países subdesenvolvidos obteve mecanismos diferenciados que levaram em conta as características de cada região, criando configurações espaciais que condiziam com a realidade existente.

Sendo assim o processo de urbanização apresentou diferenças na sua forma de manifestação nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos, porém segundo Santos (1980), é possível fazer uma análise comparativa entre as cidades dos países industrializados no período posterior a revolução industrial e as cidades dos países subdesenvolvidos no início de sua industrialização/urbanização.

Dentro desta perspectiva deve-se considerar um intervalo de quase um século entre as duas realidades, no qual somente assim seria possível estabelecer tal paralelismo, se fosse levado em consideração a idéia de que as cidades dos países subdesenvolvidos estariam passando por uma etapa já vivida pelas cidades dos países industrializados, podendo chegar em seguida a etapa posterior.

> "Somos tentados a estabelecer a mesma correlação entre a industrialização e urbanização, tanto para os países subdesenvolvidos como para os desenvolvidos. Levando-se em consideração que a revolução urbana nos países subdesenvolvidos é concomitante a sua "modernização" atual, vários autores consideram que as mesmas causas constituem a origem dos mesmos fenômenos seja qual for a época ou país". (Santos, 1980:15)

Podemos destacar pontos de contato, assim como diferenças entre as cidades dos países industrializados no inicio de sua industrialização e as cidades dos países subdesenvolvidos no momento da implantação de sua urbanização industrial.

Do ponto de vista demográfico os processos de evolução urbana foram muito diferentes nos países industrializados e nos países subdesenvolvidos.

Segundo Santos (1980:33), os países desenvolvidos no inicio da sua urbanização apresentaram uma taxa de mortalidade urbana geral e infantil muito elevada e mesmo mais elevada que a da zona rural, uma taxa de natalidade urbana menor que na zona rural, uma evolução natural negativa ou pequena e uma lenta evolução demográfica cujo ritmo se acelerou graças ao êxodo rural, além de uma taxa de mortalidade elevada devido a fome e as epidemias que apresentavam taxas muito altas.

Nos países subdesenvolvidos os aspectos relacionados à demografia apresentaram-se diferentes, com uma taxa de mortalidade geral e infantil pequena, muitas vezes menor na zona rural, e por taxas elevadas de natalidade, em alguns casos maiores que nas zonas rurais, uma evolução natural forte e um grande apelo ao êxodo rural, êxodo muitas vezes menor que o crescimento natural.

As diferenças residem, sobretudo, no fato dos países subdesenvolvidos terem se beneficiado de um conjunto de progressos técnicos e científicos alcançados pelos países desenvolvidos, em um período posterior a revolução industrial não estando presentes, porém, desde o inicio do seu processo de evolução urbana.

A revolução no domínio médico encaixa-se neste contexto, sendo praticamente contemporânea à revolução urbana nos países subdesenvolvidos e explica a grande diferença na evolução demográfica que se verifica nos

países de terceiro mundo e que a Europa conheceu no momento da revolução industrial.

Foram as facilidades de comunicação, conseqüência da revolução industrial, e dos transportes que permitiram a chegada dos progressos da medicina aos países subdesenvolvidos, responsáveis por combater certas catástrofes associadas a epidemias e a fome. Outro fator que deve ser considerado são as condições de habitação que não se apresentavam tão insalubres quanto às da Europa Ocidental do século XIX, devido aos progressos da higiene.

Sendo assim, as formas de acumulação urbana nos países subdesenvolvidos apresentaram-se muito diferentes das verificadas nos países desenvolvidos. Todos os dados e as constatações permitem explicar que as formas de crescimento urbano materializados nos países industrializados foram opostas àquelas concretizadas nos países subdesenvolvidos.

Um esquema da estrutura da economia das cidades revela as diferenças quanto às atividades urbanas, nas cidades dos países atualmente desenvolvidos encontram-se atividades manufatureiras, artesanais, comerciais, a função do comércio está associada com a importação de matérias-primas e a exportação de produtos manufaturados, já as cidades dos países subdesenvolvidos vinculam-se principalmente ao desenvolvimento de atividades artesanais, comerciais e por vezes agrícolas, o comércio, tem funções opostas das desempenhadas nos países industrializados, exportação de matéria-prima e a importação de produtos manufaturados.

Nos países subdesenvolvidos, as cidades nasceram ou foram inseridas em um contexto de urbanização industrial, ou seja, em um quadro onde a industrialização dos países desenvolvidos havia apresentado numerosas repercussões.

Atividades ligadas à eletricidade, à mecânica, à gráfica, ao petróleo encontram-se presentes desde o inicio, nas cidades dos países subdesenvolvidos, os serviços voltados ao transporte e a circulação vêm como suporte destas atividades e participam deste desenvolvimento que não se fez presente nas cidades dos países industrializados do século XIX.

Esse avanço tecnológico em que as cidades dos países subdesenvolvidos foram inseridas não permitiu a elas um avanço nos aspectos relacionados à estrutura social das suas cidades, pois desde o inicio, estas cidades tiveram sua criação vinculadas as necessidades externas sendo principalmente fornecedoras de matéria-prima.

A única característica que pode ser considerada comum entre os dois tipos de cidades (países industrializados no século XIX e países subdesenvolvidos no século XX), no momento da sua industrialização, é o subemprego reinante em ambos. O número de pessoas sem qualificação e empregadas como domésticas era tão importante nos países subdesenvolvidos como nas cidades dos países industrializados no século passado.

> "Este paralelismo pode ser explicado pelo fato de que, nos países industrializados, tanto o setor terciário quanto o secundário estavam muito divididos e, de alguma forma, pulverizados durante o período anterior e imediatamente posterior a revolução industrial. O mesmo sucedeu em relação aos transportes e às comunicações, comércio, outros serviços ou as atividades manufatureiras". (Santos, 1980:74)

O terciário dos países subdesenvolvidos, segundo Santos (1980), é em geral subprodutivo, principalmente o terciário chamado "primitivo", o que representa repercussões negativas sobre a economia global da cidade. Esse inchaço no terciário traz certo dinamismo, porém, se faz acompanhar de um nível de produtividade bastante baixo, além do que a modernização contribui para a eliminação de um grande número de empregos.

Nos países desenvolvidos a pulverização se fazia tanto no setor secundário quanto no terciário, nos países subdesenvolvidos isso ocorria no terciário. Dentro deste contexto, a concentração industrial nos países desenvolvidos levou, em seguida, a uma concentração e a uma especialização local do terciário, já nos países subdesenvolvidos essa concentração contribuiu para criar no exterior empregos no terciário de nível médio e mesmo elevado, enquanto no interior, deu origem a disseminação de um terciário de subsistência.

São nas características associadas aos processos socioeconômicos da urbanização que as especificidades se revelam, tanto nos aspectos

relacionados a evolução da população ativa, a estrutura do emprego e os relacionados a moradia.

> "Desse desequilíbrio entre população ativa e população global resulta o desequilíbrio social dos níveis de vida dentro da cidade, problema responsável por grande parte dos problemas urbanos nos países subdesenvolvidos. Desse desequilíbrio social provém as marcantes diferenças no Habitat e nos padrões de vida, as dificuldades de organização interna e até mesmo da administração municipal, em virtude da insuficiente matéria tributável". (Santos,1965:9)

Nos países desenvolvidos a evolução da população, rural diminui não apenas em termos relativos, mas igualmente em termos absolutos, este fato se explica pela evolução da economia geral e urbana no século XIX.

O aumento da quantidade de empregos na cidade em função da criação de numerosas indústrias provocou uma demanda de mão-de-obra do campo, um êxodo maciço, sendo a zona rural a responsável pela renovação e expansão das populações urbanas.

Essa evolução que se iniciou com a revolução industrial, mais tarde se faz acompanhar de um declínio do emprego agrícola, porém, esta regressão da população agrícola foi acompanhada de uma melhora rápida na produtividade que não permitiu faltar alimentos para os habitantes da cidade.

> "Em todos esses países houve, portanto, relativamente a extensão das cidades e da industrialização, uma redução muito acentuada da população rural e agrícola, esse declínio de população foi acompanhado de uma alta de produtividade que permitiu atender às crescentes necessidades dos excedentes agrícolas para alimentar os habitantes das cidades". (Santos, 1980:80)

A criação de excedente rural e agrícola foi o que permitiu a industrialização progressiva, estes progressos são também resultados do domínio dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, que forneciam matéria-prima e produtos agrícolas a preços acessíveis e que graças aos progressos dos transportes contribuíram muito para o fortalecimento da industrialização nos países desenvolvidos.

> "Nos países industrializados, a alta produtividade na indústria ocasionou um movimento paralelo na agricultura e nos serviços. Pode-se afirmar que a urbanização dos países industrializados é o resultado da diversificação das atividades, tanto urbanas quanto globais, do aumento de sua produtividade e da demanda de mão-de-obra". (Santos, 1980:82)

Processos diferentes encontramos nos países subdesenvolvidos onde a revolução demográfica herdada dos países desenvolvidos, teve como conseqüência o crescimento da população urbana e rural concomitantemente, tendo como conseqüência uma queda na produtividade do setor primário, associada a uma densidade demográfica cada vez maior, responsável pela falta de terra e interferindo na comercialização dos produtos, além de uma baixa da produtividade no setor terciário que pode ser explicada na pulverização das tarefas no conjunto dos diversos ramos da atividade.

O setor secundário fica então sem apresentar muito desenvolvimento, fazendo com que o progresso alcançado seja superficial e atrelado a problemas sociais que se fazem manifestar na população rural, que acaba se dirigindo às cidades em busca de melhores condições, inchando-as, assim como na manifestação de um setor terciário muito desenvolvido e da presença de muitos subempregados.

> "Essa população que enche as ruas e superlota "taudis" e "bidonvilles" é, em grande parte, atraída pela cidade, melhor seria dizer que expulsa, ou empurrada, por uma zona rural incapaz de sustentá-la. A cidade não dispõe de força própria, capaz de atrair população, pela força de emprego. Mas, as diferenças são tão grandes entre ela e a sua região, que o camponês vê na grande cidade a esperança de uma existência melhor ou a simples possibilidade de participar de um "standard" de vida superior". (Santos, 1965:8)

Essa busca pela cidade está associada à expulsão dos trabalhadores rurais do campo pela modernização assim como também pelo imaginário de que a cidade é o local de realização dos sonhos, onde a ascensão social pode ser possível.

Essa evasão da população do campo foi a responsável pela diminuição no setor agrícola, trazendo benefícios ao setor terciário e não ao secundário, causando assim uma evolução desigual nos setores da economia.

Segundo Santos (1980:82), a urbanização nos países subdesenvolvidos é mais uma repercussão da explosão demográfica do que uma conseqüência da industrialização.

Este decréscimo no setor industrial nos países subdesenvolvidos ocorre em razão da perda da importância do emprego artesanal, com a modernização, o setor industrial desenvolveu-se enquanto o setor das atividades diminuiu.

A explosão do setor terciário, assim como dos empregos não acompanhado pelo crescimento dos outros setores da economia, principalmente do secundário constitui a principal característica do subdesenvolvimento.

Em função do desenvolvimento do setor secundário, nos países atualmente industrializados desenvolvidos, dificilmente se encontra um terciário primitivo, vemos o surgimento de um terciário evoluído ou chamado também de quaternário que segundo Santos (1980:86), compreende as atividades de pesquisa, de alta direção e de criação, encarregadas de assegurar a aceleração do progresso e estimular o crescimento industrial. O terciário evoluído acaba por absorver o terciário não evoluído devido ao seu alto grau de especialização.

> "Enfim, o setor quaternário é encontrado quase que unicamente nos países industrializados. O setor terciário evoluído corresponde aos setores da economia ou da administração que necessitam de uma produtividade elevada ou apresentam altos níveis de salários, interessando apenas a uma pequena parcela da atividade da população". (Santos, 1980:87)

O ponto que pode ser utilizado como fundamental na diferenciação do processo de urbanização dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos é o comportamento das cidades antes da industrialização.

Quando ocorreu a revolução industrial, a cidade nos países desenvolvidos era uma entidade econômica bem inserida, segundo Santos (1980:93), já formando um todo econômico com o espaço que a rodeava, possuindo suas atividades manufatureiras distinguidas, que permitiam a existência de importações/exportações urbanas. O papel destas exportações foi de fundamental importância na medida em que garantiam a drenagem dos capitais criadores de novas atividades, além de serem responsáveis pela expansão do emprego no domínio manufatureiro e em outras áreas. Foi este crescimento urbano que permitiu não apenas um aumento na demanda final de

alimentos com também na intermediária, onde o excedente rural juntava-se ao excedente urbano.

A situação das cidades dos países subdesenvolvidos era inteiramente diferente quanto à implantação das indústrias. Segundo Santos (1980:93), as cidades não apresentavam como característica a produção manufatureira, que se apresenta ínfima, as cidades apresentam como função essencial a exportação de matéria-prima ou de produtos que sofreram uma primeira transformação, este comércio não tem como função beneficiar a cidade, muitas vezes contribuindo para o seu empobrecimento e da zona rural.

Sendo assim, as cidades dos países subdesenvolvidos foram um elo intermediário entre os países dominantes e as zonas rurais duplamente dominadas, sendo muito mais um lugar de passagem de homens, mercadorias e capitais do que um lugar de produção. Isto se associa ao fato de que nos países subdesenvolvidos as cidades têm origem externa, ou porque a urbanização tem origem interna em relação aos países ou mesmo á região.

> "Nos países industrializados, a cidade é instrumento de acumulação de recursos e de poder, enquanto que nos países subdesenvolvidos é apenas um instrumento de penetração e levantamento de riquezas". (Santos, 1980:94)

A relação com a zona rural é que vai determinar o grau de urbanização, quanto maior mais tardia se dará a urbanização do país. Nos países industrializados o acúmulo de capital permitiu o desenvolvimento das indústrias, já nos países subdesenvolvidos a acumulação de capitais não pôde estimular a industrialização, uma vez que a maior parte desse capital é reenviada aos países desenvolvidos, isso acarretou um processo de urbanização explosivo, mais localizado e seletivo que explica as diferenças no espaço nacional e regional no interior das cidades, onde as diferenças do ponto de vista espacial e social são sensíveis. Este atraso em matéria de industrialização faz com que os países subdesenvolvidos experimentem um processo de industrialização substitutivo.

Segundo Santos (1980: 96), a industrialização dos países atualmente desenvolvidos é econômica e tecnológica enquanto a dos países subdesenvolvidos caracteriza-se por uma industrialização demográfica.

> "De fato, nos países industrializados os processos econômicos predominaram sobre os demográficos e precederam sua evolução, o contrário ocorreu nos países subdesenvolvidos. As cidades dos países industrializados conheceram um crescimento através da acumulação tecnológica, enquanto nos países subdesenvolvidos essa acumulação foi principalmente demográfica. Em outras palavras: a urbanização nos países industrializados é um resultado, uma conseqüência das variações na estrutura do emprego, uma resposta as mudanças tecnológicas. Já nos países subdesenvolvidos, a urbanização, a principio demográfica contribuiu para a mudança na estrutura do emprego depois de haver impulsionado uma especialização das atividades e, por isso mesmo, uma melhoria da produtividade". (Santos, 1980:96)

A cidade nos países subdesenvolvidos aparece como algo fora da realidade histórica e econômica em que se insere, estabelecendo relações descontinuas no espaço e no tempo. O que caracteriza estas cidades é o seu papel de união entre o mundo industrial que lhe compra produtos, brutos ou que tenha recebido uma primeira separação e o mundo rural que fornece essas matérias-primas e, em troca recebe produtos manufaturados.

## CAPÍTULO II

## 2. A URBANIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

As características referentes à concentração metropolitana na América Latina têm raízes históricas profundas. Grande parte das atuais áreas metropolitanas da América Latina corresponde a antigos agrupamentos que já apresentavam desde o período colonial superioridade política e econômica, além de constituírem os principais núcleos de concentração de população.

Segundo Santos (1982:72), na América Latina é possível distinguir três modelos históricos de organização do território;

1. O primeiro compreende o período que vai até o inicio do segundo período da Revolução Industrial por volta de 1870;
2. O segundo período terminaria na Segunda Guerra mundial;
3. O terceiro se confundiria com o período atual.

Cada um desses modelos históricos compreenderia submodelos geográficos, resultado de condições históricas específicas a cada país ou região.

O primeiro modelo caracteriza-se pela criação de zonas de produção voltadas para o mercado externo, produções monocultoras ou de minérios, com o intuito de atender a demanda dos países europeus. Nesse período a cidade se divide em dois níveis, no superior encontramos a cidade do vice-rei ou governador, o centro administrativo, fiscal e militar, de onde ocorrem as relações com a metrópole. No nível inferior temos os centros mineiros funcionando enquanto dura a exploração de minérios e de outro lado os centros monocultores cuja função urbana está associada ao período de colheita[2].

Foi a necessidade de expansão capitalista de Portugal e da Espanha que impuseram às antigas colônias americanas a sua estruturação política,

[2] Período em que os proprietários de terras, comerciantes, financialistas deixam suas residências permanentes das cidades litorâneas para tratarem da comercialização da produção (Santos, 1982:73).

econômica e social, sendo que desde o inicio o que foi imposto foram relações de dependência pois esta seria a única forma de obter o que necessitavam.

O principal objetivo dos europeus com relação ao que seria mais tarde a América Latina era a obtenção de um excedente comercializável, sendo esse o sentido conferido à colonização.

Os núcleos implantados inicialmente serviram como ponto de transferência de excedentes econômicos para as potencias européias, porém esta vinculação não sofreu mudanças significativas depois da emancipação política dos países latino-americanos, que continuaram a manter laços de dependência cultural e econômica em relação aos centros de poder externos a região.

Segundo Singer (1980:95) para que o objetivo de apropriação de excedentes fosse alcançado seria necessário reordenar as relações de produção ou introduzir novas, de modo a assegurar: a produção de um valor maior que o necessário à subsistência dos produtos diretos e que os bens que compunham o excedente fossem valores de uso efetivamente demandados na Europa.

A primeira condição não pode ser imposta de maneira uniforme, em função do grau de desenvolvimento desigual, existente entre as sociedades indígenas.

> "Ali onde o grau era suficiente elevado, como no México e no Peru, estabeleceram-se relações de produção do tipo servil, que permitia aos colonizadores extrair um excedente sob a forma de renda trabalho (a mita) ou sob a forma de renda produto (a encomienda). Em outras partes, como no Brasil, onde o desenvolvimento das forças produtivas dos indígenas era insuficiente para permitir a produção sistemática de um excedente, parte do solo foi diretamente expropriado, estabelecendo-se nela a grande fazenda açucareira trabalhada por escravos". (Singer, 1980:95)

Diante desses fatores, de um modo geral, criou-se dentro dos países que compõem a América Latina, um setor de mercado externo, especializado na produção de mercadorias destinadas ao exterior, onde o domínio ficava a cargo das metrópoles.

A segunda etapa constituiu-se em algo mais difícil de efetivar devido à capacidade limitada de consumo das comunidades européias, onde

predominava a produção para a auto-suficiência. O excedente extraído tinha como função sustentar uma população urbana formada por artesões, soldados, funcionários, sacerdotes, comerciantes. Diante disso não era fácil encontrar valores de uso que pudessem ser fixados ao excedente extraído da colônia, além do que o artesanato encontrado pelo colonizador na América não era desenvolvido ao ponto de produzir valor de uso que despertasse novas necessidades de luxo na aristocracia européia.

A falta de alternativas fez com que os colonizadores fossem em busca de um excedente comercial já utilizado como material monetário na Europa, os metais preciosos, que permitiam sua conversão a qualquer momento em valor de uso no mercado.

A busca dos portugueses e espanhóis por depósitos exploráveis de ouro e prata foi enorme. As primeiras áreas onde ocorreram explorações bem sucedidas foram no México e no Peru. No Brasil, os portugueses só descobriram depósitos de ouro no final do século XVIII.

Durante os dois primeiros séculos de colonização da América Latina, o setor do mercado externo se manteve especializado, quase todo na forma de ouro, prata e açúcar, somente no século XVIII se inicia uma diversificação com a inclusão do cacau, algodão, tabaco e do couro.

Dentro desse modelo de organização do Território, que prestigiou a formação de colônias para a obtenção de excedentes, é que se estabelecem as cidades Latino-Americanas, que segundo Singer (1980), podem ser denominadas cidade da conquista, que desempenharam um importante papel na constituição e preservação do sistema colonial.

> "Deste modo, surge na América um sistema urbano, criado com o objetivo básico de sustentar o sistema de exploração colonial. A cidade da conquista é implantada como ponto fortificado, a partir do qual se irradia o poder colonizador, submetendo as populações indígenas à autoridade política do rei e ideológica da igreja, expropriando e redistribuindo terras, aniquilando quilombos, reprimindo contrabandos e as incursões de corsários e de forças colonialistas rivais". (Singer, 1980:100)

Estas cidades possuíam um papel econômico pouco desenvolvido, não havia nestas cidades uma verdadeira divisão do trabalho entre o campo e a

cidade, esta absorvia o excedente econômico do campo, mas não lhe fornecia em troca algo que tivesse grande valor econômico.

Segundo (Singer 1980: 98), a função essencial destas cidades consistia em agrupar e potencializar a persuasão (igreja) e potencializar a força de coerção (corpos de troca e burocracia civil) no corpo da sociedade colonial. Além de desempenhar um papel importante na repartição do excedente. A parte da coroa era coletado por um sistema fiscal de base urbana, o resto era repartido entre os mercadores e a igreja.

Este sistema foi pouco a pouco desenvolvendo suas forças produtivas, fato que acarretou em uma grande ampliação dos setores do mercado externo, nos quais se incorporava um volume de trabalhadores ainda maior, produzindo mais excedente que não podiam mais ser sustentados pela estrutura até então implantada.

Na segunda metade do século XVII, o monopólio português sobre o mercado de açúcar se rompe devido a competição com as Antilhas, o monopólio espanhol na produção de metais preciosos também é extinto na primeira metade do século XVIII, pela descoberta de grandes jazidas auríferas no Brasil.

O século XVIII e o século XIX caracterizam-se por um alongamento da fazenda produtora de excedente alimentar e de animais de tração por toda a América Latina. O latifúndio de subsistência expande as forças produtivas agrícolas, agora produzindo um excedente que é vendido na forma de moeda, entrando sua produção no circuito de trocas, levando conseqüentemente seu produto a uma especialização.

A fazenda agora se institui e se distingue dos latifúndios de subsistência, pois, sua produção agora não mais se encontra atrelada ao mercado interno, como nas plantações, mas destina-se, sobretudo, ao mercado externo na forma de moeda.

> "O surgimento da fazenda pode ser considerado, pois, como um início de um processo de profunda reorganização das forças produtivas no setor de Subsistência Latino-Americano". (Singer, 1980:102)

A conseqüência dessa reorganização para a vida urbana constitui no fato de que esse excedente de subsistência vai incentivar uma vida comercial cada vez mais ampla, onde a cidade passa a absorver um volume cada vez maior de mercadorias importadas da Europa.

A função comercial da cidade começa a ganhar importância, surge uma nova classe de comerciantes, financialistas, transportadores. Estas deixam de ser ponto obrigatório de passagem de mercadorias importadas e exportadas e passam a ser centros importantes de redistribuição de mercadorias entre as diferentes regiões da colônia, fato que faz surgir uma poderosa classe de comerciantes.

> "Deste modo, o caráter cada vez mais comercial, que certas cidades vinham adquirindo na América Latina, entrava em contradição com o seu caráter de cidade da conquista, isto é, de prolongamento instrumental de um poder metropolitanos que se tornava cada vez mais externo até ficar estrangeiro. Esta contradição era inevitável e estava fadada a eclodir mais cedo ou mais tarde: à cidade da conquista cabia exportar sem contrapartida o máximo possível do excedente colonial, ao passo que a cidade convinha vendê-lo pelo melhor preço, maximizando o retorno. Dessa maneira, a cidade comercial se fez porta-voz de todos os interesses que almejavam transformar o excedente comercializável em excedente comercial e, em aliança com eles, enfrentou e venceu a cidade da conquista". (Santos, 1980:105)

O nascimento da cidade comercial associado a independência dos países latino americanos faz surgir um novo modelo histórico de organização do território, que segundo Santos (1982), corresponderia ao modelo que se instituiu após o período colonial, correspondente ao segundo período, que se prolongaria até a Segunda Guerra Mundial.

A independência adquirida pelos países Latino Americanos apesar do trunfo adquirido, não significou de imediato a liberdade, pois se constituiu de uma substituição de metrópole, onde Portugal e Espanha abrem espaço para o domínio da Inglaterra.

Com os países já politicamente independentes, boa parte dos lucros com o comércio fica no país, sendo assim o Estado passa a experimentar uma primeira onda de modernização política, administrativa, da justiça, da organização escolar, da polícia assim como na arrecadação de impostos. Produz-se também uma primeira revolução no consumo. Neste período há uma

promoção das cidades portuárias, outros centros mantém suas funções limitadas

Segundo Singer (1980), a cidade mesmo sendo sede de um poder nacional, no plano econômico continuava a desempenhar suas antigas funções: forma de manutenção da sustentação da ordem e canal de intermediação comercial e financeira de produtos agrícolas e extrativistas, o que diferenciava do período colonial era que o excedente permanecia dentro das fronteiras nacionais na própria cidade o que propiciou o aparecimento de uma burocracia estatal.

Na segunda metade do século passado, o setor de mercado externo passa a crescer em várias partes da América Latina, a revolução industrial já se encontrava avançada influenciando no desenvolvimento deste processo.

> "Na Argentina surge, pela primeira vez, um vigoroso Setor de Mercado Externo baseado na exportação de carne e cereais. No Brasil, se expandem simultaneamente em áreas diferentes culturas de café e de cacau e a extração da borracha. O café, o cacau, o algodão e o açúcar vão ser a base para o estabelecimento de importantes Setores de Mercado Externo no México, nas Antilhas, na Venezuela, na Colômbia etc. Algo mais tarde, a exploração de novos minérios valorizados pelo progresso tecnológico – petróleo, cobre, estanho etc. terá o mesmo efeito". (Singer, 1980:107)

Todos esses fatores vão levar a um aumento na capacidade de importar, uma vez que os tributos não são mais taxados pelas metrópoles européias. O resultado consiste em uma substituição de importações, onde os bens materiais importados vão substituir nos mercados locais o artesanato, que tendem a ruir. Dentro dessa perspectiva, passam a ser construídas a partir das cidades um sistema de transporte que serve a penetração das atividades de exportação em novas áreas e a solidificação da política econômica nacional. Estes sistemas também foram os responsáveis pela penetração de mercadorias estrangeiras, que tem seu sucesso assegurado no interior devido aos baixos custos do transporte.

Segundo Singer (1980:108), a cidade apropria-se de uma parcela cada vez maior do excedente, crescendo de forma contraditória. Esta passa a atrair todos os que possuem rendas elevadas para gastar, inclusive agentes comerciais e financeiros do capitalismo europeu e norte-americano, mas atrai

também, uma massa de imigrantes do campo, no qual a penetração do capitalismo dissolveu as antigas relações de produção, liberando força de trabalho.

Um pouco mais tarde, já no século XX, as difusões das normas sanitárias atingem as áreas rurais latino-americanas, ocasionando um fluxo migratório para a cidade que se acentua com o tempo, fazendo surgir um proletariado precário ocupado em serviços, mas que terá fundamental importância na constituição de um mercado interno para a absorção dos produtos industriais.

Acontecimentos como as duas guerras mundiais e a crise dos anos 30, que afetaram o sistema de vinculação internacional, provocaram uma conjuntura onde parte das manufaturas importadas foram substituídas por uma produção orientada, de modo a satisfazer as necessidades internas.

O reflexo da crise geral pelo qual passa o capitalismo em escala mundial, a partir de 1914, atinge a economia mundial provocando a redução da capacidade de importação dos países latino-americanos. A restrição das mercadorias estrangeiras no campo faz ressurgir um artesanato precário, já nas cidades o reflexo vai ter como conseqüência surtos de industrialização que visam substituir as importações.

Muitas das atividades se lançam na economia urbana, com o intuito de beneficiar-se da proximidade do mercado e do baixo custo da mão-de-obra, além da proximidade da infra-estrutura e dos meios de escoamento da produção. Em função de grande parte dessas demandas, assim como dos recursos financeiros e de infra-estrutura básica localizarem-se nas cidades principais foram os centros tradicionais, o local onde as atividades manufatureiras se estabeleceram.

Com o fortalecimento da concentração e a diversificação da produção e do consumo, as áreas metropolitanas adquiriram uma influência crescente em relação ao resto dos territórios nacionais. Fatores como as restrições da oferta de trabalho nas zonas rurais, assim como o escasso dinamismo nos assentamentos urbanos menores geraram um reforço das tendências

concentradoras da população através de correntes migratória orientadas para as áreas metropolitanas.

A crise geral, que a Primeira Guerra Mundial provocou a nível mundial, trouxe para os países da América Latina uma diferenciação crescente. Segundo Singer (1980:109), em alguns países a burguesia industrial conquista a hegemonia e inaugura uma área de desenvolvimento industrial, em outros, a oligarquia retém o seu domínio e a economia colonial permanece em suas linhas essenciais, no caso de Cuba, a burguesia e a oligarquia são derrubadas pela revolução, estabelecendo em solo urbano uma experiência inédita.

Sendo assim, não há duvida de que o tamanho da economia urbana de cada país latino-americano estava associado ao tamanho do seu território e de sua população, os períodos decisivos para a industrialização da maior parte destes países, entre a primeira e a segunda Guerra Mundial, encontravam-se associados ao tamanho do território e a população dos países.

Segundo Singer (1980:111), a cidade pela primeira vez desde a conquista torna-se produtiva, pode no seu intercambio com o campo oferecer uma contrapartida econômica em troca do excedente alimentar. Estabeleceu-se então uma verdadeira divisão do trabalho entre campo e cidade, embora viciadas pelas relações de exploração pré-existentes.

A industrialização não conseguiu abolir com os mecanismos de apropriação do excedente alimentar da cidade utilizados em períodos anteriores, a contrapartida de produtos industriais oferecidos à cidade em troca do excedente alimentar obtido no campo tendia a ser muito pequena em função do reduzido poder aquisitivo da população rural.

Somente no estágio mais avançado de industrialização, com o crescimento das cidades e a expansão das demandas por produtos alimentares e agrícolas é que as antigas formas de exploração do campo são abandonadas, surgindo nas áreas de melhor acesso ao mercado urbano a agricultura capitalista.

> "No fundo, a manutenção dos velhos mecanismos de exploração e de transferência do excedente, do campo à cidade, resultou do fato de que a industrialização na maioria dos países latino-americanos não resultou de uma transformação revolucionária da antiga estrutura de dominação mas de uma acomodação da mesma. A oligarquia foi

> permitido reter a propriedade do solo e as formas de exploração semi-servil da mão-de-obra. O latifúndio se manteve como forma fundamental de organização produtiva no setor de subsistência. Mesmo no México, onde a revolução desencadeou, com atraso embora, uma ampla reforma agrária, as velhas relações de produção ainda persistem no campo, embora atenuadas, e o latifúndio se manteve ou se reconstituiu em muitas áreas. O fato fundamental é que a pobreza do homem do campo não foi tocada, apesar da industrialização, em nenhum país da América Latina, com a notável exceção de Cuba, o único pais onde as relações entre campo e cidade sofreram mudanças fundamentais". (Singer, 1980:112)

O sistema capitalista se desenvolve priorizando a cidade deixando o campo prejudicado, uma vez que suas atividades produtivas vão sendo despojadas uma após a outra, até restarem somente as atividades primárias. Este processo leva ao esvaziamento demográfico do campo devido a migração da mão-de-obra.

Este processo de priorização da cidade em detrimento do campo permitiu a implantação da cidade industrial, uma vez que seriam as necessidades das indústrias que comandariam a organização do espaço, manifestando-se através das relações espaciais, envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda práticas do poder e da ideologia.

A implantação da cidade industrial confunde-se com o terceiro período determinado por Santos (1982), quando as cidades locais começam a se difundir pelo território. Fatores como a melhora na rede de transportes, melhoria nos serviços públicos, sobretudo na educação e na saúde criam condições para a mudança na estrutura espacial nos países de terceiro mundo.

Nesse terceiro período a rede urbana consiste de uma estrutura mais complexa, com metrópoles completas e incompletas no vértice, com as cidades regionais nas posições intermediárias e finalmente na base as cidades locais. Não são mais as condições de produção que imperam, mas as condições de consumo, sendo os espaços de produção transformados em espaços de consumo, sendo esta a diferença primordial dos períodos anteriores

A análise histórica demonstra que a transformação, levando em consideração a divisão segundo períodos conforme utiliza Santos (1982), ou a transformação levando em consideração a divisão das cidades em coloniais,

comerciais e industriais se faz mediante uma superação dialética, onde a característica básica de exploração política do campo ficou preservada, desde o inicio até o estabelecimento do período atual, onde temos a cidade industrial. Diversos fatores são associados e sofrem modificações, mas o campo, mesmo sofrendo modificações, permanece atrelado a exploração e a manutenção de mão-de-obra, apesar de atualmente esses processos ocorrerem dentro dos moldes capitalistas de produção, onde o consumo impera.

# CAPÍTULO III

## 3. A URBANIZAÇÃO DO BRASIL

### 3.1 INTRODUÇÃO

Segundo David Harvey (2001), um exame atento das obras de Marx revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria em um contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas, onde seria possível teoricamente relacionar o processo geral de crescimento econômico com as estruturas emergentes das relações espaciais.

Esta análise somente foi possível porque, segundo Harvey (2006), os escritos de Marx sobre acumulação no modo de produção capitalista são fragmentários e desenvolvidos de modo superficial. Harvey (2006), afirma que a teoria de acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial a partir da análise da localização elaborada por Marx, que estabelece o elo perdido entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo.

Sendo assim, cada manifestação concreta que se apresenta na forma das sociedades que se instituem decorre, portanto, da diversidade dos espaços geográficos e dos tempos históricos, o que significa dizer que toda a formação espacial carrega explicações ligadas aos aspectos históricos assim como as relacionadas à realidade geográfica, a junção destas são as responsáveis pela definição da gênese e das formações econômico-sociais.

Segundo Raquel M. Fontes do A. Pereira:

> "Essa postura teórica de valorização da inter-relação entre História e Geografia e da inseparabilidade das realidades naturais e sociais, se complementa com a busca de outros níveis de temporalidade, em cuja base situa-se o 'longo tempo', característico das relações do homem com o meio natural e com o cruzamento entre determinações gerais e a especificidade de cada lugar...". (Pereira, 2000:09)

A adoção do paradigma de formação sócio-espacial está associada à sua preocupação com a totalidade e inclui a necessidade de hierarquização das múltiplas determinações responsáveis pela formação espacial cujo alicerce é a presença dos fenômenos naturais como definidores da acumulação econômica.

Os estudos sobre as formações econômicas e sociais possibilitam o conhecimento da sociedade na sua totalidade e nas suas frações, um conhecimento específico fruto de um dado momento de sua evolução.

> "Os modos de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos esses processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinada num movimento de conjunto e isto através de uma formação social". (Santos, 1982:14)

Os modos de produção necessitam de uma base territorial histórica para se tornarem concretos, criando formas espaciais específicas.

Segundo Santos (1982), a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades "externas" àquelas relacionadas ao modo de produção "puro", quanto pelas necessidades "internas", representadas essencialmente pela estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita.

O continente americano apresenta uma grande variedade climática, que engloba desde as zonas glaciais até a equatorial, abrigando uma grande variedade de povos diferenciados tanto aos aspectos físicos quanto ao estágio de desenvolvimento. Todos estes fatores associados, diversidade natural mais a diversidade de povos, terão reflexos sobre as relações de produção que aqui se estabelecem.

Em virtude das características geográficas, em especial a climática, o continente americano sofreu duas formas de exploração com estruturas diferentes. A saber: as colônias de exploração, implantadas em áreas tropicais; e as de povoamento em áreas temperadas.

A conquista das novas terras visava à possibilidade de apropriação de produtos indispensáveis ou complementares para as economias européias, a organização da produção colonial estava voltada para a obtenção de mercadorias procuradas pelos europeus, basicamente produtos tropicais e metais preciosos.

A formação da sociedade e do espaço brasileiro desde o inicio foi uma formação socioeconômica dependente, onde o impacto das forças externas

teve influência em todos os seus processos. O Brasil teve seu espaço modelado pelas forças externas, desde o início de sua colonização, quando se processa no Brasil uma troca dual entre a metrópole e o espaço colonial, que determinou o conjunto de formas e de elementos que deram suporte para a edificação das novas sociedades que se estabeleceram.

A formação sócio-espacial brasileira representa o resultado de múltiplas combinações de elementos naturais e humanos que apresentam especificidades tanto espacialmente quanto historicamente e que devem ser apreendidos em seus distintos processos históricos e naturais.

> "Nessa perspectiva as formas produzidas nas colônias americanas devem ser lidas a partir dos aspectos que lhes deram origem: as motivações ditadas pela conjuntura européia e o quadro natural aqui encontrado. A análise deve abranger os dois universos, isto é, considerar tanto os fatores que determinaram as ações dos povos ibéricos quanto o próprio quadro colonial que os viabilizava". (Pereira 2000:03)

Segundo Raquel M. Fontes do A. Pereira, Ignácio Rangel aplica o paradigma de formação sócio-espacial na América buscando o entendimento do processo histórico em sua relação com a natureza. Ao utilizar o paradigma no estudo concreto da realidade americana pré e imediatamente após o descobrimento, torna-se evidente a inseparabilidade das esferas naturais e sociais na consideração das forças produtivas contidas em ambas, numa perspectiva ao mesmo tempo espacial e histórica.

Sendo assim temos a prática da *plantation* na Zona da Mata do Nordeste, da mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás; do café durante o II Reinado (segunda metade do século XIX) e a Primeira República (século XX, até 1930) no Vale Médio do Paraíba, Depressão Periférica Paulista, Planalto Ocidental de São Paulo e Norte do Paraná, a exploração na Amazônia das "drogas do sertão" durante o Período Colonial, assim como a produção de Algodão no Maranhão durante o século XVIII são reflexos da política de colonização que associada à exploração estiveram presentes no cenário brasileiro durante muitos anos.

A organização espacial brasileira foi ao longo de sua história dependente, pois sua formação socioeconômica dependeu dos impactos das forças externas em todos os seus processos.

> "O comportamento dos subespaços do mundo subdesenvolvido está geralmente determinado pelas necessidades das nações que estão no centro do sistema mundial". (SANTOS, 1985:21)

Segundo Santos (1982:30), essas forças externas têm sua própria lógica, que é interna às instituições e às empresas interessadas, mas externa em relação aos países.

A dialética do espaço no Terceiro Mundo se dá entre o Estado-Nação e as atividades modernas, principalmente as empresas multinacionais e os monopólios. Essa ação coordenada agrava os custos dos países de terceiro mundo com infra-estrutura, subsídios de atividades modernas, aquisição de bens intermediários e serviços que visam à instalação de atividades exógenas, ficando os recursos a serem utilizados socialmente reduzidos. Quando o país adota a ideologia do crescimento e através do Estado prepara o caminho para os modernizadores se instalarem e operarem, a estrutura dos gastos públicos se transforma com o intuito de proporcionar melhores condições de infra-estrutura e subsídios diretos para a implantação das empresas estrangeiras se apropriarem da mais-valia local, que serão enviadas para seus países de origem com o intuito de ampliar a própria mais-valia.

Todo esse processo propicia a desvalorização dos recursos deixados nas mãos do Estado, enquanto os recursos destinados às grandes empresas são supervalorizados. Segundo Santos (1982:31), o Estado empobrece e perde sua capacidade de criar serviços sociais ou para ajudar na criação de atividades descentralizadoras. A produção industrial não corresponde às necessidades nacionais e está sujeita a uma concentração cumulativa, ao mesmo tempo em que distorce também o consumo que passa a ser utilizado como vetor do capitalismo internacional e como forma de ocupação de todo o território nacional.

> "Tudo isso se reflete na organização do espaço: macrocefalia (atração recíproca do capital direta ou indiretamente produtivo e do trabalho); expansão da agricultura comercial ou industrial em detrimento da agricultura de subsistência, pela necessidade de comprar equipamentos, bens intermediários e serviços do estrangeiro. A produção de produtos agrícolas comercializáveis passa a ser uma necessidade porque, de outra forma, as populações rurais ficariam sem capacidade de participar de uma economia que cada vez mais se monetariza e de um consumo distorcido. Pequenas cidades surgem como cogumelos, mas não necessariamente como resultado da formação local da mais-valia. Essas cidades têm cada

> vez menos função de coleta de produtos da região e cada vez mais o papel de redistribuidora de bens e serviços". (Santos, 1982:32)

A organização do espaço brasileiro se deu no sentido de facilitar as atividades exógenas, seja na construção de infra-estrutura, obtenção de matéria-prima, subsídios de atividades e aquisição de bens intermediários, fazendo com que o Estado-Nação perdesse o controle sobre as sucessivas organizações do espaço.

O processo de urbanização brasileira, ao longo dos séculos, mas principalmente nos períodos mais recentes, apresenta uma crescente associação com a pobreza que passa a ocupar cada vez mais as cidades, sobretudo as grandes cidades.

A modernização do campo repele os trabalhadores agora caracterizados como "trabalhadores da agricultura mecanizada" para os espaços urbanos, que passam a ser o palco de diferentes conflitos, assim como o lugar geográfico e político de possíveis soluções.

A urbanização brasileira deve ser analisado à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, levando-se em consideração as realizações técnicas e as modalidades de uso do território nos diferentes momentos históricos.

## 3.2 Histórico do processo de Urbanização Brasileira

O Brasil durante séculos foi considerado um país essencialmente agrário, a nossa história consiste em uma história de um povo agrícola, de lavradores e pastores que no campo elaboram as forças íntimas de nossa civilização, bases em que se assenta a estabilidade da nossa sociedade do período colonial.

Segundo Santos (2008:19), o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste, foram as regiões que experimentaram, antes das demais regiões, uma notável urbanização sendo Salvador a cidade que comandou a primeira rede urbana das Américas.

Inicialmente as cidades brasileiras consistiam em uma emancipação do poder, uma vontade de marcar presença em um país distante, por parte dos colonizadores que viam que as riquezas naturais eram muitas, sendo que sua evolução vai depender da associação de fatores políticos, econômicos e sociais.

Nestor Goulart Reis Filho (1968) apud Santos (2008:20) referindo-se aos primórdios da urbanização, que se caracterizava por incluir os períodos anteriores a independência, sugere uma periodização para a urbanização brasileira que compreende o período entre 1500 e 1750, destacando três etapas de organização do território brasileiro

A primeira etapa compreende o período de 1530 a 1570, cuja maior intensidade estaria entre os anos de 1530 a 1540. Durante os anos de 1567 com a fundação da cidade do Rio de Janeiro e 1585 com a criação da Filipéia da Paraíba há um intervalo onde ocorre apenas a instalação de Iguapé.

A segunda etapa compreende o período entre 1580 e 1640, denominado anos de dominação espanhola, apresentou, contudo dois períodos de maior intensidade, aos anos de 1610 e 1620 com a criação de uma vila e três cidades, e entre 1630 e 1640 com a fundação de nove vilas, e a urbanização em direção a Amazônia, iniciada sobretudo pelos missionários que se deslocaram para a região.

A terceira etapa compreende, porém o período entre 1650 e 1720, quando foram fundadas trinta e cinco vilas, sendo duas, Olinda e São Paulo elevadas a categorias de cidades. Ao final do terceiro momento, a rede urbana brasileira apresentava sessenta e três vilas e oito cidades.

Goulart Reis Filho (1968) apud Santos (2008) denomina este período de “o sistema social da colônia” e inclui como elementos explicativos desse período da urbanização, a organização administrativa (as capitanias e governos gerais), as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência), as camadas sociais, as atividades econômicas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração).

Quadro 01 - Vilas e Cidades (Criadas)

| Cidades | Século XVI | Século XVII | Século XVIII até 1720 |
|---|---|---|---|
| Rio Grande do Norte | 1 | | |
| Paraíba | 1 | | |
| Pernambuco | 2 | 1 | 1 |
| Sergipe | 1 | 2 | |
| Bahia | 4 | 5 | 1 |
| Espírito Santo | 2 | 1 | |
| Rio de Janeiro (e Guanabara) | 1 | 6 | |
| São Paulo | 6 | 10 | 1 |
| Pará | | 4 | |
| Maranhão | | 2 | 1 |
| Alagoas | | 3 | |
| Paraná | | 2 | |
| Santa Catarina | | 1 | 1 |
| Piauí | | | 1 |
| Ceará | | | 1 |
| Minas Gerais | | | 8 |

Fonte: Goulart Reis Filho (1968:84-88) apud Santos (2008:21)

"De modo geral, porém, é a partir do séc. XVIII que a urbanização se desenvolve e a "casa da cidade" torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai a propriedade no momento de corte e da moenda da cana" (R. Bastide,1978:56 apud Santos,2008:20).

O processo de urbanização do Brasil, inicialmente era muito mais um processo de geração de cidades, do que urbanização propriamente dita. Estas cidades estavam inicialmente ligadas a uma economia natural, onde as relações entre lugares eram fracas devido às grandes extensões territoriais.

Contudo, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral constituíram-se como a base de um povoamento e do surgimento de cidades no litoral e no interior.

> "No fim do período colonial, as cidades, entre as quais avultaram São Luis do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam pero de 5,7% da população total do País, onde viviam, então, 2,85 milhões de habitantes". (Caio Prado, 1953:21 apud Santos, 2008:22)

No final do séc. XIX, quando o Brasil conhece a primeira aceleração do fenômeno de urbanização, segundo Oliven (1980:69) apud Santos (2008:24), em 1872 são 5,9% porém em 1900 já somavam 9,4%. Segundo o quadro 02 podemos ver que o número de cidades no Brasil aumenta consideravelmente

entre os anos de 1900 a 1930, fato que reforça o aumento dos dados sobre urbanização do Brasil neste período.

Quadro 02 - Número de Municípios do Brasil em 1890 a 1930

| ESTADOS DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO | 1890 | | | 1900 | | | 1910 | | | 1920 | | | 1930 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CIDADES | VILAS | TOTAL | CIDADES | VILAS | TOTAL | CIDADES | VILAS | TOTAL | CIDADES | VILAS | TOTAL | CIDADES | VILAS | TOTAL |
| ALAGOAS | 10 | 23 | 33 | 19 | 15 | 34 | 21 | 15 | 36 | 25 | 11 | 36 | 28 | 9 | 36 |
| AMAZONAS | 4 | 12 | 16 | 8 | 17 | 25 | 8 | 18 | 26 | 9 | 19 | 28 | 10 | 8 | 18 |
| BAHIA | 21 | 89 | 110 | 47 | 79 | 126 | 57 | 72 | 129 | 58 | 78 | 136 | 74 | 77 | 151 |
| CEARÁ | 26 | 58 | 84 | 27 | 52 | 79 | 28 | 54 | 82 | 36 | 38 | 74 | 42 | 41 | 83 |
| DISTRITO FEDERAL | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 |
| ESPÍRITO SANTO | 6 | 8 | 14 | 12 | 17 | 29 | 13 | 16 | 29 | 14 | 17 | 31 | 18 | 14 | 32 |
| GOIÁS | 16 | 15 | 31 | 18 | 19 | 37 | 23 | 20 | 43 | 27 | 23 | 50 | 31 | 21 | 52 |
| MARANHÃO | 10 | 37 | 47 | 12 | 41 | 53 | 13 | 39 | 52 | 19 | 46 | 65 | 27 | 39 | 66 |
| MATO GROSSO | 5 | 7 | 12 | 6 | 6 | 12 | 6 | 10 | 16 | 14 | 7 | 21 | 22 | 3 | 25 |
| MINAS GERAIS | 100 | 17 | 117 | 117 | 7 | 124 | 117 | 19 | 136 | 129 | 49 | 178 | 179 | 35 | 214 |
| PARÁ | 14 | 38 | 52 | 30 | 20 | 50 | 32 | 21 | 53 | 33 | 23 | 56 | 25 | 7 | 32 |
| PARAÍBA DO NORTE | 9 | 32 | 41 | 10 | 26 | 36 | 12 | 27 | 39 | 12 | 27 | 39 | 17 | 22 | 39 |
| PARANÁ | 9 | 26 | 35 | 16 | 24 | 40 | 19 | 26 | 45 | 23 | 28 | 51 | 31 | 27 | 58 |
| PERNAMBUCO | 24 | 38 | 62 | 37 | 21 | 58 | 59 | - | 59 | 69 | - | 59 | 84 | - | 84 |
| PIAUÍ | 12 | 21 | 33 | 14 | 20 | 34 | 16 | 20 | 36 | 17 | 24 | 41 | 19 | 27 | 46 |
| RIO DE JANEIRO | 31 | 15 | 46 | 34 | 14 | 48 | 34 | 14 | 48 | 34 | 14 | 48 | 34 | 14 | 48 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 12 | 24 | 36 | 13 | 24 | 37 | 13 | 24 | 37 | 17 | 20 | 37 | 23 | 18 | 41 |
| RIO GRANDE DO SUL | 22 | 41 | 63 | 23 | 43 | 66 | 27 | 40 | 67 | 28 | 44 | 72 | 28 | 52 | 80 |
| SANTA CATARINA | 8 | 14 | 22 | 9 | 17 | 26 | 9 | 18 | 27 | 14 | 20 | 34 | 17 | 19 | 36 |
| SÃO PAULO | 59 | 77 | 136 | 87 | 86 | 173 | 173 | - | 173 | 204 | - | 204 | 259 | - | 259 |
| SERGIPE | 11 | 22 | 33 | 13 | 20 | 33 | 14 | 20 | 34 | 17 | 17 | 34 | 18 | 22 | 40 |
| TERRITÓRIO DO ACRE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5 | - | 5 | 5 | - | 5 |
| BRASIL | 410 | 614 | 1024 | 553 | 568 | 1121 | 695 | 473 | 1168 | 795 | 505 | 1300 | 992 | 454 | 1446 |

Fonte: IBGE – Divisão Territorial do Brasil 1911

Quando a exportação de café brasileiro começou a crescer em meados do século XIX, a maior parte da população estava dispersa em pequenas unidades de subsistência ou encerrada nos decadentes engenhos açucareiros do Nordeste ou nas estâncias de gado do Sul.

A partir da metade do século XIX, com o início do ciclo cafeeiro no estado de São Paulo, esse quadro é relativamente quebrado. São Paulo torna-se um pólo dinâmico que abrange, ainda que de modo incompleto, Rio de janeiro e Minas Gerais.

Segundo os dados do IBGE expostos no quadro 02, o estado de São Paulo aumenta o número de cidades consideravelmente em 1910 tinham 173 cidades, já em 1920 apresentava 204 cidades e no ano de 1930 o número de cidades alcança um total de 259 cidades. Já o estado de Minas Gerais não apresentou um crescimento muito elevado em 1910 apresenta 117 cidades, em 1920 o número de cidades passa para 129 e no ano de 1930 alcança o número de 179 cidades. O Rio de Janeiro constituiu um caso atípico manteve o número de cidades em 34 desde o ano de 1910 até 1930.

As fazendas de café tinham como trabalhadores escravos importados da África até 1850 quando o tráfico negreiro terminou e passou-se a trazer escravos de outras regiões do país.

Quando a mão-de-obra escrava começou a escassear recorreu-se à mão–de-obra européia. A mobilidade da força de trabalho neste contexto é reduzida, pois o setor do mercado externo importava sua mão-de-obra do exterior.

O índice de urbanização pouco se alterou entre 1890 e 1920, porém foi entre 1920 e 1940 que essa taxa triplicou alcançando 31,24%. “A população concentrada em cidades passa de 4,552 milhões de pessoas em 1920 para 6,208 milhões em 1940”, segundo Villela e Sizigan (1973:199 apud Santos, 2008:25).

A população total do Brasil segundo os dados do IBGE de 1890 para 1900 apresentou um crescimento de 21,65% e de 1900 à 1920 o crescimento foi de 43,07%, conforme dados demonstrados no quadro 03.

Quadro 03 - População presente - 1890-1920

| Anos | População Total Brasileira |
|---|---|
| 1890 | 14.333.915 |
| 1900 | 17.438.434 |
| 1920 | 30.635.605 |

Fonte: "Anuário Estatístico do Brasil" /IBGE- Rio de Janeiro, volume 56, 1996

No Brasil, referente ao período anterior a 1930, não havia mobilidade de mão-de-obra rural. Esta ficava restringida por uma série de laços econômicos, psicológicos e sociais entre os agregados, parceiros e colonos com o senhor

da terra. Estes laços eram mantidos à força, geralmente por capangas armados que a mando dos fazendeiros coagiam psicologicamente os trabalhadores, criando relações sociais que mantinham o exército de trabalhadores destas regiões.

Dois grandes regimes se verificam na urbanização brasileira, ao longo dos períodos que se propõe. Os regimes ocorrem antes dos anos de 1940-1950 onde as funções administrativas é que apresentam papel significante nas funções urbanas e após 1950, quando as condições econômicas são os responsáveis pelas dinâmicas urbanas na totalidade do território.

Pode-se admitir que até o final da segunda guerra mundial, a maioria das capitais de estado brasileira estavam fundadas na agricultura, sendo esta a responsável pela distribuição dos serviços e pelas funções administrativas públicas e privadas. Como a agricultura estava vulnerável tanto às mudanças climáticas quanto às oscilações econômicas impostas pelas demandas internacionais. Estes fatores explicam as variações do quadro 04 abaixo, onde o crescimento populacional estava sempre influenciado pela dinâmica de urbanização das cidades.

Quadro 04 - Capitais de Estados Escolhidos: Evolução Demográfica 1872-1940

| **Cidades** | **1872** | **1890** | **1900** | **1920** | **1940** |
|---|---|---|---|---|---|
| Belém | 61.997 | 50.064 | 96.560 | 236.406 | 164.673 |
| Cuiabá | 35.987 | 17.815 | 34.393 | 33.678 | -------- |
| Manaus | 29.334 | 38.720 | 50.300 | 75.701 | 66.854 |
| Vitória | 16.157 | 16.887 | 11.850 | 21.886 | 42.098 |
| Salvador | 129.109 | 174.412 | 205.813 | 283.422 | 290.443 |
| Florianópolis | 25.709 | 30.687 | 32.228 | 41.338 | 25.014 |
| Teresina | 21.692 | 31.523 | 45.316 | 57.500 | 34.695 |
| João Pessoa | 24.714 | 18.645 | 28.793 | 52.990 | 71.158 |

Dados obtidos de Santos, 2008:27

> "O crescimento (e, depois, o decréscimo) de Manaus e Belém é o exemplo mais clássico desses impactos diretos, a partir da decadência da extração e do comércio da borracha. Já o caso de Salvador, cuja população não cresce entre 1920 e 1940, deve-se a abertura de uma frente pioneira interna, com o desbravamento e a conquista da zona de cacau, que atrai grande número de pessoas deslocadas pelas secas e por uma estrutura agrária extremamente inigualitária, deixando, por conseguinte, de engrossar as correntes do êxodo rural para a capital baiana". (Santos, 2008:28)

### 3.3 A Industrialização como indutora de um novo período da Urbanização brasileira

Entre a abolição da escravatura (1888) e a Revolução de 1930, o Brasil passou por importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Um processo de desenvolvimento mediante substituição de importações se iniciou com a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, além de uma ampla agricultura voltada para o mercado interno, nos estados de colonização alemã e italiana, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Fatores como a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação contribuíram para tais mudanças, que ocorreram nas relações sociais, uma vez que a mão-de-obra agora utilizada passa a ser assalariada e constituída, sobretudo, de imigrantes europeus.

> "A imigração européia avolumou-e fortemente, atingindo seu auge pouco antes da 1º Grande Guerra, integrando-se os imigrantes na cafeicultura e nas novas atividades do Setor de Mercado Interno. Iniciou-se um tímido processo de urbanização, com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros dos mercados regionais: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte". (Singer 1990:121)

Esse primeiro momento permanecerá até 1930, quando novas condições políticas e organizacionais impulsionam a industrialização, além do novo papel que o mercado interno assume frente à elaboração de uma nova lógica econômica e territorial.

Após 1930, ocorreram as mudanças mais profundas, após a derrubada da oligarquia cafeeira do poder, que foi assumido por uma coligação de políticos oriundos das regiões periféricas (Nordeste e Rio Grande do Sul).

Os governos oriundos da revolução de 1930 colocaram em prática uma política mais voltada à industrialização, segundo Singer (1990), primeiramente limitando o poder dos fazendeiros e desfazendo os exércitos de trabalho do sertão, criando ao mesmo tempo uma legislação do trabalho que foi aplicada somente às áreas urbanas, que proporcionou aos assalariados urbanos um padrão de subsistência maior do que as massas rurais.

Em função dessas políticas surge uma nova dinâmica espacial engendrada no sistema de incentivos relacionados à questão dos salários urbanos, que atrai as parcelas rurais às cidades.

> "A grande massa rural, confinada na economia de subsistência, passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva". (Singer, 1990:122)

Outro fator que pode ser associado a esta construção do exército industrial de reserva é a queda da mortalidade que se iniciou nas cidades maiores, mas logo atingiu o interior. O aumento da população rural em áreas já densamente povoadas como a Zona da Mata, Agreste nordestino e nas zonas de colonização do Sul, ocasionou pressão na terra, agravando a relação latifúndio-minifúndio, pois, provocou fortes correntes migratórias para zonas agrícolas pioneiras e para as cidades.

Essa nova etapa ultrapassa os limites regionais, para situar-se na escala do país, caracterizado por uma urbanização com o crescimento demográfico sustentado nas cidades médias e grandes incluindo as capitais de estado que passam por um processo de urbanização, no intuito de criar as condições necessárias para o assentamento dos trabalhadores rurais que passam a se estabelecer nestas regiões.

O processo de mobilização deste exército e de estruturação da rede urbana se fez paulatinamente entre 1930 e 1940, a partir da abolição da autonomia dos estados, que unificou o mercado externo e derrubou as oligarquias locais, assim como a partir da construção de uma rede de rodovias que facilitou a comunicação e a interligação entre as diferentes regiões do país.

A partir de 1930, a imigração européia perdeu importância por razões internas e externas.

> "O número de imigrantes chegados ao Brasil era de 622.397 entre 1900 e 1909, atingindo seu montante máximo entre 1910 e 1919: 815.463. Na década seguinte (1920-29) o total se manteve próximo deste nível: 788.170. Porém, daí em diante o número de imigrantes cai drasticamente: 332768 entre 1930 e 1939, e 11.405 entre 1940 e 1949. Na década de 50 há uma certa recuperação (568.670) porém na última década o total de imigrantes cai novamente a um nível próximo a 200.000. É preciso notar que mesmo a imigração mais abundante entre 1950 e 1959 pouco representou, pois neste período

> a população total do país aumenta de quase 20 milhões". (Singer, 1990:122)

Apesar da queda da imigração do exterior, a economia capitalista acelerou-se ainda mais em função das migrações internas.

A mobilização do exército industrial de reserva, constituído pelas massas rurais dentro de uma economia de subsistência pré-capitalista, não se deu exclusivamente mediante a urbanização, porém está foi sua forma predominante.

O capitalismo industrial brasileiro seguiu as vias normais, originando-se nas cidades e a partir daí penetrando no campo. Foi a substituição das importações que ampliou a diversificação dos ramos da indústria de transformação, fator que determinou forte expansão da economia urbana que gerou as condições, com a criação de um mercado urbano para produtos agrícolas, principalmente alimentos para a penetração do capitalismo na agricultura.

> "A imigração para a cidade tem um duplo efeito sobre o crescimento do exército industrial de reserva: os migrantes se incorporam nele ao se instalar nas áreas urbanas e ao mesmo tempo expandem a demanda urbana (solvável) por produtos agrícolas, o que confere o caráter de mercadorias, isto é, de excedente vendável, uma parcela crescente da produção do Setor de Subsistência. É através da expansão do mercado urbano para produtos agrícolas que o capitalismo penetra na agricultura, pois ela possibilita e torna vantajosa para o proprietário a substituição da renda-produto ou renda-trabalho pela renda-dinheiro ou pelo lucro proveniente da exploração do trabalho assalariado". (Singer, 1990:123)

Em 1940 a população urbana do Sudeste do país que representava 39% do total, ultrapassava a população urbana brasileira que representava 31,2% da população total brasileira. Essa disparidade em relação aos índices da região Sudeste está associado às relações sociais implantadas na região em função da economia cafeeira, que transformou a região em um pólo de atração de mão-de-obra, investimentos em infra-estrutura e que impulsionou o processo de industrialização.

Nesse mesmo ano, as regiões Norte e Sul apareciam em segundo lugar, ambas com 28% de população urbana, enquanto o Nordeste e o Centro-Oeste

se apresentavam uma taxa de população urbana de 23% e 22% respectivamente.

Em 1950, a região Sudeste se mantinha em sua posição dianteira com 48% da taxa de urbanização, sendo mais urbanizada do que o país como um todo que apresentava uma taxa de urbanização de 36,2%. A região Sul apresenta um destaque com 33% da taxa de urbanização brasileira, a região Norte vem logo em seguida com 29% de urbanos, a região Nordeste com 26% e a região Centro-Oeste com 24% da taxa de urbanização.

A ideologia desenvolvimentista dos anos 1950 e a posterior ideologia do crescimento do Brasil legitimavam e justificavam os gastos públicos em benefício das grandes empresas que garantiriam ao Brasil aumentar suas exportações e poder se equipar mais rapidamente e melhor. As administrações locais viam seus recursos se extinguirem além de perderem seu poder de decisão sobre seus recursos.

Neste período verifica-se um forte movimento urbano acompanhado de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma queda na mortalidade, associado aos progressos sanitários e a melhoria nos padrões de vida.

Estas transformações somente foram possíveis após a Segunda Guerra Mundial quando a integração do território se torna viável, ocorre a interligação das estradas de ferro, constroem-se as estradas de rodagem, período marcado por um ousado programa de investimentos em infra-estrutura. Teremos então, a integração do espaço brasileiro e a modernização do capitalismo que inicia uma difusão social e geográfica do consumo e em seguida a desconcentração da produção moderna, tanto agrícola quanto industrial.

Uma nova materialidade superpõe novos sistemas de engenharia aos já existentes, oferecendo as condições técnicas gerais que iriam viabilizar o processo de substituição de importações onde todo o arsenal financeiro, fiscal, monetário serviria como base das novas relações sociais que permitiriam um novo impulso.

Esse período duraria até fins dos anos 60. O golpe de estado aparece como o precursor, pois foi o movimento militar que criou as condições para a rápida integração do país a um movimento de internacionalização.

As mudanças que se fizeram presentes, em função de todas essas mudanças foi o aumento da população, a ampliação da classe média, a ampliação do consumo pelas camadas mais pobres, a expansão dos sistemas de crédito fatores que impulsionam a expansão industrial.

Segundo Santos (2008:41) alguns fatos devem ser ressaltados, neste período, no caso brasileiro:

1. O desenvolvimento da configuração territorial é muito grande, e envolve o conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo a natureza, as chamadas próteses, que permitem ao homem criar condições de trabalho próprias a cada época. O desenvolvimento da configuração territorial na fase atual tem como suporte o desenvolvimento exponencial do sistema de transportes, do sistema de telecomunicações e da produção de energia.
2. O desenvolvimento da produção material que no caso brasileiro, tanto o industrial quanto o agrícola, mudam de estrutura, na circulação, na distribuição e no consumo, ao mesmo tempo em que há uma disseminação no território dessas novas formas produtivas.
3. O desenvolvimento de novas formas econômicas, não apenas um desenvolvimento das formas materiais, mas também uma grande expansão das formas de produção não materiais: da saúde, educação, lazer e informação.

As primeiras fases do processo de integração concentraram as atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico. Na última fase, quando já existe um capitalismo mais maduro, é possível a difusão da modernização, tanto nos capitais, como na tecnologia e nas formas de organização.

> "O meio técnico-científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas, e de modo disperso no resto do país". (Santos, 2008:43)

No último quartel do século, uma grande ruptura se impõe uma dissociação com o meio ambiente, trazida pela soma do capital fixo adicionado ao território. A condução da produção torna-se cada vez mais impulsionada pelo capital, enquanto o trabalho passa a representar um papel indireto. As diferenças hoje observadas hoje são, sobretudo, sociais e não naturais.

A partir dos anos 60 e, sobretudo da década de 70, as mudanças no Brasil não são apenas quantitativas, mas também qualitativas. O processo de urbanização ganha um novo conteúdo e nova dinâmica graças à modernização implantada no Brasil.

Os processos econômicos e sociais que se estabeleciam anteriormente em cada região influenciaram em como os processos recentes se estabelecem. A diferença entre as taxas de urbanização está ligada a forma como as regiões, em cada momento histórico foi afetada pela divisão inter-regional do trabalho.

As simultaneidades atuais se distinguem das simultaneidades precedentes, hoje somos movidos por um único motor, a mais-valia mundial, responsável direta ou indiretamente pela força como os eventos se dão sobre os diversos territórios.

> "O simples exame dos números da urbanização nas diversas regiões pode dar a impressão de uma evolução contraditória. Não se trata disso. A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e constitui-se como mercado único, o que à primeira vista aparece como evolução divergente e, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território em um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, entendem-se as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois, a cada momento histórico, as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. È assim que podem explicar-se não apenas esses dados estatísticos que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização". (Santos, 2008:67)

A região Norte e o Centro-Oeste em função das particularidades dos elementos que impulsionaram a composição do seu espaço apresentaram diferenciação quanto à implantação da modernidade (a modernidade referida refere-se ao período posterior a Segunda Guerra Mundial), que se implanta sobre o vazio, não encontrando os abstáculos da herança.

Tanto a região Centro Oeste quanto a Norte, inclusive a Amazônia apresentava-se receptiva aos fenômenos de urbanização, constituíam-se como áreas praticamente intocadas, não possuindo tecnologia de ponta nem investimentos fixos do passado que pudessem dificultar a implantação de inovações, podendo assim, receber uma infra-estrutura nova a serviço de uma economia moderna já que não havia praticamente marcas dos sistemas técnicos anteriores.

> "Na Amazônia legal, o índice de urbanização passa de 28,3% em 1950 a 52,4% em 1980 (machado, 1983) e o número de núcleos urbanos duplica nesse mesmo período, subindo de 169 para 340 (Miranda, 1985,p.9)". (Santos,2008:68)

A região nordeste apresentou maior resistência à implantação de inovações sociais e materiais, devido a seu passado estar cristalizado na sociedade e no espaço, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, que atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarretando um retardo na evolução técnica e material desacelerando o processo de urbanização.

A significativa mecanização do espaço, no Sudeste, desde a segunda metade do século passado, a serviço da expansão econômica, contribuiu para uma divisão do trabalho mais acentuada que gerou uma tendência maior ao processo de urbanização.

Foi a renovação técnica que serviu como base material para a permanente renovação da economia e do contexto social que permitiu uma divisão do trabalho cada vez mais ampliada e a aceleração correlativa do processo de urbanização da região Sudeste.

A região Sul apresenta especificidades quanto ao seu processo de urbanização, pois reúne áreas de povoamentos mais antigos, incorporadas às civilizações mecânicas desde fins do século passado, e outras áreas cuja

incorporação tardia à civilização técnica lhes permitiu um desenvolvimento urbano mais rápido.

O ajustamento do espaço às novas condições do período tem dados particulares, no caso do Brasil, pois são ao mesmo tempo fatores de implantação e de aceleração do processo. Um deles é o modelo agroexportador que em função da dívida, criou no país, nas áreas mais ricas, certa continuidade no crescimento, com a presença de culturas agrícolas modernas, onde houve maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes.

> "Desse modo, o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos são menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época: entre regiões do mandar e regiões do fazer". (Santos, 2008:51)

Esse novo período que se estabelecia, denominado por Milton Santos (2008), como meio técnico-científico-informacional é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território, onde a informação em todas as suas formas é o motor fundamental do processo social e do território, e também equipado para facilitar a sua circulação.

> "Afirma-se, então, a tendência à generalização do meio técnico-científico. Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto àqueles três dados: ciência, tecnologia e informação". (Santos, 2008:39)

O meio técnico-cientifico-informacional[3], com suas mudanças e transformações no território e na sociedade, traz uma nova fase na

---

[3] O período Técnico Científico Informacional começa praticamente após a segunda guerra mundial e, sua afirmação, incluindo os países de terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. Difere dos períodos anteriores pela profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas. Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como

urbanização brasileira, sendo um dos elementos fundamentais para tais mudanças um aumento exponencial da quantidade de trabalho intelectual, que não mais se distingue sendo encontrado tanto nas cidades quanto no campo.

Esse meio técnico–cientifico-informacional configura o que poderia chamar de Brasil emergente, totalmente diferente daquele onde a ciência, a tecnologia e a informação não eram características fundamentais, nem categorias essenciais de explicação dos acontecimentos econômicos, sociais e políticos.

Dentro dessa perspectiva as cidades locais mudam de conteúdo, antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas.

A partir desse momento não existe distinção entre as profissões urbanas e as rurais, porque ambas se alocam em todos os espaços.

A cidade torna-se o local de regulação do que se faz no campo, sendo essa cidade a responsável por assegurar a nova divisão do trabalho agrícola, deixando de ser a cidade local no campo transformando-se em cidade do campo.

As metrópoles passam a ter um novo significado, estão presentes em toda a parte, e no mesmo momento. Paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais.

> "Hoje, a metrópole está presente em toda a parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política". (Santos, 2008:102)

Essa expansão da metrópole, onde o espaço torna-se mais unificado e fluido, com condições de instantaneidade e simultaneidade jamais alcançadas

---

informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional.

anteriormente, trouxe como conseqüência a necessidade de implantação de serviços coletivos, onde o capital monopolista direciona parcelas maiores da receita pública à cidade econômica em detrimento da cidade social.

Nos últimos decênios, o espaço nacional conheceu transformações extensas e profundas, onde a modernização constituiu-se como o motor dessas mudanças, acarretando organizações e reorganizações segundo as variáveis de cada lugar.

> "Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização a que vimos assistindo no Brasil, desde o chamado "milagre econômico", conduziu o país a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicoesfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade. Tal conjunto, formado pelas novas condições materiais e pelas novas relações sociais, cria as condições de operações de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que agem na esfera da produção, da circulação e do consumo, e cujo papel, direto ou por intermédio do poder público, no processo de urbanização e na reformulação das estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades, permite falar de urbanização corporativa e de cidades corporativas". (Santos, 2008:117)

Essas novas relações que estão ocorrendo dentro do território brasileiro estão a nos indicar que o processo de metropolização vai prosseguir, mas acompanhado de um processo de desmetropolização. As maiores cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão, obedecendo a mesma lógica socioeconômica e geográfica.

> "Há, pois, evidente processo de desmetropolização, sem que o tamanho urbano das metrópoles diminua: são as cidades médias que aumentam em volume, crescendo sua participação na população urbana. Enquanto as cidades com mais de 2 milhões de habitantes tem sua população urbana multiplicada por 3,11 entre 1950 e 1980, o multiplicador para aqueles entre 1 milhão e 2 milhões era de 4,96. Esse índice é de 5,90 para a população urbana vivendo em aglomerações entre 500 mil e 1 milhão e de 5,61 para o conjunto daquelas entre 20 mil e 500 mil habitantes". (Santos, 2008:135)

As cidades médias são crescentemente, o *lócus* do trabalho intelectual, o lugar onde se obtêm informações necessárias a atividade econômica. A metrópole por sua própria composição orgânica do espaço e do capital continuaram a acolher a população pobre e despreparada.

O período atual está marcado pelo crescente fluxo de pobres para as grandes cidades, ao passo que as cidades médias serão o lugar dos fluxos crescentes da classe média.

Segundo Santos (2008:138) vivemos em um novo patamar de integração territorial brasileira, com uma nova qualidade do sistema urbano, não somente por causa da maior configuração territorial, mas por causa também de sua maior espessura, que lhe é dada pelo uso da ciência, da tecnologia e da informação, além de criar uma maior divisão do trabalho.

> "Estaríamos, agora, deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais a ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos. Trata-se, na verdade, de metáforas, pois o urbano também mudou de figura e as diferenças atuais entre cidade e campo são diversas das que reconhecíamos a alguns decênios". (Santos, 2008: 138)

# CAPÍTULO IV

## 4. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA AMAZÕNIA

### 4.1 Histórico da Ocupação na Amazônia

A conquista e a colonização da região Amazônica foram motivadas por diversos fatores, prevalecendo sempre a busca de riquezas minerais, vegetais e a consolidação de uma base de produção mercantilista que garantisse lucros imediatos à metrópole.

Os Espanhóis foram os descobridores do vale amazônico, porém a ocupação e a colonização ficaram a cargo de Portugal.

O cenário internacional foi o que incentivou essas conquistas, a expansão mercantilista européia iniciada no séc. XV que necessitava incorporar novas áreas ao sistema emergente capitalista. Neste cenário, uma das alternativas encontradas foi o continente americano, e entre os países americanos daremos ênfase ao Brasil.

Segundo Teixeira e Dante (2002), o primeiro núcleo colonial português estabeleceu-se na Amazônia no início do séc. XVII, o forte do presépio, que daria origem a Belém do Pará, o interesse na construção do forte estava na posse do território ameaçado pelos estrangeiros que ali estabeleceram feitorias.

A cidade de Belém, capital paraense seguiu o padrão de criação urbana que antecedeu ao povoamento de suas futuras regiões de influência. A capital foi fundada pelos portugueses provenientes de São Luís e tinha como função servir de ponto estratégico para a proteção da região contra ataques de estrangeiros.

Francisco Castelo Branco funda em 1616, o Forte do Presépio de onde se desenvolve a cidade de Belém. Foi do pequeno núcleo, junto ao forte de onde surgiram os primeiros núcleos de povoamento como as atuais cidades de Bragança criada em 1633 e Cametá criada em 1635.

Este seria o primeiro período do estabelecimento da rede urbana amazônica segundo Lobato (1987), onde as cidades apresentavam duas

funções, a primeira de servir como ponto de defesa do território e a segunda servir como ponto de penetração e conquista do território. Esse padrão de elaboração da rede urbana foi também o aplicado em muitos países da Ásia, África e do continente Americano.

O interesse de ocupação das áreas amazônicas ocorria em uma parceria dos colonos com o governo português que visavam dominar a região dada a sua exuberância e vastidão. Outro fator que impulsionou Portugal foi o interesse de organizar após 1655, o mercado de especiarias, por eles denominados no Brasil como “Drogas do Sertão”.

A partir de 1655 devido à perda do mercado produtor de especiarias com o Oriente, a Europa destina-se à procura, coleta e comércio de especiarias implantando na região amazônica a exploração das chamadas “drogas do sertão” eram produtos valorizados na Europa, utilizados como condimentos, em uso farmacêutico, enfeites e englobava produtos como o cacau, cravo, canela, salsaparrilha, madeira, manteiga de peixe, entre outros.

Este período estende-se da metade do séc.XVII ao final da primeira metade do séc. XVIII correspondendo segundo Lobato (1987) a segunda fase da elaboração da rede urbana da Amazônia.

Foram às missões religiosas as responsáveis pelo maior impulso de civilização na Amazônia. Primeiramente vieram os franciscanos que levantaram o convento da Una, depois os Jesuítas, Carmelitas, Mercedários, Capuchos da Piedade e os frades da Conceição da Beira do Ninho.

Segundo Tocantins (1960), a carta Régia de 1693 estabeleceu zonas de influência para as ordens pias. Na margem meridional do Amazonas ficaram os jesuítas, na região do cabo norte os frades capuchos de Santo Antônio e a margem setentrional do rio mar, cabendo o distrito de Gurupá aos padres da piedade.

O trabalho missionário estava ligado ao trabalho social e econômico da Amazônia, foi o que permitiu romper as organizações indígenas e ativar a agricultura e agrupá-los nas aldeias, formando células de povoamento regional, de onde nasceram quase todas as cidades sedes dos municípios atuais.

Foram as aldeias missionárias que desempenharam o papel de estabilizador social e de centros de expansão da colonização.

Em meados do séc. XVIII o controle territorial missionário foi rompido, em função da descoberta das minas de ouro, pelos conflitos entre colonos e missionários pelo controle da mão-de-obra indígena, além, da crise em Portugal que inicia um processo de reforma político-econômica instaurando a era pombalina.

Inicia-se então o terceiro período da periodização da Amazônia exposto por Lobato (1987), onde o relativo desenvolvimento urbano da Amazônia estava totalmente apoiado na Ação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, fundada em 1755 sob o domínio do Marques de Pombal, primeiro ministro português.

Durante o período de 1750 a 1780, a rede urbana amazônica, até então embrionária passa por um desenvolvimento mais profundo, que não derivou da incorporação de novas áreas à economia colonial e o conseqüente aparecimento de novos núcleos dotados de funções urbanas, derivou principalmente da expansão das atividades produtivas nas áreas já incorporadas economicamente.

A era pombalina institui então mudanças no contexto da Amazônia através da construção de novas unidades administrativas, na construção de fortificações mais eficientes, na transformação dos antigos núcleos missionários em vilas portuguesas e com expedições científicas demarcatórias que criaram um acervo regional e cartográfico.

A empresa pombalina foi à responsável por mudanças específicas dos elementos da rede urbana amazônica, assim como também fez acentuar tantas outras funções urbanas. A paisagem urbana amazônica caracterizava-se como uma réplica parcial da paisagem urbana portuguesa.

O final do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX seriam marcados por uma estagnação econômica e urbana regional na qual, segundo Lobato (1987), compreende o quarto período de expansão da rede urbana amazônica.

Dois fenômenos externos na Amazônia aparecem como os responsáveis pela estagnação econômica e urbana, a extinção em 1778 da Companhia

Geral do Grão Pará e Maranhão e o desfavorecimento dos produtos tropicais em geral no panorama mundial.

Ambos os eventos afetam a vida urbana que agora não mais se caracterizava como embrionária, mas ainda não era solidamente estabelecida. Verifica-se de um lado a paralisação da expansão agrícola nas áreas agrícolas mais importantes e do outro lado, como conseqüência, uma diminuição do crescimento urbano, chegando a causar a diminuição da população urbana.

Ao final da primeira metade do séc. XIX, em um momento antecedente à grande expansão econômica e urbana apoiada na valorização da borracha, a rede urbana amazônica caracteriza-se pela ascensão de Belém, e por um padrão espacialmente ribeirinho centrado no eixo do rio Amazonas.

O período entre 1850 a 1920 compreende o quinto período de expansão da rede urbana amazônica segundo Lobato (1987). Neste período a rede urbana amazônica ganha nova dimensão em termos econômicos e espaciais tendo como pano de fundo o *boom* do extrativismo da borracha.

Segundo Lobato (1987) as condições que permitiram a expansão do extrativismo da borracha foram: primeiramente a crescente demanda da borracha no mercado internacional e depois a superação de dois obstáculos regionais, o primitivo sistema de transportes e a falta de mão-de-obra além de capitais disponíveis para o financiamento da produção.

> "Deste modo a Amazônia insere-se na divisão internacional do trabalho através da produção da borracha para qual chegou a contribuir com cerca de 90% da produção mundial em 1890. A valorização da borracha foi de tal magnitude que chegou a eclipsar qualquer outra produção, inclusive a de produtos de subsistência para o mercado regional". (Lobato, 1987:48)

A partir de meados do séc. XIX, a exploração e exportação da borracha que acontecia de forma incipiente, aumentam em função do crescimento da produção em novas áreas extrativistas. Esse período foi denominado de "primeiro ciclo da borracha" que durou de 1877 a aproximadamente 1912.

> "Acompanhando, passo a passo, os índices da exportação da borracha, verifica-se o crescimento irresistível de números, significativo da demanda cada vez maior. Em 1847-1848, exportaram-se 58.367 arrobas. Em 1859-1860, 170.532 arrobas. Sete anos adiante as arrobas subiram para 412.384. E quando. Em 1871, o presidente Abil Graça dirigiu-se a Assembléia Legislativa da

> província, já anunciava que a borracha alcançara o primeiro lugar nos gêneros de exportação. Goma elástica, 4.890.089 quilos, cacau 3.381.246 quilos". (Tocantins, 1960:160)

Mesmo com as crises nos preços em 1900 e 1908, a extração da borracha apresentou uma ascensão incrível, apresentando em 1911 o máximo da produção.

Quadro 05 - *Produção da Borracha entre os anos de 1901 a 1911*

| Período | Produção (em Toneladas) |
|---|---|
| 1901 | 29.971 |
| 1902 | 29.890 |
| 1903 | 32.590 |
| 1904 | 33.090 |
| 1905 | 34.680 |
| 1906 | 37.540 |
| 1907 | 36.650 |
| 1908 | 38.511 |
| 1909 | 39.494 |
| 1910 | 38.177 |
| 1911 | 44.290 |

*Fonte: Tocantins, 1960: 179.*

Juntamente com o crescimento da exportação da borracha no mercado internacional, surgiu a necessidade crescente de mão-de-obra, que foi resolvida, em parte inicialmente, pela imigração intra-regional.

Migraram para as novas áreas extrativistas do oeste amazônico as populações dos antigos núcleos de colonização, porém, essa mão-de-obra não foi suficiente, permanecendo a exploração da mão-de-obra indígena. A mão-de-obra nordestina utilizada desde as primeiras décadas do séc. XIX foi uma das alternativas, porém, se intensificou com o aumento da demanda de matéria-prima e com a pior seca do século ocorrida no Nordeste do Brasil (1879/80).

Segundo Teixeira e Fonseca (2001), foi a grande seca no Ceará que propiciou condições para a vinda da mão-de-obra nordestina para os seringais, cerca de 60.000 nordestinos (brasileiros) já haviam penetrado nos seringais acreanos em 1900.

Os efeitos estavam associados à expansão da própria rede urbana e ao revigoramento econômico e demográfico dos núcleos urbanos já existentes, assim como a intensificação das relações entre os núcleos de povoamento, via mecanismos de “aviamento”.

> “Os novos núcleos surgidos, sobretudo, nos vales do Madeira, Purus e Juruá, na Amazônia Ocidental, tiveram suas origens vinculadas diretamente á Produção da borracha”. (Lobato, 1987:49)

O processo de expansão do extrativismo da borracha ultrapassou os trechos encachoeirados e de corredeiras dos afluentes do rio Amazonas, através das construções de ferrovias, um dos exemplos é a expansão que ocorreu pelo alto vale do rio Madeira.

A economia da borracha iniciou o desenvolvimento da urbanização, definindo o surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento inicial da forma urbana, reflexo da hierarquia imposta pelo comércio da borracha.

Belém e Manaus se destacam com a evolução da economia da borracha, a primeira pela descentralização dos recursos financeiros e pela população, a segunda pela interiorização das frentes exploradoras da borracha.

> “Trata-se na realidade, de uma primeira mudança na natureza da rede urbana, envolvendo as seguintes modificações: gênese dos núcleos urbanos, fruto da colonização oficial; dependência a produtos destinados ao mercado regional e não para exportação; sítio em terra firme e não em um terraço fluvial; localização a beira de uma ferrovia e não de rios que convergiam para Belém. Mas estas mudanças que associam ao processo de criação da zona de maior densidade urbana da Amazônia, constituem-se em um subproduto da expansão da borracha em seu momento de máxima valorização. Não caracteriza, por isso, nenhuma fase específica do processo de elaboração da rede urbana. Mas vários dos aspectos caracterizam esse setor da rede urbana amazônica irão caracterizar vários segmentos da rede urbana amazônica nos períodos pós – 1960”. (Lobato, 1987:51)

Entre os anos de 1911 a 1920 a produção da borracha na Ásia já havia ultrapassado a produção brasileira.

> “A Ásia possuía já em 1920 cerca de 1.700 mil hectares de terras cultivadas com seringueiras, cujo número era superior a 300 milhões de pés”. (Santos 1980 apud Lobato 1987:53)

A partir de 1910 quando os preços começaram a cair no mercado internacional, numerosas casas “aviadoras” passam a falir, havendo

paralelamente o abandono de seringais, a diminuição do tráfego fluvial, desempregos urbanos e nos seringais além do aumento da dívida pública interna e externa.

Inicia-se então o sexto período determinado por Lobato (1986) como a fase da estagnação decorrente da crise da borracha no mercado internacional.

Com o intuito de manter elevados os preços da borracha e a posição do Brasil no mercado internacional, em virtude do contrabando de mudas de seringueira para o Oriente pelos Ingleses, foram tomadas algumas medidas embora tardiamente.

Sendo assim, em 1911 foi criada a liga dos aviadores, um órgão de classe que visava proteger os interesses mercantis regionais. Ainda em 1911 cria-se o convênio Pará-Amazonas que na esfera oficial, visava defender os interesses vinculados ao comércio da borracha.

Em 1912, o governo federal cria o plano de Defesa da Borracha, um projeto de desenvolvimento regional envolvendo a produção da borracha, industrialização, imigração, saúde, transportes e produção agrícola. Contudo nenhum dos planos conseguiu cumprir seu papel objetivamente.

A estagnação da borracha traz uma nova configuração espacial para a região, diminui o fluxo migratório para a Amazônia, mas também inicia um refluxo da população para suas áreas de origem.

Tendo em vista a tendência dos seringalistas de se libertarem do comércio de Belém e Manaus, os centros responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios, foi permitido o desenvolvimento da agricultura de subsistência nos seringais pelos seringueiros, tornando-os menos dependentes das cidades afetando a vida comercial destas.

Apesar da decadência do extrativismo da borracha ter afetado a rede urbana da Amazônia, no período que se estende de 1920 a 1960, alguns pequenos núcleos urbanos apresentaram um crescimento relativamente importante, como a cidade de Marabá (PA), devido ao fato de que durante a década de 1920 ter se tornado uma importante área de produção de castanha-do-pará e não ter somente embasado sua economia na extração da borracha.

Outros casos são as cidades do médio vale do Amazonas que a partir de 1935, tiveram a cultura da produção de juta inserida pelos japoneses.

Razões de ordem política e estratégica fizeram com que a parte periférica do Amazonas, no inicio da década de 1940, fosse desmembrada dos Estados do Pará e Amazonas originando os Territórios do Amapá, do Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Estado de Rondônia).

A criação dessas unidades administrativas implicou em uma revitalização da rede urbana da Amazônia onde passam a aparecer novas funções urbanas principalmente aquelas vinculadas às atividades governamentais.

As cidades de Belém e Manaus durante os anos de 1920 e 1960 foram as mais afetadas pela estagnação econômica.

> "A rede urbana da Amazônia caracteriza-se em 1960, em um dos marcos do período em questão, pela macrocefalia de Belém, então com 377.777 habitantes seguida pela capital amazonense com 152.432. Ambas concentrando 54,52% da população urbana regional, 52,71% do pessoal ocupado na indústria e 37,95% no comércio". (Lobato, 1987:56)

Ainda durante esse período, novas formas espaciais são introduzidas na Amazônia, anunciando novos padrões que fariam parte da rede urbana regional no período seguinte; a "Company Town", núcleo implantado por uma grande empresa industrial e o núcleo rural-urbano do "centro", núcleos pequenos, originalmente de natureza rural, localizado longe dos rios, estabelecendo padrão de "centro" em plena mata.

Nos anos após o primeiro ciclo da borracha, a economia amazônica permaneceu adormecida frente à economia mundial, na segunda metade do séc.XIX a região amazônica insere-se novamente na economia internacional, com a revalorização da borracha.

Essa nova onda de transformações advindas do segundo ciclo da borracha trouxe preocupações oficiais com a demarcação das fronteiras externas, além da ênfase dada as novas expedições científicas para ampliar os conhecimentos científicos da região.

A segunda etapa da economia gomífera produziu um intenso povoamento regional, responsável pela incipiente rede urbana.

No Brasil, verifica-se a industrialização maciça de certas áreas no Sudeste entre 1955-1960 com o intuito de manter a hegemonia da região, assim como a incorporação mais efetiva das Regiões Centro-Oeste e Norte que passaram a se constituir em "fronteiras do capital".

Foi em função desta "fronteira" a partir de 1960 que se verifica um conjunto de transformações na rede urbana brasileira, principalmente na rede urbana amazônica, onde um novo período se inicia.

> "A incorporação da Amazônia ao processo geral de expansão capitalista no País verifica-se a partir de sua transformação em "fronteira do capital". Dada a dimensão territorial dos recursos – a floresta, a terra, o potencial hidrelétrico e os minérios – bem como dada a dimensão dos capitais disponíveis, o capitalismo criou na Amazônia uma fronteira ampla e extremamente diversificada que envolve uma variedade de agentes, propósitos e ações, bem como, conflitos também distintos". (Lobato, 1987:57)

A incorporação que se inicia a partir da década de 1960, segundo Cardoso e Muller (1977) *apud* Lobato (1987), não compreendia mais uma integração de natureza cíclica à divisão internacional do trabalho sem a criação de uma divisão interna do trabalho, trata-se de uma integração efetiva que teve como suporte o capital constantemente ali aplicado e pelo fluxo de força de trabalho que para lá se deslocou.

Podemos associar o sistema de "expansão" e "ocupação" da Amazônia como uma forma de tentar solucionar mais uma crise do sistema capitalista que ocorria tanto a nível interno como externo.

> "O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível, esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos". (Harvey, 2005:43)

Segundo Harvey (2005), as crises impõem algum tipo de racionalidade e ordem no desenvolvimento econômico capitalista, isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; elas criam condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista, porém,

essa racionalização apresenta custos sociais e trágicas conseqüências humanas e ambientais.

No caso da região amazônica, por esta se constituir a última fronteira agrícola, pela grande quantidade de recursos minerais, devido ao seu potencial hídrico tornou-se como uma das alternativas para a crise capitalista que se apresentava no Brasil.

### 4.2 Mecanismos utilizados para garantir a ocupação da Amazônia

As políticas de colonização da Amazônia se diferenciam por dois fatores: por se constituir como uma colonização dirigida e por suas políticas governamentais em uma ação planejada do governo para responder a interesses políticos, militares e econômicos. A colonização da Amazônia foi, sobretudo, de natureza política e não se referendou em uma base científica.

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas, estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo.

O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia.

A integração atendia a vários propósitos simultaneamente, e incluía a burguesia nacional, o capital estrangeiro e o Estado Brasileiro.

Inicia-se então a sétima fase segundo Lobato (1987) do processo de periodização da rede urbana amazônica, caracterizada como período atual, que inicia em 1960 e perdura até os dias atuais, responsável pelo intenso processo de mudança econômica e urbana na Amazônia.

O Estado apresentou um papel muito importante dentro das políticas de incorporação da Amazônia, foi o responsável pelos investimentos em infra-estrutura, o avalista e o repassador dos recursos vindos do exterior além de

estabelecer o conjunto de políticas que concretizariam o propósito de incorporação capitalista da Amazônia.

Segundo Lobato (1987:57); essas políticas se dividiram em três etapas:

1. A primeira etapa se constitui em um controle do excedente demográfico rural, seja do Nordeste ou do Centro-Sul do país, com intuito de mandar para a Amazônia o excedente rural destas regiões, diminuindo assim o afluxo para as áreas metropolitanas, criando ao mesmo tempo na Amazônia um mercado de força de trabalho para o capital. A criação do PIN (Plano de Integração Nacional), em 1970 e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de onde se originaram os projetos de colonização dirigida, tanto ao longo da rodovia Transamazônica quando da BR-364 que atravessa o Estado de RO, são resultantes da política implementada nessa primeira etapa.
2. O segundo passo constituía em incorporar a Amazônia ao mercado de consumo de produtos industrializados e de matérias-primas. Para que isso acontecesse era necessário criar uma rede de infra-estrutura de estradas e rodovias, sendo assim criou em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o sudeste do país através de Brasília e mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR 364) e Santarém (Cuiabá-Santarém), com isso a produção do Sudeste tinha condições de chegar a Amazônia, assim como agora havia a possibilidade de enviar matérias-primas para o Sudeste. Com o intuito de se conhecer melhor os recursos naturais da Amazônia, que possibilitaria a implantação de grandes projetos que iriam propiciar a melhor exploração destes recursos foi criado em 1968, o Comitê Coordenador de Recursos Energéticos da Amazônia, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) em 1969, e do Projeto Radar da Amazônia (RADAM) em 1970. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967 veio viabilizar a implantação de um distrito industrial e que causou grandes mudanças na rede urbana.
3. A terceira etapa constituía-se pelo controle capitalista dos recursos naturais sobre a forma de apropriação de enormes extensões de terras

ricas em madeiras, minérios e solos para a agropecuária. Com o intuito de viabilizar este propósito foi criado em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e organizou-se seu agente financeiro, o Banco da Amazônia S/A (BASA), órgão responsável pela ocupação privada da Amazônia.

> "Impõe-se uma estrutura fundiária marcada pela grande propriedade rural onde grandes grupos pecuaristas, empresas nacionais e do setor industrial e de serviços, bem como, grandes corporações estrangeiras estão presentes, controlando milhares e milhares de hectares de recursos. Impõe-se, também, o trabalho assalariado temporário que tem sua origem na expropriação dos pequenos agricultores que, em busca de terras, penetram na região". (Lobato, 1987:58)

Todos esses fatores, o controle do excedente rural e a criação de força de trabalho disponível para o capital, a inserção da Amazônia no mercado capitalista de produtos e o controle dos recursos naturais são as bases em que se ergueu a "fronteira do capital" na Amazônia.

Essas políticas começaram a ser implantadas com maior intensidade durante o regime militar e estavam regadas pelas idéias da Escola Superior de Guerra (ESG), onde existia a crença de uma política de integração da segurança nacional sob a tutela de um Governo Federal forte.

> "A política de Colonização Dirigida foi concebida sob o marco que a elite militar responsável pelo Golpe de 1964 estabeleceu. Como antigos estudantes da escola Superior de Guerra (ESG), eles acreditavam numa política de integração da segurança nacional e do desenvolvimento sob a tutela de um Governo Federal forte. Esta crença levada à prática resultou na participação do Governo mais hipertrófica já registrada na história brasileira". (Henriques, 1984:396)

A seca na região nordeste no ano de 1969/70 acelerou a intervenção do governo federal para viabilizar as políticas de colonização para a região Amazônica. A população rural constituía-se como um problema pela sua volatilidade, eram migrantes em potencial e os centros urbanos já apresentavam sinais de inchaço e demandas por saúde, habitação e serviços públicos.

> "Logo após a visita do Presidente Médici às áreas afetadas pela seca em março de 1970, foi anunciada a construção da Transamazônica, a pavimentação da Belém-Brasília e a construção de outras estradas ligando a Amazônia e o centro-oeste". (Henriques, 1984:398)

Levando em consideração todos os fatores levantados, fica difícil acreditar que a política implantada pelo governo militar tinha como interesse principal responder ao desemprego gerado pela crise nordestina de 1970, mas pelas características apresentadas demonstra-se com muito mais clareza as políticas do Estado autoritário, que tinha como interesse fazer frente aos interesses internacionais na Amazônia.

Essas políticas representaram, por outro lado, uma forma de aliviar as tensões sociais no campo sem que necessariamente se realizasse uma reforma agrária.

A partir da década de 70, através de investimentos públicos inicia-se a extensão da fronteira Amazônica, com a Transamazônica e implantação da política de colonização sustentada pelo PIN[4] (Programa de Integração Nacional).

Segundo Henriques (1984:399), os objetivos específicos do PIN eram:

a) Deslocar as fronteiras econômicas, particularmente as agrícolas para os bancos da Amazônia;

b) Criar as condições que possibilitassem a incorporação da região na economia de mercado, fornecendo a um enorme segmento da população, até então dispersa e estagnada, as condições necessárias para a produção e o conseqüente poder de compra;

c) Estabelecer as bases para a efetiva transformação agrícola da região semi-árida do Nordeste;

d) Redirecionar o potencial migratório do Nordeste para os vales úmidos desta região e para suas novas fronteiras agrícolas, evitando assim seu deslocamento para as áreas urbanas do Centro Sul; e,

e) Assegurar ao Nordeste o apoio do Governo Federal, a fim de garantir um processo de industrialização que permitisse a

[4] A política de desenvolvimento incorporada pelo PIN tinha como objetivo fundamental a redução dos desequilíbrios regionais e a descentralização do processo de desenvolvimento através da criação de novos centros de progresso.

consecução e auto-sustentação das metas de desenvolvimento programadas.

Estas metas não foram as únicas políticas implantadas pelo Estado, mas foram criados uma série de decretos que viabilizavam legalmente o propósito do Estado.

> "Foi definida uma área prioritária ao longo da Transamazônica para realizar a reforma agrária; criado o Departamento Regional do INCRA; determinado que os projetos de reforma agrária deveriam incluir 100 mil unidades familiares; convocadas a organização de 100 cooperativas, a realização de estudos sobre as condições socioeconômicas da área e de um arquivo técnico de referências sobre a região; exigida a legalização dos títulos de posse das terras em favor dos posseiros que no momento ocupavam a terra e, finalmente, determinado que os recursos para o empreendimento todo seriam previstos pelo INCRA e pelo PIN".
>
> "A aplicação destas políticas na área liberou 6,5 milhões de hectares na região prioritária e 2,2 milhões de $Km^2$ situados numa faixa de extensão de 100 quilômetros em ambos os lados das rodovias na região da Amazônia, deixando a cargo do governo a distribuição das terras". (Henriques, 1984:399)

Os serviços básicos aos colonos recém-chegados seriam fornecidos pelas agências federais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teria a função de demarcar e prover os lotes aos colonos, construir agrovilas e providenciar os serviços de saúde e educação até que fossem assumidos por agências específicas.

Dentre as agências envolvidas no processo a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) daria assistência técnica, o Banco do Brasil forneceria crédito a juros baixos enquanto a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) faria a distribuição de alimentos a preços mais acessíveis. O serviço de saúde seria executado pela Fundação Serviço Especial da Saúde Pública (SESP) e pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública que atuariam no combate a malária.

Os recursos necessários para a aplicação de todas essas políticas viriam da transferência de 30%dos incentivos fiscais ao Plano de Integração Nacional (PIN).

Segundo Henriques (1984), as metas do INCRA de estabelecer 100 mil famílias de 1971-1974 nunca foi atingida, em 1974 somente 5.717 famílias

tinham se estabelecido nos projetos de Marabá, Altamira e Itaituba, grande parte desse fracasso associa-se aos problemas associados a terra, principalmente a baixa fertilidade.

Apesar de todo o esforço para a implantação do Plano de Integração da Amazônia, os frutos esperados não ocorreram, não havia estudos acerca do solo Amazônico no momento em que as políticas de colonização foram implantadas, acreditava-se que a exuberante vegetação em um clima tropical, apresentasse um solo rico.

Foi os estudos do RADAMBRASIL[5] na década de 1970, que demonstraram a baixa fertilidade natural dos solos amazônicos, fator este que contribuiu para que os programas de colonização não obtivessem o êxito esperado.

Fatores como a origem dos migrantes que se constituíam na sua grande maioria camponeses nordestinos[6], analfabetos, com precárias condições de saúde, inadequados hábitos nutricionais, associado à falta de uma adequada infra-estrutura de saúde fez com que o índice de desistências aumentasse, em decorrência da impossibilidade de se adaptar ao novo ambiente.

Os que permaneciam se deparavam com um novo problema, a falta de suporte estrutural, inadequados sistemas de crédito, precariedade do sistema viário, inexistência de meios de transportes para o escoamento, o que dificultava o aproveitamento da terra.

---

[5] O RADAMBRASIL foi um projeto desenvolvido na década de 70 pelo Ministério de Minas e Energia com o intuito de fazer o mapeamento básico da qualidade do solo, vegetação, geologia, aptidão agrícola e uso potencial da terra de todas as regiões brasileiras. A pesquisa foi realizada com o auxilio dos recursos de radar.

[6] Em 1971, uma pesquisa dirigida pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) concluiu que, em dez projetos de colonização executados pelo governo nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o local de origem dos imigrantes foi fator definidor de muitas das suas características. O outro fator que veio a tona quando se analisou os resultados da política de colonização é que dentre os nordestinos que vieram para a Amazônia foram aqueles com perfis menos privilegiados: a média da escolaridade era inferior a um ano; tinham sido na sua maioria trabalhadores familiares ou meeiros (62%), conseqüentemente suas condições socioeconômicas eram as piores; mesmo assim, eles tiveram as porcentagens mais baixas de resposta quanto aos motivos ditos. A história migratória deles era a mais simples dentre todos os grupos: eles deixaram seus projetos de origem com as idades mais adiantadas, chegaram aos locais dos projetos nos seus inícios e fizeram em média apenas um movimento. Apesar de mostrar locais de destinos diversificados, mais rurais que urbanos, eles chegaram aos locais dos projetos onde foram entrevistados com pouquíssimo capital. (Tavares et all in Henriques 1984)

A inadaptabilidade dos colonos associada à degradação que esse tipo de colonização vinha causando, visto que as massas de colonos espontâneos tinham suas atividades voltadas para a destruição da mata e o esgotamento do solo, levou a um novo tipo de colonização que permaneceu sob o domínio das grandes empresas.

> A nova vocação para a Amazônia fica clara no discurso do Ministro do Planejamento: "até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e a de provermos a manutenção do equilíbrio ecológico nos levam a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver essa região". (Cardoso & Muller, in Henriques, 1984:402)

Como suporte para a concretização da mudança de visão das autoridades superiores, foi implantado o II Plano de Desenvolvimento para a Amazônia compreendido entre os anos de 1975 – 1979.

O PND II (Programa Nacional de Desenvolvimento) de 1974 tinha como meta defender nas terras fronteiriças, uma política capitalista em detrimento da agricultura familiar, uma política de ocupação do tipo extensiva e abrangente passou a ser implantada na região, concentrando os investimentos em grandes empreendimentos estatais e privados, que tinham maior probabilidade de retorno em curto prazo, privilegiando as áreas que já apresentavam alguma concentração econômica e populacional (COSTA, 1997).

Esta mudança de política manifestada no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, enfatizava a ocupação de lotes entre 500 e 3 mil hectares, com o intuito de atrair as grandes empresas de capital agrícola e criação de gado sejam elas nacionais ou estrangeiras para a região amazônica.

As conseqüências desta mudança foram a elevação dos preços das terras expropriadas, a concentração de lotes de 100 hectares, assim como sua venda e a invasão de terras privadas e reservas indígenas. Estes processos transformaram a terra de bem de produção para objeto de especulação.

As fases mais recentes de ocupação da Amazônia, inaugurada nos anos oitenta, conjugou esforços voltados à mineração, agroindústria e a reforma agrária, sendo colocada à mineração como centro do desenvolvimento regional (KITAMURA, 1994).

Nos anos 90 teve inicio o cultivo de soja na região, prometendo mudanças nos modelos de ocupação da Amazônia e na economia regional, com previsão de abertura de corredores multimodais, integrando hidrovias, ferrovias e rodovias (CARVALHO, 1999).

### 4.3 A Urbanização da Amazônia

Segundo Harvey (1973) *in* Becker (1978) o fenômeno urbano na região Amazônica deve ser analisado segundo o conceito de que as cidades são construções geradas pela mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significantes do produto excedente socialmente designado.

Os povoados, ou seja, a menor categoria do fenômeno urbano consiste na maneira mais eficiente de estudo da urbanização da Amazônia. Estes povoados tiveram seu estopim a partir da construção das rodovias com maior ênfase quando da construção da rodovia Belém-Brasília.

> "Povoados são núcleos populacionais especialmente compactos com nomes reconhecidos localmente, que possuem caráter rural-urbano. São residência de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores em pequenos centros de mercado. Não possuem, assim, a variedade de funções, a complexidade social, e o *status* legal, critérios necessários à sua classificação como centros urbanos segundo a teoria contemporânea. Contudo, de acordo com o conceito adotado, é possível considerar os povos como uma manifestação de urbanismo, sua forma particular, estando vinculada à sua função no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado. Essas incipientes formas de urbanismo constituem a base local de operação, elo de uma grande cadeia que mobiliza o excedente em favor da classe mais poderosa e suas expressões espaciais – as metrópoles (nacionais e internacionais)". (Becker, 1978:111)

Segundo Becker (1978), foi a organização agrária efetivada sob o desenvolvimento capitalista pós 1930, o fator responsável pela emergência dos povoados. A introdução de um novo modo de produção que substituía a economia agroexportadora possibilitou condições institucionais para a predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, assim como a expansão das atividades vinculadas ao mercado externo.

Esses povoados não possuem a complexidade e os critérios para se enquadrarem nas teorias urbanas contemporâneas, mas estão vinculados ao padrão global do produto excedente. Essas incipientes manifestações de

urbanização são responsáveis por mobilizar o excedente a favor dos grandes centros do centro-sul-sudeste do país.

Os núcleos urbanos da Amazônia além do seu papel clássico de circular mercadoria, capital, informação têm a função de organizar o mercado de trabalho, com pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho.

O período de substituição das importações compreendido entre 1930 e 1960, durante o período da industrialização tinha como esforço favorecer a empresa industrial, a função do sistema agrícola era permitir a estabilidade do sistema, fornecendo mão-de-obra barata e alimentos para os trabalhadores urbanos, fatores que permitiram a empresa industrial acumular.

A expansão continua horizontal do território foi outro fator responsável pela acumulação da empresa industrial que ocorreu sob a forma de acumulação primitiva estrutural, em que se expropria do excedente criado pela posse transitória da terra por trabalhadores rurais.

> "Este mecanismo foi responsável pela acumulação urbana, pela emergência de um proletariado rural e pela expansão da fronteira agrícola que, apoiada na construção de rodovias, produzia alimento barato para o mercado interno. Iniciando em torno de São Paulo, a fronteira avançou gradativamente para os estados centrais, alcançando a borda da Amazônia". (Becker, 1978:112)

Novos elementos condicionantes à urbanização e à expansão da fronteira agrícola ocorreram pós 1960 na região amazônica, foi a possibilidade da grande empresa reproduzir o excedente através da sua expansão, não somente por políticas de incentivos fiscais ou financiamentos especiais, mas sobre as mais variadas formas.

Segundo Becker (1978), as formas mais importantes de reprodução do excedente parecem ser: a) o próprio incentivo fiscal e financiamentos; b) a apropriação de terras, uma vez que estão sofrendo uma fantástica elevação de preço; c) a possibilidade de exportar para a região, e da região.

O processo de ocupação da Amazônia se intensificou, segundo Becker (1978), com a formação do moderno aparelho de estado brasileiro, associado

à sua crescente intervenção na economia e no território, com base na predominância da ideologia da segurança nacional.

Além disso, a necessidade de unificar o mercado nacional, associado ao avanço da industrialização, também contribuiu para explicar a necessidade de desbravar a região.

Para que a Amazônia fosse o local de expansão da fronteira agrícola, para a manutenção do processo de industrialização, era necessário ligar a Amazônia ao centro do País. Sendo assim, rodovias foram construídas ou pavimentadas e a migração foi estimulada.

O revigoramento das rodovias traz a troca da velha estrutura de circulação fluvial, que caracterizava a chamada ocupação beiradeira, pela trama viária terrestre, ligando os novos núcleos urbanos, que surgiam ao longo das rodovias, trazidos pela colonização oficial ou espontânea.

> "O povoamento regional da Amazônia, nas últimas 3 décadas alterou estruturalmente o antigo padrão secular, fundamentado na circulação fluvial. As rodovias atraíram a população para a terra firme e para as novas áreas, abrindo clareiras na floresta, e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais". (Becker, 2004:73)

A mudança na escala da mobilização excedente associada às políticas adotadas pelo governo militar que intensificou o processo de urbanismo na região amazônica, desde a metropolização até a emergência de povoados ao longo de novas rodovias ou de rodovias revitalizadas por onde circula o excedente.

Face às mudanças provenientes da chamada, segundo Lobato (1987), "fronteira do capital", que incluía mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, a ocupação espontânea ou dirigida da região, a abertura de rodovias e a implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração e hidrelétricos verificam-se transformações na rede urbana, tais mudanças interferem e viabilizam diretamente nestas mudanças.

> "Tais transformações referem-se ao aparecimento, em escala mais ampla, de outros modelos de gênese de cidades e de novas funções urbanas, à dependência da rede urbana a um maior número de produtos, e ás alterações no tipo de sítio, paisagem urbana e no padrão espacial da rede de cidades: a localização no "centro" e em

> áreas de "terra firme", em detrimento da "beira" em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam simultaneamente, a valorização de outro sítio e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana". (Lobato, 1987:58)

As formas espaciais e as funções urbanas do passado, ou seja, os *fixos* conforme Milton Santos, não se perderam, mas continuam presentes, porque se fazem necessárias nas áreas da Amazônia ainda pouco afetadas pelas transformações da "fronteira do capital".

Nas últimas décadas, a urbanização da população amazônica tem sido ampliada. Segundo os dados de Lobato (1987:59); em 1940 a população urbana representava 27,7 % do total, já em 1960 crescia para 37,7%, chegando em 1980 a 51,6% do contingente demográfico da região.

Outro aspecto que deve ser levantado sobre a urbanização da Amazônia é a elevada concentração que vem ocorrendo nas ultimas décadas em poucos centros urbanos.

Em 1960, a população das seis capitais político-administrativas: Belém, Manaus, Porto-Velho, Macapá, Rio Branco e Boa Vista representavam 62,1%[7] da população urbana da região, dentre elas Manaus e Belém sozinhas eram responsáveis por 54,5% do efetivo urbano da Amazônia.

Já em 1980, 64,3% correspondiam a população urbana das seis capitais político-administrativas (Belém, Manaus, Porto-Velho, Macapá, Rio Branco e Boa Vista) sendo 53,8% correspondente somente a população urbana de Manaus e Belém.

A transformação que tem ocorrido durante os anos de 1960 a 1980 na Amazônia tem privilegiado as cidades capitais, onde 65,4% do aumento da população urbana foi devido as seis cidade mencionadas.

Núcleos de povoamento, que se apresentavam estagnados ou que nunca tinham apresentado maior importância, com a abertura de rodovias de penetração associado à valorização econômica se revitalizam.

[7] Os dados apresentados foram retirados do artigo de Roberto Lobato Côrrea, publicado na Revista Brasileira de Geografia no ano de 1987.

## 4.4 A ocupação efetiva da Amazônia e os projetos de colonização

A construção da BR-364 em Rondônia e a colonização ali implantada pelo INCRA a partir da década de 1970, foram fatores responsáveis pelo revigoramento de antigos e inexpressivos lugarejos, que se constituíam em modestos centros vinculados a um decadente extrativismo da borracha, garimpagem de diamantes e cassiterita além daqueles lugares implantados no começo do século em razão das linhas telegráficas de Marechal Rondon.

Dentro desse contexto podemos destacar a colônia Paulo Assis Ribeiro (Vilhena), Ji-Paraná (Pimenta Bueno), Ouro Preto (Ji-Paraná) e Marechal Dutra e Burareiro (Ariquemes).

> "Como conseqüência, o crescimento desses núcleos foi notável: Ariquemes, por exemplo, passa de 849 habitantes em 1960, para 13.599, em 1980. Vilhena, por sua vez, outro modesto núcleo, alcança 12.575 habitantes e Pimenta Bueno 7.913. Mas notável foi o crescimento de Ji-Paraná, que de 1.278 habitantes em 1960 alcança 31.645, em 1980. Pelo equipamento funcional que possui, transforma-se em importante centro de serviços em cuja área de influência estão centros urbanos menores como Cacoal e Pimenta Bueno bem como várias aglomerações rurais". (Bulhões &Mesquita apud Lobato (1987:61)

Podemos destacar também o crescimento de Porto Velho, que se beneficiou da política rodoviário implantada com a construção da BR-364 e da rodovia Porto Velho - Manaus e alcançou um crescimento demográfico e econômico de seus arredores, que permitiu a ampliação de suas funções administrativas, políticas e de serviços. Segundo Lobato (1987:61) sua população passou de 3.148 habitantes em 1940 para 19.293 em 1960 e 101.162, em 1980.

As políticas de colonização, os projetos agropecuários, o desenvolvimento das atividades de mineração de pequeno e grande porte, viabilizados pela abertura da rodovia transamazônica, geraram o rejuvenescimento de pequenos núcleos urbanos ribeirinhos no afluente do Amazonas, que se encontravam estagnados desde a crise da borracha.

Os exemplos mais expressivos são Maranhão (rio Tocantins), Altamira (rio Xingu), Itaituba (rio Tapajós) e Humaitá (rio Madeira), esses locais passaram a desempenhar papel de centros de mão-de-obra para os garimpeiros e para as grandes fazendas dos arredores.

> "O crescimento destes centros, no período 1960-1980, foi notável: Marabá passa de 8.342 habitantes para 41.647, enquanto Altamira evolui de 2.883 para 24.812. Em ambos os casos o incremento demográfico mais significativo deu-se no período 1970-1980. O modesto núcleo de Itaituba, por sua vez, alcança a 19.584 habitantes em 1980, enquanto a decadente Humaitá, que entre 1960 e 1970 apresentara decréscimo de população, passando de 1.184 para 1.165 habitantes, alcança em 1980 9.862 habitantes.e o caso também de Santarém, tradicional capital regional do médio vale amazônico, na confluência do tapajós com o Amazonas. Cidade que se beneficiaria da introdução da cultura da juta e da valorização da pecuária em sua região de influência, não conheceu a estagnação que conheceram as cidades que dependiam exclusivamente da borracha. Assim, sua população passa de 7.527 habitantes em 1940 para 24.498, em 1960. Transformada em ponto final da Rodovia Cuiabá-Santarém, beneficiou-se do crescimento demográfico e econômico de sua hinterlândia, introduzindo-lhe novo dinamismo: sua população ascende para 51.004 habitantes, em 1970 e 102.181, em 1980". (Lobato, 1987:61)

O processo de rejuvenescimento dos antigos núcleos ribeirinhos, implicou em mudanças tanto na organização espacial quanto na organização social que se diversifica na forma de comerciantes novos, pessoas ligadas ao transporte fluvial e rodoviário, funcionários públicos, pessoas no setor comercial e de serviços tanto formais quanto informais, migrantes, peões entre outros.

O dinamismo responsável pelo rápido crescimento desses centros urbanos não ocorreu com a mesma intensidade nas cidades ribeirinhas do Amazonas ou dos baixos cursos de seus afluentes. Estes centros foram afetados pela circulação rodoviária e por uma menos valorização dos seus arredores, gerando uma estagnação de suas áreas de influência.

> "Assim a cidade de Cametá, com 5.654 habitantes em 1960, atinge a 15.516 em 1980; Óbito passa de 5.290 para 17.117, enquanto Monte Alegre de 3.842 para 10.682. Em 1960, as três supramencionadas cidades eram maiores que Altamira, tendo sido, no entanto, superadas por esta, em 1980. Mesmo as mais importantes como Parintins e Itacoatiara não apresentam o dinamismo das cidades Transamazônica: a população delas evolui de cerca de 8.800 habitantes para cada uma, em 1960, para cerca de 28 mil, em 1980". (Lobato, 1987:62)

O aparecimento de atividades modernas em larga escala, como a mineração trazem mudanças na rede urbana, que se traduzem na criação de um novo tipo de cidade a "Company town", bem como a introdução de um novo tipo de relação com o espaço exterior ao do núcleo.

> "A *company* town implantada na Amazônia, como em outras regiões, é uma criação planejada, dotada de moderna infra-estrutura e dos serviços essenciais, e onde tudo está sob o controle, direto e indireto, da empresa que a criou e a administra. A criação da cidade e sua manutenção fazem parte, na realidade, dos investimentos necessários para tornar viável a exploração, em larga escala, dos recursos naturais em área não habitada e sem nenhuma infra-estrutura. Cria-se então um "enclave" urbano dotado de abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, policiamento próprio, transporte coletivo, instalações de telecomunicações e moderno aeroporto". (Lobato, 1987:62)

A população ali residente possuía ma organização espacial mais completa com hospital, escolas, clubes recreativos e esportivos, cinema supermercado e lojas localizadas em um pequeno centro comercial.

A *company Town* representa a implantação do moderno na Amazônia, introduzindo uma paisagem e um estilo de vida aleatório aos da população regional. Mas as cidades segundo esse padrão reproduzem o padrão clássico da cidade brasileira: bairro dos quadros técnico-administrativos superiores, bairro de nível intermediário e bairros operários, cada um deles distinguindo-se nitidamente na paisagem urbana.

No que diz respeito às relações espaciais a *company Town* apresenta autonomia em face da rede urbana amazônica, sua produção sai diretamente pelos portos, terminais ferroviários ou diretamente dos depósitos para o exterior, para outros portos ou para núcleos urbano-industriais do sudeste do país.

Estes núcleos urbanos "company Town" estão associados às grandes empresas de exploração mineral tais como a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce).

As atividades mineradoras, que assumem a forma de garimpagem, também geram núcleos de povoamento que assumem características urbanas, alguns apresentam caráter de instabilidade enquanto outros apresentam um aparente caráter de permanência.

> "Do final da década de 1950 até 1971 apareceram os povoados ligados aos garimpos de cassiterita, no alto Candeias e em outras partes do Território. Eram currutelas compostas por uma população instável e miserável, de aventureiros acompanhados ou não das respectivas famílias. Esses núcleos estavam, em regra, isolados dos demais centros, sem vias terrestres ou fluviais. Apenas um campo de pouso para teco-tecos os ligava a Porto Velho e Ariquemes. Um escritório, geminado a instalações precárias para

> concentração de minério, abrigava-se numa construção um pouco melhor; junto a ela o barracão, onde as mercadorias trazidas de avião eram vendidas a preços extorsivos (de monopólio); uma linha de casebres, à beira do campo de pouso; muitas outras choupanas sórdidas, dispersas entre o núcleo embrionário e as catas nos aluviões. Eis o padrão de habitat e das habitações que se encontravam em Campo Novo, Vietnã, São Domingos e outro garimpos da região". (Miyazaki &Ono apud lobato, 1987:63)

A partir dos anos 1970 e, sobretudo, após 1980, os núcleos de povoamento ligados a extração de ouro de aluvião ou de terra-firme ampliaram-se em número e em tamanho.

Estes núcleos localizavam-se nos vales do rio Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins, Negro e seus afluentes e nas áreas de extração em depósitos não aluvionários como em Serra Pelada, no sul do território Paraense.

Novos e espontâneos núcleos de povoamento passam a surgir ao longo das rodovias, nas proximidades de áreas em desbravamento, formados geralmente de pequenos lavradores, médios e grandes fazendeiros.

Os núcleos espontâneos constituíam-se inicialmente nas áreas rurais, comportando pequenos lavradores e posseiros em grande parte. Com a expansão das fazendas de gado, ocorre a expropriação dos posseiros e a ampliação da mão de obra assalariada, os povoados transformam-se em habitat rural, concentrando trabalhadores rurais assalariados temporários.

O processo de colonização dirigida, ao longo da rodovia transamazônica, calcou-se durante o começo da década de 1970, sob uma política de concentração da população rural em pequenos núcleos de povoamento e na criação de uma rede hierarquizada de pequenos serviços. Passa-se a dotar uma diferenciação hierárquica de núcleos de povoamento: agrovila, agrópolis e rurópolis, essa política durou pouco tempo, pois se passou a privilegiar os grandes projetos agropecuários.

A Amazônia se urbanizou e se industrializa. Embora essas transformações tenham trazido consigo sérios problemas sociais e ambientais, elas são reflexos dos processos sociais ligados ao crescimento do país, e mais ou menos consolidados em outras regiões brasileiras.

A rede urbana amazônica passou a ter novos significados, em função das transformações a que foi submetida, não se trata mais de uma rede urbana dendrítica, com a função de escoar os produtos referentes ao extrativismo e a mineração.

A rede de cidades não é mais a expressão do capital mercantil e nem a condição para o seu funcionamento, mas adquire novos significados, através das modificações funcionais e na organização interna dos núcleos pré-existentes e da criação de novos núcleos pelo capital industrial, financeiro ou pelo estado capitalista. Estes formam os agentes responsáveis pela introdução de novas atividades, populações e relações sociais de produção na Amazônia e que permitiram os centros urbanos amazônicos adquirirem a complexidade atual.

> "A complexidade dos centros urbanos e dos fluxos resumem as mudanças que se processaram na Amazônia, fundamentalmente a redefinição de sua integração na divisão nacional e internacional do trabalho, dentro da fase atual do capitalismo. Trata-se, em realidade, de uma crescente integração real, que exprime a subordinação real da Amazônia ao capital: a rede urbana é transformada, complexificada, para dar conta desta integração que assume várias facetas. O processo de integração é ainda incompleto e a rede urbana encontra-se em fase de elaboração de novo padrão de articulação interna. A integração, assim como a transformação da rede urbana, ainda processar-se-ão até que a "fronteira do capital" seja esgotada. Então é provável que novo período seja iniciado". (Lobato, 1987:65)

Assim a interação forma espacial/processo social não seguiu os padrões e necessidades da população tradicional amazônica. As espacialidades construídas adquiriram o perfil ou as características de interesses exógenos.

> "A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade de imigração e carência de serviços. Mas também importante mercado regional". (Becker, 1997)

# CAPÍTULO V

## 5. CENÁRIOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PORTO VELHO

### 5.1 Introdução

A urbanização de Rondônia, assim como a que ocorreu em outras regiões da Amazônia ocidental, aconteceu, sobretudo, em função dos desdobramentos dos processos de integração da Amazônia.

Sendo assim, a análise do processo de ocupação e urbanização de Porto Velho precisa levar em consideração os desdobramentos do crescimento econômico brasileiro e seus reflexos na Amazônia.

Dentro desta perspectiva fica difícil separar o processo de urbanização de Rondônia do processo ocorrido em Porto Velho, uma vez que as políticas implantadas para a incorporação e ocupação do Estado de Rondônia impactaram diretamente a formação social e espacial de Porto Velho, a capital do Estado.

Sugere-se com este trabalho uma nova periodização para o processo de urbanização da cidade de Porto Velho, partindo-se da perspectiva macro, onde foi tratado os processos de urbanização desde os primórdios, passando pelas suas especificidades nos países subdesenvolvidos, seus desdobramentos no Brasil com suas conseqüências na região Amazônica e por fim o processo de urbanização em Porto Velho, capital de Rondônia.

O processo de urbanização de Porto Velho caracteriza-se como atípico, pois apresenta características de diferentes processos de urbanização do mundo, desdobrando-se em um fenômeno diferenciado dentro da perspectiva urbana.

Com o intuito de demonstrar essas especificidades tratou-se da urbanização de Porto Velho como um processo integrado as políticas de ocupação e colonização de Rondônia, propondo uma leitura da urbanização de Porto Velho subdividindo-a em três períodos:

1. Porto Velho Extrativista - compreende o período que vai do século XVII até a década de 60;

2. Porto Velho dos projetos de colonização - compreende o período da década de 1960 até a década de 1980;
3. Porto Velho atual – Compreende o período da década de 1980 até o período atual.

### 5.1.1 Constituição do Estado de Rondônia

A área dos atuais limites de Rondônia pertencia a Coroa Espanhola, pelo Tratado de Tordesilhas. O tratado de Madri de 1750 garantiu a posse da terra à Coroa Portuguesa, onde a região ficou por mais um século sendo administrada pelas companhias de Mato Grosso e do Grão-Pará.

Com a independência do Brasil as capitanias passaram a ser denominadas províncias, a capitânia do Mato Grosso passou a província do Mato Grosso e a do Grão-Pará, província do Grão Pará que englobava a província de São José do Rio Negro.

Em 1850 foi criada a província do Amazonas, ficando a área acima da cachoeira de Santo Antônio pertencente a província do Mato Grosso e a área situada abaixo pertencia a província do Amazonas.

Com a proclamação da República em 1889, as províncias passaram a ser denominados estados e o atual estado de Rondônia, até o ano de 1943 pertenceu aos estados de Mato Grosso e do Amazonas.

No dia 13 de setembro de 1943 criou-se o Território Federal do Guaporé pelo Decerto-Lei 5.812, que criou mais quatro territórios federais: Amapá, Rio Branco, Iguaçú e Ponta Porã.

O Território Federal do Guaporé foi formado por áreas desmembradas do estado de Mato Grosso e do estado do Amazonas. A área desmembrada do Mato Grosso abrange desde o Rio Cabixi até a cachoeira de Santo Antônio e a desmembrada do Amazonas compreende a margem esquerda do Rio Madeira, partindo da cachoeira de Santo Antônio por linha reta compreendendo a área até encontrar a Serra Grande, divisor de águas do Rio Roosevelt e Machado.

Na ocasião da instalação do Território Federal do Guaporé, este ficou dividido em quatro municípios: Porto Velho (capital), Santo Antônio do Alto

Madeira, Guajará-Mirim e Lábrea. Parte do município do Mato Grosso que compreende hoje Vila Bela, e Humaitá e Canutama do estado do Amazonas pertenciam ao Território Federal do Guaporé.

Em 1944 o município de Lábrea voltou a pertencer ao estado do Amazonas, a área de Humaitá e Canutama foi anexada a Porto Velho e as áreas que pertenciam ao Mato Grosso foram anexadas a Guajará-Mirim. Depois destas anexações o Território Federal do Guaporé ficou dividido em três municípios: Porto Velho, Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará-Mirim.

O Decreto-Lei 7.470 de 17 de abril de 1945 impõe um novo ajuste aos limites internos, o município de Santo Antônio do Rio Madeira foi extinto e seu território anexado aos municípios de Porto Velho, ficando o Território Federal do Guaporé dividido em dois municípios: Porto Velho (capital) e Guajará-Mirim.

O município de Porto Velho possuía seis distritos: Porto Velho, Abunã, Ariquemes, Calama, Jaci-Paraná e Rondônia compreendendo uma área de 154.097 quilômetros quadrados. O município de Guajará-Mirim subdividia-se nos distritos de Guajará-Mirim, Pedras negras e Príncipe da Beira, em uma área de 88.947 quilômetros quadrados.

No ano de 1956 em homenagem a Marechal Rondon, o deputado federal Áureo Mela do Amazonas propôs a alteração do nome para Território Federal de Rondônia, que foi concretizada pela assinatura da Lei $n^0$ 2.731 de 17 de fevereiro de 1956.

Durante trinta anos não houve alterações nos limites territoriais do Território Federal de Rondônia, quando em 1977, cinco povoados foram elevados a categoria de município: Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Ariquemes e Vila Rondônia (atual Ji-Paraná).

Novos seis municípios foram criados no Território Federal do Guaporé em junho do ano de 1981: Ouro Preto do Oeste, Espigão do Oeste, Jaru, Presidente Médici, Colorado do Oeste e Costa Marques.

No dia 22 de dezembro de 1981, o Território Federal de Rondônia foi elevado à categoria de Estado, pela Lei Complementar $n^0$ 41, tornando-se Estado de Rondônia. Nesta época o Estado de Rondônia estava dividido em

treze municípios: Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Colorado do Oeste e Costa Marques.

Atualmente o Estado de Rondônia está dividido em 52 municípios, que constituem unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Estado.

### 5.1.2 Localização do Estado de Rondônia

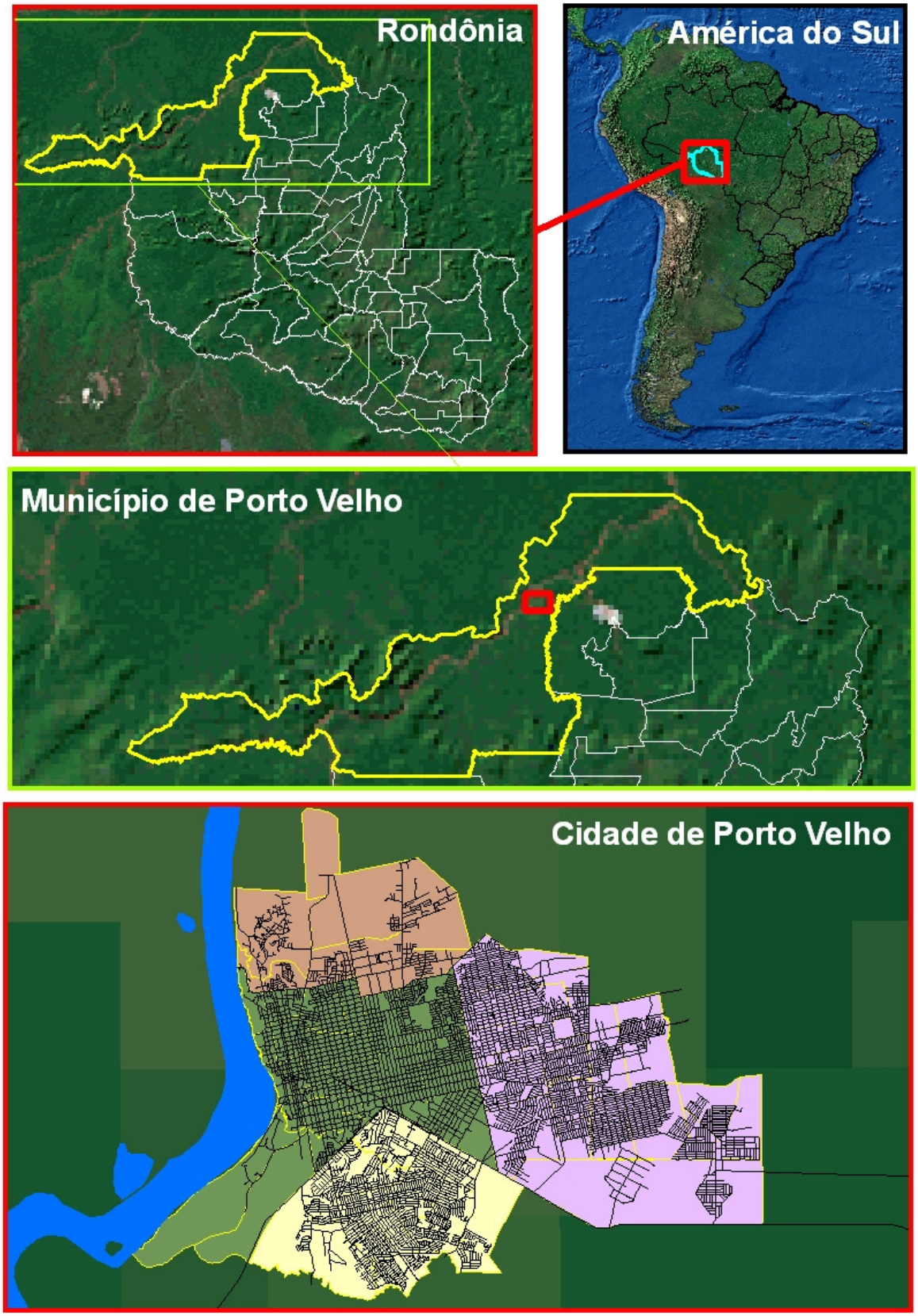
O estado de Rondônia está situado na porção Sul da região Norte do Brasil, inserido na Amazônia Ocidental, possui 237.576,167 Km² de área territorial segundo IBGE, ocupados por uma população estimada no ano de 2005 de 1.534.594 habitantes. O Estado está subdividido em 52 municípios, tendo como maior cidade, sua capital Porto Velho, com cerca de 380.000 habitantes. Destacam-se ainda as cidades de Ji-paraná (113.000 hab.), Cacoal (76.000 hab.) e Vilhena (65.800 hab.) como cidades de maior porte no Estado. (*http://www.ibge.gov.br/cidadesat*)

Com um PIB estimado em 2003 de 8,5 bilhões de reais, o que representa 11% do total da região, apresenta-se como a terceira economia da região norte ficando atrás do Estado do Pará que representa 38% e do Estado do Amazonas representando 36% do PIB total da região. (*http://www.ibge.gov.br/estadosat*)

Está compreendido entre as latitudes de 7º 58’ S e 13º 41’ S e longitudes 59º 46’ W e 66º 48’ W. Possui limites com os estados do Amazonas (N), Mato Grosso (L), e Acre (W) e com a Bolívia (S e W) por cerca de 1.000 quilômetros. O clima predominante é o tropical úmido apresentando uma estação seca bem definida entre junho e agosto e precipitação média em torno de 2.500 mm/ano. (RADAMBRASIL, 1978).

### 5.1.3 Localização do Município de Porto Velho

Figura 01 – Localização da Cidade de Porto Velho



## 5.2 Constituição do Município de Porto Velho/RO

Partes das terras que constituem Porto Velho já pertenceram ao município de Humaitá, estado do Amazonas, limítrofe do antigo município de Santo Antônio do Madeira, estado do Mato Grosso.

A lei n.$^{0}$ 741 de 30 de Outubro de 1913, criou o termo Porto Velho, que pertencia a comarca de Humaitá, ficando o poder executivo autorizado a traçar seus limites, o que foi feito através do Decreto n.$^{o}$ 1.063 de 17 de março de 1914. A instalação do termo ocorreu em janeiro do ano seguinte.

O município de Porto Velho foi criado em 2 de outubro de 1914, pela lei n.$^{o}$ 757, onde juntamente com governo federal a Madeira Mamoré Railway Co., fundaram a vila em 24 de janeiro de 1915, aproveitando as obras de saneamento realizadas pela companhia anteriormente.

Pela lei n.$^{o}$ 1.011 de 7 de setembro de 1919, foi a vila de Porto Velho elevada a categoria de cidade.

O Decreto Federal n.$^{o}$ 5.812 de 13 de setembro de 1943 criou vários Territórios federais, entre este o do Guaporé, que em 1956 dividiu-se em dois municípios do de Porto Velho e o de Guajará-Mirim.

Pelo decreto lei n.$^{o}$ 5.839 de 21 de setembro de 1943, que dispôs sobre a administração dos Territórios Federais, o município de Porto Velho passou a capital do Território, condição que permaneceu quando o território foi elevado a categoria de Estado e permanece até os dias atuais.

## 5.3 Porto Velho Extrativista

No início do período extrativista, a organização do espaço que seria mais tarde Porto Velho era constituída por núcleos indígenas voltados para a manutenção de sua subsistência. Esses grupos indígenas eram nômades e sedentários e todos praticavam a agricultura. Os grupos nômades ocasionalmente produziam excedentes para trocas com outros grupos e os sedentários já produziam artefatos como a cerâmica e tecidos de algodão.

> "O indígena da Amazônia era um ser perfeitamente integrado ao seu meio, vivia da caça, da pesca e da agricultura, que dominava de forma suficientemente e economicamente: conhecia os terrenos mais férteis (as várzeas) e plantava nas épocas de várzea dos rios a mandioca, o algodão, o tabaco, certas árvores frutíferas e outros vegetais" (Teixeira e Fonseca, 2002:12).

Os povos indígenas foram os únicos ocupantes da região do atual município de Porto Velho por muitos anos, até a chegada dos primeiros europeus no século XVII.

Os núcleos de povoamento, do período colonial no rio Madeira, tiveram seu início com o estabelecimento das missões religiosas jesuíticas no séc. XVII, que tinham o intuito de catequizar e pacificar os indígenas, além do interesse em desenvolver as atividades econômicas, visto a riqueza que a região apresentava como as drogas do sertão, sobretudo, o cacau.

> "A partir de 1669 começou a atividade dos jesuítas no Madeira com a instalação de um estabelecimento de catequese em uma ilha chamada Tupinambarana, na confluência do Madeira com o Amazonas. Em seguida, uma série de missões foram instaladas ao longo do rio à medida que a atividade coletora dos indígenas se ampliava. Pois, além de ensino, catequese, culto, formação e refúgio, esses centros serviam também como entreposto de escambo" (Santos, 2007:57).

Segundo Nestor Goulart Reis Filho (1968) in Santos (2008) a urbanização em direção a Amazônia ocorreu entre os anos de 1630 e 1640, com um caráter religioso, implantado, sobretudo, pelos missionários.

Os núcleos implantados na futura Porto Velho desde o início serviram como ponto de transferência de excedentes econômicos para as potências européias, a implantação da empresa militar e missionária estavam associadas a manutenção deste processo.

Esses grupos instáveis e nômades não constituíram nenhum sistema social identificado com o solo, não passavam de instrumentos de atividades mercantis, apanhando os produtos espontâneos da natureza ou servindo como servidores de mão-de-obra indígena para o comércio escravista.

> "A mão-de-obra indígena tornou-se indispensável para a produção de bens na colônia. O indígena enquanto meio de produção era essencial para equipar as embarcações e guiá-las em um meio que lhe era familiar – dado que as incursões seguiam preferencialmente os cursos dos rios. Como também derrubar e encoivarar a mata, plantar roçados de mandioca, algodão, milho, tabaco e legume; além de preparar farinha, coletar na floresta cravo, salsaparrilha, baunilha, âmbar, canela, pau-brasil, pau-preto, urucum, anil e cacau. Para domesticá-lo nessas tarefas, entre outras, entra em cena a ação missionária" (Santos, 2007:57).

Os missionários interferiram na sedentarização do homem que habitava essas regiões, em aglomerados que deram o nome de aldeias, lançando mão da matéria prima regional. As aldeias missionárias desempenharam dentro deste contexto um papel estabilizador social e de centros de expansão da colonização.

> "A interferência do missionário, que o historiador Serafim Leite (1943) in Tocantins (1960) classificou de 'moral, educativa, sanitária, social e libertadora', infundiu os caracteres essenciais na estrutura sócio-econômica. É porque as aldeias, onde os padres possuíam o governo temporal e espiritual, representaram o primeiro tentame de organização social com bases centralizadoras, sob a direta influência de uma vontade administrativa capaz, viva e atuante" (Tocantins, 1960:68).

Esses núcleos missionários segundo Tocantins (1960:71) criavam gado, produziam algodão, farinha, açúcar, aguardente, salga de peixes e mandavam canoas para a exploração das drogas do sertão, tudo realizado com mão-de-obra indígena. Porém os núcleos missionários conviviam com os núcleos implantados pelos colonos, onde todos se empenhavam na rendosa coleta de especiarias.

Essas aldeias localizadas na região que seria mais tarde Porto Velho não constituíram um processo de urbanização mesmo que incipiente, devido ao fato de serem muito esparsos e pouco desenvolvidos, associado a grande extensão territorial da região, além das dificuldades de penetração e as doenças existentes na área, que não possibilitavam o desenvolvimento

econômico e social responsável pelo estabelecimento das condições mínimas para o desenvolvimento urbano.

Este primeiro período caracterizado pela coleta das drogas do sertão não pode ser incluído como o início do processo de urbanização, mas impõe características importantes que irão refletir no desenvolvimento da urbanização nesta região.

A condição imposta desde o início de sua ocupação como exportadores de matéria-prima em potencial, insere-se em um processo de dependência que perpetuará, impondo uma dinâmica que refletirá em uma urbanização subdesenvolvida, sempre atrelada a ciclos econômicos que visam a manutenção das necessidades externas.

Neste primeiro período de formação do espaço que mais tarde será Porto Velho teve como base econômica a exportação das "drogas do sertão" inserida dentro de dois elementos destacados por Becker (2004:24) para a realidade Amazônica:

> 1. "UMA OCUPAÇÃO TARDIA DEPENDENTE DO MERCADO EXTERNO. Tal característica se vincula ao fato de a ocupação do que hoje é a Amazônia, do Brasil e de toda a América Latina, constituir um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais européias, formando-se essas regiões como as antigas periferias da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, constituíram-se no paradigma sociedade natureza denominado "economia de fronteira", em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos (Boulding, 1966; Becker, 1997). No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação"
>
> 2. "A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA. Como a ocupação se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a Geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A Geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes foram via de regra malsucedidos na sua implementação. Permaneceu-se, assim, o caráter político-ideológico da atuação do governo português e depois brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do rio e de seus principais afluentes -, pela posse gradual da terra (*Uti possidetis*) e pela criação de unidades administrativas vinculadas ao governo".

Dentro da perspectiva geopolítica somente prevaleceu o caráter político-ideológico com o intuito de controlar o território sem preocupação correspondente com o aumento da população e crescimento econômico.

Com a queda nas exportações do cacau e de outros produtos denominados drogas do sertão, muitos desses núcleos de povoamento se dissociam, impondo a esta região um período de estagnação econômica, que somente foi revitalizada com a exploração da borracha no século XIX, que impôs uma nova dinâmica territorial.

A borracha já era exportada em pequenas quantidades no início do século XIX, mas foi a partir de meados do século XIX, que aumenta sua demanda principalmente no mercado internacional onde novas áreas de extrativismo foram incorporadas.

A implantação do primeiro ciclo de produção da borracha está associada à expansão do capitalismo industrial e financeiro mundial, a partir do século XIX onde temos a conquista e ocupação da Amazônia como um dos seus mecanismos. Este processo levou a uma crescente adoção de práticas e políticas imperialistas promovidas pelas grandes potências, tais como Europa, Ásia e Estados Unidos que tiveram como alvo os territórios da África, Oceania e América Latina.

Os avanços na tecnologia, nos transportes e nos meios de produção ocasionaram o surgimento de gigantescas corporações que resultou da fusão entre o capital financeiro e industrial. O avanço desse processo de concentração de capitais culminou na criação de corporações que visavam a obtenção de contratos privilegiados quanto ao monopólio de determinados mercados.

O investimento do capital monopolista na Amazônia resultou no controle de importantes concessões de serviços públicos, como portos e navegação, além da exclusividade nas operações de matéria-prima, fator que vai se mostrar bem característico na região do atual município de Porto Velho.

A primeira manifestação do investimento do capital monopolista foi a implantação da comissão das linhas telegráficas e Estratégicas do Mato

Grosso ao Amazonas em 1907, também denominada de Comissão Rondon, e esteve associada à origem e a formação do Território Federal do Guaporé.

A abertura das linhas telegráficas destinava-se a tirar do isolamento as regiões do extremo oeste e norte do país, paralelamente a construção de ferrovias, o telégrafo deveria ser usado como um instrumento de modernidade capaz de assegurar a chegada do progresso e a civilização nas regiões por onde passaria.

> "Desta forma assegurava-se o estabelecimento de núcleos de povoamento, garantia-se a segurança das fronteiras e procedia-se a uma política que possibilitaria, ao longo do tempo, a integração dos indígenas e tapuios à sociedade brasileira, tornando-os 'civilizados e úteis'". (Teixeira e Dante, 2002:146)

Os trabalhadores envolvidos na construção eram civis e militares, que realizavam atividades de natureza braçal que requeriam ritmo, ordem e disciplina militar. A coerção e a violência física eram utilizadas para evitar fugas e manter os trabalhadores em ritmo acelerado.

Segundo Teixeira e Fonseca (2002:148) "entre os anos de 1907 a 1915 foram construídos 2.270 km de linhas telegráficas com um total de 28 estações. A abertura dos picadões era feita manualmente ao longo de toda a linha, variando de 6 a 100 metros.

A construção das linhas telegráficas impôs um novo ritmo a região tanto pela modernidade que traria pela implantação do telegrafo, que permitiria ocupação de novas áreas, como pelos estudos desenvolvidos por Rondon que possibilitaram um detalhamento maior da região, fato que permitiu a implantação de alguns empreendimentos.

A obra foi de grande importância, pois fixou núcleos de povoamento na região que mais tarde viria a ser Rondônia, como: Vilhena, Pimenta Bueno e Jarú. O traçado da linha telegráfica foi também o responsável, pelo que mais tarde seria a BR-364, na segunda metade do século XX.

Na virada do século XIX os rios da Amazônia Ocidental, desde então, tiveram o período de maior intensidade no seu povoamento, em virtude da exploração da borracha. Os seringais produziam enormes quantidades de goma elástica para a exportação e os nordestinos chegavam para abastecer de

mão-de-obra o mercado. A população brasileira avançava ao longo do rio Madeira por trechos antes habitados quase que exclusivamente por bolivianos, ocasionando conflitos.

O avanço ao longo do rio Madeira fez com que os brasileiros passassem a ocupar o Acre, indagando sobre a soberania territorial boliviana, era o Acre a maior produtora de goma elástica do mundo, porém a borracha dali exportada era produzida por uma população majoritariamente brasileira.

Apesar do reconhecimento por parte do governo brasileiro do Tratado de Ayacucho[8] (1867) sobre os direitos da Bolívia sobre a região, existiam dúvidas em relação ao final do território brasileiro e o inicio do território boliviano.

O conflito foi resolvido pelos dois países diplomaticamente através da assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, entre o Brasil e a Bolívia. Onde a Bolívia renunciava aos direitos sobre o território que se encontrava em litígio, região referente ao atual estado do Acre, mediante ao pagamento por parte do Brasil de 2.000.000 de libras esterlinas.

Segundo Teixeira e Fonseca (2002), o artigo VII do tratado obrigava o Brasil a construir uma ferrovia que contornasse o trecho encachoeirado do rio Madeira, que teria como extremos Santo Antônio, no rio Madeira e Guajará-Mirim, no rio Mamoré, com um ramal até Vila Murtinho, próximo a confluência do rio Beni com o rio Mamoré, para facilitar o transporte de mercadorias de Villa Bella (Bolívia).

Devido ao tratado de Petrópolis inicia-se a construção da ferrovia que desde 1872 já tinha ensaiado sua construção sem obter grandes êxitos.

> "Desde 1872, haviam iniciado a construção de uma ferrovia através dos obstáculos dos rios Madeira-Mamoré, sem lograr êxito. Agora, as exigências vinham expressas no tratado de Petrópolis: Ao Brasil cabia construir a Estrada de Ferro desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até o de Guajará-Mirim, no Mamoré". (SILVA, 1991:33)

[8] Tratado assinado entre Brasil e Bolívia em 1867, estabelecia as bases da nova fronteira entre Brasil e Bolívia, passando ambas as margens do rio madeira a pertencer ao Brasil. O tratado tratava ainda sobre amizade, comércio, navegação e extradição.

As obras foram reiniciadas em 1907, após a concessão para a construção da ferrovia ter sido vendida pelo Engenheiro Joaquim Catramby para o norte americano Percival Farquhar, que fundou a Madeira-Mamoré Railway Co., subsidiária da Brasil Railway Co.

Chega então em 1907 a Santo Antônio a empresa May, Jekill & Randolph, empresa subsidiaria da Madeira-Mamoré Railway, fundada por Percival Farqhuar em Portland, EUA que possuía Alexandre Mackenzie como representante no Brasil.

Segundo SILVA (2007), iniciou-se no mesmo ano a recuperação do que sobrara do material deixado por P & T Collins, inclusive o largado em Santo Antônio e que fora posto a funcionar pela Baldwin.

A partir de 1909 a construção acelerou e foram contratados cerca de 4500 homens dentre brasileiros, espanhóis, portugueses, alemães, peruanos, gregos, hindus (conforme figura 02), belgas, húngaros e trabalhadores caribenhos. Cerca de 22.000 homens teriam vindo trabalhar para a companhia construtora entre 1909 e 1912.

> "Além desses, várias outras nacionalidades se fizeram representar no contingente de trabalhadores da ferrovia como: italianos, norte-americanos, gregos, hindus, espanhóis, portugueses recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo. Contudo, parece ter predominado nesse conjunto de operários os caribenhos. Procedentes de diversas nacionalidades centro-americanas, Barbados, Trinidad, Jamaica, Santa-Lúcia, Martinica, São Vicente, Guianas, Granadas e outras ilhas das Antilhas, esse negros de formação protestante e idioma inglês eram, de forma geral denominados 'barbadianos' " (Teixeira e Fonseca, 2002:141)

> "...informa a seguinte composição dos 'importados' durante o ano de 1910: 1636 brasileiros e portugueses, 2211 antilhanos e barbadianos, 1450 espanhóis mais 299 pessoas de nacionalidade desconhecida totalizando 5596 trabalhadores não qualificados". (Teixeira e Fonseca, 2002:141)

Figura 02 - Trabalhador Hindu. Cerca de 1909-1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

A imigração acentuada associa-se a inadaptabilidade da mão-de-obra local associado às condições insalubres, doenças endêmicas, acidentes de trabalho entre outros problemas

Este contingente de trabalhadores que se deslocaram para a região, organizou-se ao longo dos eixos da ferrovia (conforme figura 03), criando novos núcleos de colonização e produção, enfrentando as adversidades típicas das florestas tropicais.

Figura 03- Trabalhador em acampamento ao longo da ferrovia. Cerca de 1909-1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

Juntamente com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré temos a extração do látex, que se concentrou principalmente entre os anos de 1850 e 1920.

A borracha era extraída no interior dos seringais que se localizavam nas áreas interioranas e conduzida até a margem do Rio Madeira (conforme figura 03), pois servia para o abastecimento do mercado internacional, o escoamento era feito através do Rio Madeira por uma gama de navios cargueiros que ali atracavam para abastecer-se ( conforme figura 05).

Figura 04 - Grupo de Seringueiros às margens do Rio Madeira. Cerca de 1909-1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

Figura 05 - Navios cargueiros atracados no cais de Porto Velho (Rondônia)
Cerca de 1909-1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

Esse período é crucial na história de Porto Velho onde às condições geográficas favoráveis da margem direita do Rio Madeira foram importantes para a implantação de um porto fluvial, fazendo a direção da Madeira Mamoré Railway Co., baseada nos relatórios dos engenheiros Carlos Morsing e Júlio Pinkas juntamente com o sanitarista Oswaldo Cruz, entrar em entendimento com o Governo Federal, no sentido de transferir a construção da estação inicial da ferrovia para Porto Velho.

Este seria o ponto inicial da formação do espaço urbano do que seria a atual cidade de Porto Velho, as demais localidades dadas às características das atividades econômicas que desenvolvia a extração do látex em seringais nativos e a coleta de produtos como a castanha e o cacau não possibilitou adensamentos populacionais concisos e permanentes.

Porto Velho já era o local preferido pelos ferroviários, que se deslocavam de Santo Antônio onde estava situada a companhia para pescar ou passear aos domingos e feriados.

Começadas as obras de saneamento local e a construção das instalações necessárias para os serviços da ferrovia que incluíam a estação

inicial e as oficinas respectivas, iniciou-se a remoção do pessoal de Santo Antônio para Porto Velho, que passou a experimentar um considerável surto populacional. Iniciou-se um populoso núcleo e um porto fluvial de grande movimento que serviram como base para a criação da área urbana de Porto Velho.

Este momento vai representar uma troca no modo de produção da região, se até aqui a população somente conhecia o modo de produção extrativista, onde as trocas se estabeleciam como forma de garantir a diversidade de produtos, com a implantação da EFMM uma nova dinâmica é implantada, com o início do comércio e de atividades típicas de áreas urbanizadas, fator associado à mão-de-obra que se deslocava para a região que se constituía, sobretudo, de trabalhadores assalariados.

Parte das terras que constituem Porto Velho pertenciam ao município de Humaitá, Estado do Amazonas, limítrofe do antigo Município de Santo Antônio do Madeira, Estado de Mato Grosso, conforme demonstrada pela figura 06 que corresponde ao croqui da divisão Territorial em 1889.

Figura 06 – Croqui da divisão Territorial da República Federativa do Brasil 1889

Fonte: Arquivo da divisão Territorial do Brasil IBGE - 1889

Foi a instalação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, que impulsionou o desenvolvimento urbano de Porto Velho, tanto nos aspectos relacionados à infra-estrutura que foi realizada pela companhia como também nos aspectos relacionados à população. Ficando a configuração espacial da vila de Porto Velho associada à implantação deste empreendimento conforme figura 07.

> "Porto Velho surgiu em virtude das obras da estrada de ferro Madeira-Mamoré. A partir da construção dos galpões e oficinas, pátio de manobra, estação ferroviária e porto fluvial, começaram a surgir outras obras importantes, utilizadas, ora como residências, ora servindo como logradouro onde se localizavam banco, escola, prefeitura provisória, hotel e até mesmo local de ministrarem cultos religiosos das igrejas católicas, anglicanas e batistas. Então surgiu a necessidade de esgotos, água e também luz. Foi a Estrada que

implantou aqueles serviços, tendo à frente durante muito tempo, o Sr. Percy Holder administrando o serviço de água e esgoto...” (Amizael, 1991: 54)

Figura 07 - Vista Panorâmica de Porto Velho (Rondônia) 1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

Podemos considerar esse o início do período extrativista, onde um processo tímido de urbanização começa a se estruturar na região, a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré associada à extração do látex, porém, este processo não se estende as demais regiões do estado.

Os períodos anteriores a implantação da EFMM, tiveram sua importância, porém não conseguiram impor mais do que núcleos ou aldeias isoladas que desempenham atividades de extração vegetal para abastecer o mercado internacional.

A criação do município de Porto Velho em 1914 juntamente com a construção da EFMM trouxe para a região um grande fluxo migratório que compreendia desde trabalhadores braçais até o alto escalão do governo, que demandou a criação de infra-estrutura e casas para comportarem esses homens e suas famílias.

Foram construídos além das edificações de uso propriamente industrial residências, alojamentos, usina de geração de eletricidade, sistema de telefonia, captação de água, porto fluvial, armazém para abastecimento dos funcionários, lavanderia (conforme figura 08) e até uma fábrica de biscoitos e outra de gelo.

Figura 08- Aspecto interno da lavanderia a vapor em Porto Velho – 1909-1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

As construções para abrigar o alto escalão da Estrada de Ferro, tinham características marcantes para época, pois eram construídas em alvenaria e cobertas com telhas de barro adquiridas fora do estado. Eram casas altas, avarandadas e ventiladas apropriadas para o clima quente de Porto Velho (figura 09), “e foram construídas com características próprias da arquitetura brasileira”, segundo o ex-presidente da Associação dos Amigos da Madeira-Mamoré e patrimônio Histórico e Geográfico de Rondônia, Luiz Leite de Oliveira.

Foto 09 - Casal norte-americano em sua residência em Porto Velho (Rondônia). Cerca de 1909-1910

Fonte: http://www.portovelhoagora.com.br/fotos_antigas.asp

Como estas construções somente abrigavam o alto escalão, surgiram para os operários pelo menos três bairros, entre eles, O Alto do Bode, habitado exclusivamente por "Barbadianos"[9] , o bairro Triângulo e o bairro Baixa da União.

> "Precedendo à primeira área residencial da cidade, o pátio da ferrovia com suas casas para o pessoal qualificado separados dos demais funcionários e trabalhadores braçais e mesmo um "bairro", o alto do Bode, iniciou a surgir uma outra cidade. Para além da linha que dividia o território da ferrovia do restante da urbe, significativamente denominada Avenida Divisória, surgiam às primeiras áreas residenciais e comerciais. Onde hoje é a Jônatas Pedrosa surgiu a Rua da Palha, constituída de edificações de material precário, cobertas com palha, que aglutinou aqueles que não eram funcionários da ferrovia e comerciantes". (Teixeira e Fonseca, 2002 p.143)

Neste momento já se configuravam dois quadros espaciais diferentes, uma cidade que se organizava ao redor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM., com certa infra-estrutura trazida de fora da região com construções que se diferenciam das apresentadas localmente, com material vindo de outros estados brasileiros, e outra paisagem composta por residências construídas

[9] Barbadianos era como se chamava os negros vindos de outros mares e que aportavam aqui para a construção da ferrovia.

com material local, sem grande infra-estrutura que abrigava os trabalhadores e a população local.

Diferente do início do processo de urbanização da Europa que teve como indutor o processo de industrialização, a urbanização do que seria Porto Velho nos anos seguintes, associa-se a implantação de um grande empreendimento, principalmente na área de transportes, necessários para escoar matéria-prima tanto para regiões do país como para fora, porém, era mantida na região uma organização social baseada no extrativismo. Por isso, denomina-se esse período como extrativista.

A configuração da cidade de Porto Velho, melhor denominada de núcleo urbano, neste período está associada ao extrativismo e à implantação da infra-estrutura necessária para escoamento dos produtos, a mão-de-obra era, sobretudo de imigrantes, até a chegada dos primeiros nordestinos, que datam das primeiras décadas do século XIX, atraídos pela exploração da borracha.

Os imigrantes nordestinos que se deslocavam como mão-de-obra para os seringais da região, desde o início tiveram uma participação importante na formação social e espacial do que seria Porto Velho nos anos seguintes em virtude de suas heranças culturais e sociais que contribuíram para a construção destas espacialidades.

No período do primeiro ciclo da borracha o aumento da demanda da matéria-prima no mercado fez com que o seringalista exigisse uma dedicação maior do seringueiro, que abandona a lavoura de subsistência e passa a adquirir cada vez mais produtos no barracão do seringalista, o que acaba mantendo o seringueiro atrelado a dívidas. O preço da borracha pago aos seringueiros era também determinado pelos seringalistas, o que complicava ainda mais a condição do seringueiro que se subordinava ao seringalista cada vez mais.

Dentro desta perspectiva dois pressupostos necessários ao esquema da borracha estão satisfeitos, ocorreu um aumento da produção e garantiu-se a continuidade da extração, ao prender o extrator à produção através do endividamento.

O abastecimento de gêneros alimentícios, não provinha todo de áreas externas a região extrativista, mas havia um setor interno dedicado a produção de alimentos, fator que contribuiu para que a configuração espacial deste período apresentasse paisagens que não estivesse associado somente a exploração da borracha.

A crise da borracha, aliada à crise do capitalismo internacional, iniciado com a queda da bolsa de Nova Yorque em 1929, refletiu na operacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e nas exportações da borracha amazônica em face da concorrência do látex produzido na Ásia.

A preocupação com a ocupação e colonização da Amazônia, se agravou durante a década de 1930, a queda nas exportações da borracha levou a região a enfrentar mais uma letargia econômica, fato esse associado à ausência de investimentos em outras áreas da economia da Amazônia.

Estes problemas refletiram diretamente no funcionamento da ferrovia levando os administradores ingleses a iniciar um processo de dispensa de inúmeros trabalhadores a partir de 1930, ocasionando uma intensa agitação popular em Porto Velho.

Este processo de demissões foi o responsável pelo inicio do problema da mão-de-obra ociosa em Porto Velho, uma vez que a vida econômica da região girava em torno da exploração da borracha e do funcionamento da EFMM.

Não tendo como retorno o lucro considerado satisfatório, a administração da ferrovia desinteressou-se de comandar o funcionamento e ordenou a suspensão do tráfego em 1931.

O contrato com a Madeira Mamoré Railway Company foi rescindido através do Decreto n$^{o}$ 1.547 de 5 de abril de 1937, sendo a ferrovia estatizada pelo governo de Getúlio Vargas, como forma de garantir a continuidade de parte dos serviços oferecidos pela EFMM, além da garantia da organização econômica e social que girava em torno deste empreendimento.

A nacionalização da ferrovia no governo Vargas demonstra o real motivo pelo qual o imperialismo investe em países periféricos, o lucro, e quando este diminui ou se extingue os empreendimentos perdem seu valor.

Esta foi a primeira intervenção direta do Estado Nacional na região, que apresentou como intuito resolver os problemas sociais deixados pela exploração da borracha e pela implantação da EFMM, uma vez que a ocupação e exploração da área sempre esteve atrelada a garantia da estabilidade da economia externa.

Mas este ciclo de exploração e intervenção do Estado não cessa por aqui, ocorre por mais uma diversidade de vezes visto que a região desde o início serviu de economia complementar, primeiramente para os mercados internacionais, depois mudando seu foco para o mercado interno.

Nos seringais a produção encontrava-se paralisada ou reduzida a níveis ínfimos. Os seringueiros abandonavam suas colocações em busca de outras atividades que lhes permitissem a sobrevivência, situação que perduraria até o inicio dos anos de 1940.

A borracha nativa passa a obter crescimento e importância no comércio internacional a partir de 1940 com a segunda guerra mundial, em função da necessidade de fornecer borracha para as forças aliadas já que a produção asiática encontrava-se sobre o controle do eixo, trazendo uma nova configuração espacial para o município de Porto Velho, em função da onda de migrantes advindos em função deste fenômeno.

Os norte-americanos, como resultado do corte do abastecimento de borracha da Malásia, cujos seringais caíram nas mãos dos japoneses, passaram a ter como única alternativa para o abastecimento das suas indústrias, a borracha da Amazônia.

Como forma de manter o fornecimento do produto, os norte-americanos implantaram o acordo de Washington, visando o esforço conjunto dos governos do Brasil e dos EUA para o aumento da produção da borracha amazônica e seu fornecimento às indústrias norte-americanas. Estes acordos previam iniciativas destinadas a interferir nas relações de produção estabelecidas no sistema extrativista.

Logo após a assinatura do Tratado de Washington, através do Decreto-Lei n$^{o}$ 5.812 de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do

Guaporé, constituído pelas partes desmembradas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso.

O primeiro governador do Território foi o primeiro diretor brasileiro da ferrovia Madeira Mamoré, o major Aluizio Pinheiro Ferreira. A nível nacional vivia-se o período ditatorial do Estado Novo, onde o poder era exercido de forma absolutamente centralizada e alheia às políticas democráticas. Dentro desta perspectiva o poder no Território Federal do Guaporé concentrou-se excessivamente na figura do governador nomeado, não havendo democracia no governo do Território.

As antigas estradas de seringueira (conforme figura 10) que haviam sido abandonadas devido a queda da borracha no mercado internacional na década de 30, voltam a ser ocupadas por uma nova leva de migrantes principalmente nordestinos, revitalizando antigas áreas produtoras (conforme figura 11).

> Uma relação da SEMTA descriminando a origem dos trabalhadores arregimentados, totalizando 15.105 pessoas permite-nos dimensionar o impacto da arregimentação nesses estados. A maior parte era proveniente do Ceará 7.430 (49,119%), em segundo lugar vinham os migrantes da Paraíba, 4.488 (29,71%), outro contingente provinha do Rio Grande do Norte, 2,263 (14,98%) e uma outra parte 924 (6,11%) da Bahia". (Teixeira e Fonseca, 2002:160)

> "(...) em 1941 se estimava em 34.000 o número de seringueiros na região, produzindo 18.223 toneladas de borracha. Para aumentar a produção anual para 45.000 toneladas, seria necessário o dobro de seringueiros ou mais. Esses esforços do governo brasileiro para atender principalmente os USA, resultaram no deslocamento de 25.000 trabalhadores para a região, que, juntamente com outros fatores, aumentaram a produção para 32.000 toneladas em 1945" (Corrêa, 1967:38 in Silva, 2007:63).

Segundo (Teixeira e Fonseca, 2002:160), "assim, em uma relação de 1942, elaborada pela SEMTA (Serviços Especial de Mobilização para a Amazônia) há um total de 4.050 trabalhadores enviados para a Amazônia. Desse total 1.013 (25,01%), foram enviados para diversas localidades do Rio Madeira, a maior parte 985 (24,32%) para Porto Velho, certamente para a distribuição dos seringais rio acima".

*Figura 10- Estrada de seringueira a 99 km a oeste da divisa Rondônia-Acre*

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE*.

*Figura 11 - Casa dos Seringueiros a caminho de Porto Velho – RO*

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE.*

Em função dos investimentos que visavam o aumento da produção e da nova leva de migrantes vindas para a região, o Território passou por um curto período de prosperidade. Diferentes órgãos foram criados no Brasil, mais especificamente na Amazônia, cujos objetivos associavam-se a captação de mão-de-obra, melhoria da infra-estrutura dos transportes, financiamento,

abastecimento dos seringais e a comercialização do produto (conforme figura 12 e 13).

*Figura 12 - Usina São Domingos Beneficiamento da Borracha Guaporé S/A em Porto Velho – RO.*

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE.*

*Figura 13 – Industrialização da Borracha em Porto Velho*

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.262. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.2.*

O governo com o intuito de quebrar o monopólio das casas aviadoras, criou o Banco da Borracha S/A, que financiava os seringalistas como forma de comercialização dos seus produtos.

> "A criação do Banco da Borracha não foi iniciativa única da intervenção estatal no sistema extrativista da Amazônia. Fazia parte de um complexo de iniciativas que abrangiam, inclusive o abastecimento aos seringalistas de produtos exportados pelo governo norte-americano diretamente para a Amazônia pela Rubber Developmente Corporation e distribuídos internamente pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA". (Teixeira e Fonseca, 2002:159)

*Figura 14- Agência do banco de crédito da Amazônia antigo banco da borracha – Década de 50.*

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE.*

Os diferentes órgãos criados para a execução das medidas previstas nos acordos tiveram muitas vezes uma duplicidade de atribuições, ou seja, a existência de dois setores encarregados da mesma atividade, além das ações dos órgãos não serem coordenadas.

A CAETA (Companhia Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) trabalhava sem comunicação com a SAVA (Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico). A falta de comunicação entre os órgãos, fez com que muitos trabalhadores chegassem

à Amazônia sem haver disponibilidade de alojamento e alimentação para todos os migrantes que se destinavam aos seringais.

Quanto a Porto Velho houve um aumento significativo na população urbana, elevada à categoria de capital, a cidade que já detinha posição importante como ponto de mudança dos meios de transporte fluvial-ferroviário, além da sua posição de distribuidor de bens da região foi equipada com bens administrativos e outros.

Assim segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) dos 3.148 habitantes que constituíam a população urbana em 1940, passou a contar com 10.036 em 1950 e a constituir um importante mercado urbano no contexto amazônico.

Com a reativação do abastecimento da borracha asiática, após o fim da II Guerra Mundial, associada à descoberta da borracha sintética pelos alemães e americanos a exportação do látex amazônico entrou novamente em declínio.

> "Quanto à borracha, sua participação percentual na formação do capital bruto já estava em baixa entre 1949 e 1959 (de 83% para 76%). Segundo Cardoso e Muller (1977:41), a produção da borracha mantêm-se, a partir de 1945, como já frisamos, praticamente estagnada, girando ao redor de 32 mil toneladas por ano. Em termos de participação no produto bruto da agricultura, nas unidades da Região Norte, a borracha, em 1959, possuía ainda significado em Rondônia (77% do produto bruto da agricultura) e no Acre (70%)" (Santos, 1982:53 in Santos, 2007:64).

O declínio da exportação do látex provocou o êxodo rural, e como forma de conter esse fluxo o governo do Território do Guaporé implantou as primeiras colônias agrícolas que visavam abastecer as duas maiores cidades do Território: Porto Velho e Guajará- Mirim.

Segundo Santos (2007:67) entre os anos de 1948 e 1959, foram criados pelo governo do território as colônias de Iata, em Guajará-Mirim, e as de Areia Branca, Candeias, Nipo-Brasileira, 13 de Setembro e Paulo Leal em Porto Velho e Calama, além da colônia agrícola do Beiradão que nasceu espontaneamente.

> "As colônias agrícolas criadas pelo Governo eram formadas por lotes de 25ha, onde os colonos, de modo geral, dedicavam-se ao plantio de mandioca, para a fabricação de farinha, arroz, milho e feijão,

> observando-se, ainda, no caso da colônia de lata, a cana-de-açúcar para o fabrico da rapadura. Utilizavam-se fundamentalmente da força de trabalho dos membros da família e vendiam seus produtos aos chamados 'marreteiros' (donos de caminhão), que revendiam a produção adquirida nas feiras de Porto Velho e Guajará-Mirim" (Lopes, 1983:10 in Santos, 2007:67)

A parte japonesa da colônia Treze de Setembro destacou-se por ser a única que prosperou. Segundo Fiebge, 1979 os colonos nipônicos receberam subvenções do seu consulado em Belém, dedicavam-se a horticultura e a avicultura (conforme Figura 15), usavam mão-de-obra familiar para o plantio e colheita e assalariados para o desmatamento. Seus diferencial foi sobretudo dispor de transporte próprio, tendo liberdade de comercializar sua produção, vendendo-a na cidade de Porto Velho.

Figura 15 - Galinheiro da Colônia 13 de Setembro em Porto Velho (RO)

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.719. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.5.*

Figura 16- Pés de pimenta-do-reino na colônia dos japoneses em Porto Velho (RO)

Fonte: *Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE.* Negativo 16723.Foto digitalizada em CD-ROM Imagens de Rondônia vol. 5.

A falência destas colônias associa-se ao tamanho reduzido dos lotes para o sistema agrícola implantado, o de rotação de terras, do pouco incentivo recebido do estado pelos colonos, que na maioria das vezes não tinham condições de adquirir sementes, sacos, fertilizantes além da falta de liberdade para a comercialização dos produtos que acabavam por cair na mão de atravessadores, por falta de transporte próprio (conforme Figura 17).

*Figura 17- Caminhão esperando ser carregado para levar produção da colônia de Iata para Porto Velho.*

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.349. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.3.*

No ano de 1950, segundo dados do IBGE, a população do Território Federal do Guaporé era de 36.935 pessoas, sendo que 37,4% representavam a população urbana enquanto 66,6% representavam a população rural, uma vez que nessa época somente existiam dois centro urbanos: Porto Velho e Guajará Mirim.

O município de Porto Velho na década de 1950 segundo os dados do IBGE comportava 74% da população do território do Guaporé, com uma população de 27.244 pessoas, sendo 15.311 homens ou 56,20%, e 11.933 mulheres ou 43,80%. A população neste período localizada na zona rural era maior, compreendendo 59,73%% ou seja, 16.272 pessoas.

Segundo o censo demográfico de 1950 neste período Porto Velho apresentava cinco vilas, entre elas Abunã, Ariquemes, Calama, Jaci Paraná e Rondônia todas localizadas na área rural. A população localizada na área urbana compreendia 40,27% ou seja, 10.972 pessoas. O aumento mais

significativo foi no distrito de Rondônia que passa de 1.665 habitantes em 1950 para 4.563 em 1960.

A população rural se distribuía num tipo de habitat linear disperso, ao longo dos eixos de circulação, adensando um pouco mais nas margens do Madeira e do Mamoré, nas vizinhanças das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim,

O caráter rural de Porto Velho neste período associa-se as atividades desenvolvidas nas cinco vilas que compõem o município, compreendendo principalmente atividades agrícolas e extrativistas, segundo o quadro 06 abaixo.

Quadro 06 – Ramo da atividade principal por sexo segundo os municípios.

| PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL, SEGUNDO A ZONA FISIOGRÁFICA E OS MUNICÍPIOS. | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ZONA FISIOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS | PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS | | | | | | | | | | | |
| | TOTAIS | | AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA | | INDÚSTRIAS EXTRATIVISTAS | | INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO | | COMÉRCIO DE MERCADORIAS | | COMÉRCIO DE IMÓVEIS, ETC | |
| | HOMENS | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS | MULHERES | HOMENS | MULHERES |
| TERRITÓRIO | 15721 | 10961 | 2589 | 43 | 6520 | 47 | 661 | 3 | 587 | 37 | 41 | 1 |
| ZONA DO ALTO MADEIRA | 15721 | 10961 | 2589 | 43 | 6520 | 47 | 661 | 3 | 587 | 37 | 41 | 1 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 4185 | 2797 | 729 | 8 | 1968 | 4 | 127 | - | 172 | 14 | 10 | 1 |
| PORTO VELHO | 11536 | 8164 | 1860 | 35 | 4552 | 43 | 534 | 3 | 415 | 23 | 31 | - |

Fonte: Censo IBGE 1950

Grande parte da agricultura era desenvolvida na forma de lavouras temporárias numa agricultura de pequena escala, que compreendia menores áreas, mais com um número mais de cem vezes maior de propriedades, conforme quadro 07.

Quadro 07 – Modalidades de Exploração segundo os Municípios.

| MODALIDADE DE EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DA ÁREA SEGUNDO A ZONA FISIOGRÁFICA E OS MUNICÍPIOS | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ZONA FISIOGRÁFICA E MUNICÍPIOS | MODALIDADE DE EXPLORAÇÃO | | | | | | | | | |
| | TOTAIS | | AGRICULTURA | | | | | | AGROPECUÁRIA | |
| | | | TOTAL | | EM GRANDE ESCALA | | EM PEQUENA ESCALA | | TOTAL | |
| | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) |
| TERRITÓRIO | 530 | 593.775 | 204 | 19.699 | 14 | 9.225 | 190 | 10.473 | 60 | 2.836 |
| ZONA DO ALTO MADEIRA | 530 | 693.775 | 204 | 19.699 | 14 | 9.226 | 190 | 10.473 | 60 | 2.836 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 280 | 56.242 | 92 | 7.826 | 6 | 2.291 | 86 | 5.535 | 26 | 272 |
| PORTO VELHO | 280 | 637.533 | 112 | 11.873 | 8 | 6.935 | 104 | 4.938 | 34 | 2.564 |

Fonte: Censo IBGE 1950

A maior parte das terras, cerca de 93,35% encontravam-se cobertas pelas matas naturais de onde provem os produtos frutos do extrativismo, conforme dados do censo do IBGE de 1950, expostos no quadro 08 .

Quadro 08 – Área dos estabelecimentos distribuída pela utilização segundo os municípios.

| ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DISTRIBUÍDA PELA UTILIZAÇÃO, SEGUNDO A ZONA FISIOGRÁFICA E OS MUNICÍPIOS | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ZONA FISIOGRÁFICA E MUNICÍPIOS | ESTABELECIMENTOS | ÁREA | | | | | | | |
| | | TOTAL | LAVOURAS | | PASTAGENS | | MATAS | | TERRAS INCULTAS |
| | | | PERMANENTES | TEMPORÁRIOS | NATURAIS | ARTIFICIAIS | NATURAIS | REFLORESTADAS | |
| TERRITÓRIO | 530 | 693.775 | 577 | 3.690 | 2.533 | 432 | 647.383 | 123 | 31.511 |
| ZONA DO ALTO MADEIRA | 530 | 693.775 | 577 | 3.690 | 2.533 | 432 | 647.383 | 123 | 31.511 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 280 | 56.242 | 147 | 1.006 | 382 | 52 | 52.241 | 92 | 691 |
| PORTO VELHO | 250 | 637.533 | 430 | 2.684 | 2.151 | 380 | 595.142 | 31 | 30.820 |

Fonte: Censo IBGE 1950

Dos 637.533 ha. que compreendiam as terras do município de Porto Velho, 33,90% das terras ou seja 56% dos estabelecimentos apresentavam proprietários, 15,11% das terras ou seja 13,2% dos estabelecimentos estavam

nas mãos dos arrendatários, ficando 3,36% das terras ou seja 16,4% dos estabelecimentos nas mãos dos ocupantes que não apresentavam documentos e 47,63% das terras ou seja 14,4 % dos estabelecimentos nas mãos do Estado que era o administrador das terras de Porto Velho.

Estes últimos dados (conforme quadro 09) referentes às terras pertencentes ao Estado, ou seja, o administrador são de primordial importância pois refletem como se dará a ocupação e a organização das terras do município de Porto Velho assim como as políticas que serão implantadas na tentativa de reorganizar estes espaços.

Quadro 09 – Condição dos estabelecimentos segundo os municípios.

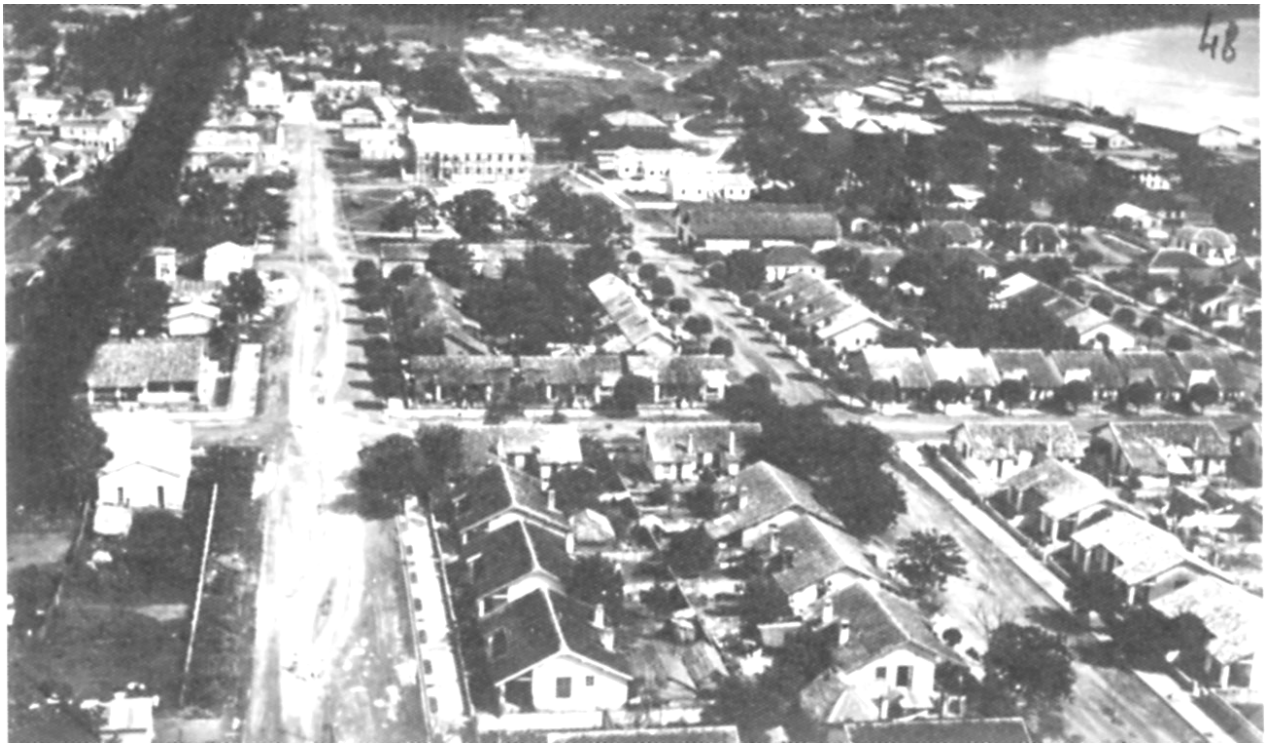
| CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELOS ESTABELECIMENTOS COM INDICAÇÃO DA ÁREA SEGUNDO A ZONA FISIOGRÁFICA E OS MUNICÍPIOS | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ZONA FISIOGRÁFICA E MUNICÍPIOS | CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL | | | | | | | | | |
| | TOTAL | | PROPRIETÁRIO | | ARRENDATÁRIO | | OCUPANTE | | ADMINISTRADOR | |
| | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) | ESTABELE-CIMENTOS | ÁREA (HA) |
| TERRITÓRIO | 530 | 693.775 | 254 | 244.209 | 33 | 96.317 | 199 | 45.376 | 44 | 307.871 |
| ZONA DO ALTO MADEIRA | 530 | 693.775 | 254 | 244.209 | 33 | 96.317 | 199 | 45.378 | 44 | 307.871 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 280 | 56.242 | 114 | 28.117 | - | - | 158 | 23.916 | 8 | 4.209 |
| PORTO VELHO | 250 | 637.533 | 140 | 216.092 | 33 | 96.317 | 41 | 21.462 | 35 | 303.662 |

Fonte: Censo IBGE 1950

Diferente do processo de estagnação e decadência da borracha, a região de Rondônia, não se despovoou como aconteceu após o primeiro ciclo da borracha. Ao contrário uma nova onde de imigrantes afluiu, aumentando a população segundo o censo de 1960 para 35.504 pessoas, um aumento equivalente a 71,9% em relação ao censo de 1950.

Porto Velho a partir da década de 50 vai passar por mais um período de transformações, sobretudo na configuração espacial (conforme figura 18). A sua elevação a categoria de território, associada a queda nas exportações da borracha e exploração da cassiterita impõem um novo ritmo a cidade, que se constitui um ponto comercial e de atração populacional.

*Figura 18 - Panorama Parcial da cidade de Porto Velho – 07/03/1950*




*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE*

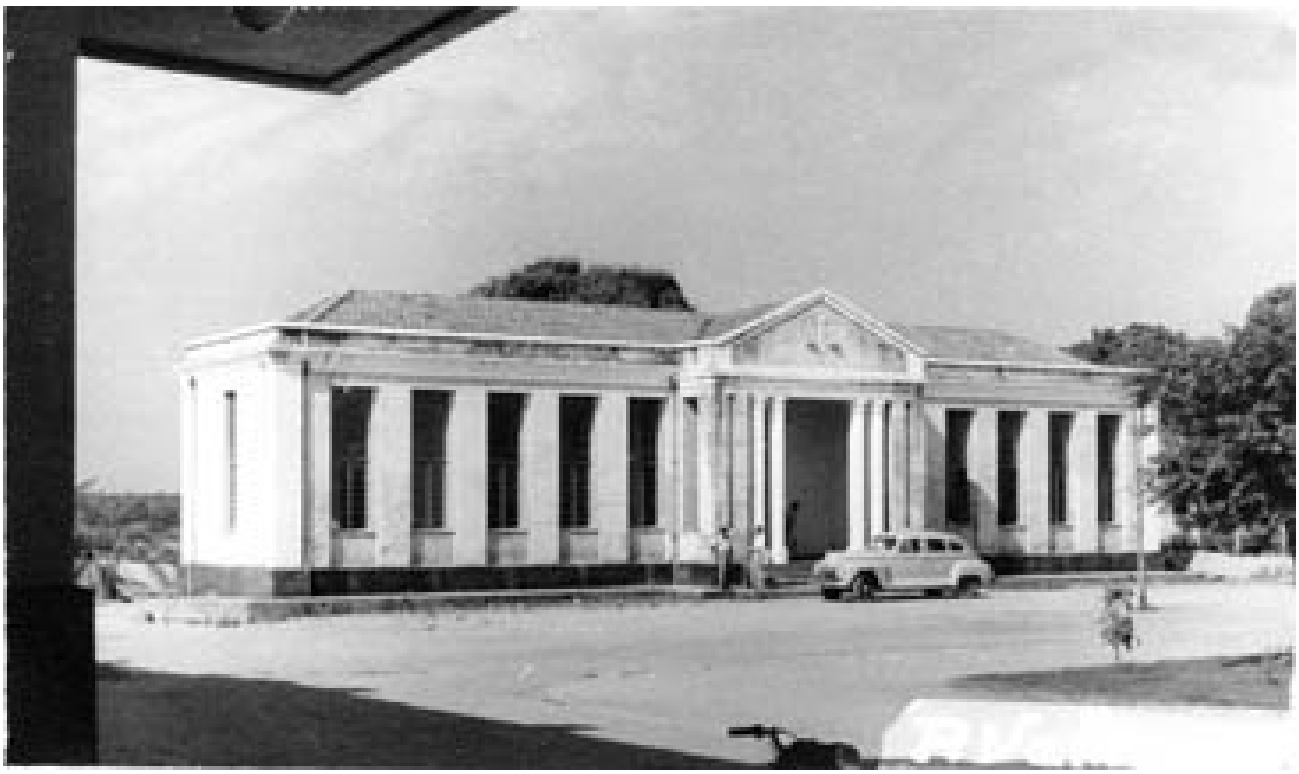
A criação do Território onde o poder passa a se concentrar principalmente na figura do governador indicado pelo governo Federal, também impõe um novo ritmo a cidade de Porto Velho que passará a ser o local onde se concentrará a cúpula do governo. A partir desse momento começam as construções dos edifícios públicos (Conforme figura 19) que darão suporte a administração, além de concentrar uma gama de serviços (conforme figura 20, 21 e 22), como serviços bancários, postos de saúde, estabelecimentos de ensino, com o intuito de melhor atender a população.

> "Quanto a Porto Velho, o aumento significativo ocorreu na população urbana. Elevada a situação de capital, a cidade, que já detinha posição importante como local de mudança dos meios de transporte fluvial-ferroviário, e já era o maior centro distribuidor de bens da região, foi equipada com serviços administrativos e outros" (Fibge, 1979:63).

Figura 19 – Construção do Palácio do Governo – Década de 50

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE.

Figura 20 – Fórum de Porto Velho – Década de 50



Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE

Figura 21 - Construção do Porto Velho Hotel – Década de 50

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE

Foto 22– Cine Teatro Resky em Porto Velho, localizado na Praça Marechal Rondon – Década de 50.

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE

A região da cidade de Porto Velho neste período é a que vai apresentar as melhores taxas referentes a instalações de água encanada, iluminação elétrica e aparelhos sanitários, ficando a área rural com o maior número de domicílios e os menores índices de instalações, conforme quadro 10 abaixo.

Quadro10– Domicílios particulares segundo algumas características

| DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS, DISTRIBUÍDOS POR ALGUMA DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PESSOAS RECENCEADAS, SEGUNDO ZONA FISIOGRÁFICA, OS MUNICÍPIOS E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ZONA FISIOGRÁFICA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO | TOTAL | DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS | | | | | | | | PESSOAS RECENCEADAS |
| | | CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO | | | INSTALAÇÕES EXISTENTES PEÇAS | | | PEÇAS | | |
| | | PRÓPRIOS | ALUGADOS | OUTRA CONDIÇÃO, ETC. | ÁGUA ENCANADA | ILUMINAÇÃO ELÉTRICA | APARELHO SANITÁRIO | TOTAL | SERVIDO DE DORMITÓRIOS | |
| PORTO VELHO | 2.881 | 1.415 | 362 | 1.104 | 35 | 197 | 507 | 9.260 | 3.533 | 9.762 |
| QUADRO URBANO | 303 | 152 | 141 | 10 | 21 | 134 | 288 | 1.272 | 478 | 3.313 |
| QUADRO SUBURBANO | 375 | 207 | 121 | 47 | 21 | 28 | 336 | 1.435 | 499 | 1.482 |
| QUADRO RURAL | 2.203 | 1.056 | 100 | 1.042 | 3 | 35 | 83 | 6.220 | 2.556 | 6.902 |

Fonte: Censo IBGE 1950

A grande concentração da população nas áreas rurais associa-se também a descoberta da cassiterita, matéria-prima utilizada para a produção do estanho. Segundo Teixeira e Fonseca (2002:168), “em 1955 foi descoberta cassiterita nas terras do Sr. Joaquim Rocha, seringalista do rio Machadinho, afluente do Ji-Paraná que iniciou a exploração em 1956, seguido pelo seringalista Moacir Mota. Os dois foram os únicos a explorarem a cassiterita em Rondônia até 1959”.

A partir da década de 1960 os garimpos de cassiterita encontravam-se no ápice de sua exploração, a maioria da população residia nos garimpos que se localizavam na zona rural. Começou uma nova onda migratória composta por garimpeiros que vinham em busca da cassiterita, reaquecendo a economia do Território. A maior parte de imigrantes que se dirigem ao Município de Porto Velho dirigiu-se aos distritos que havia garimpagem da cassiterita, Calama e Porto Velho.

> “É justamente neste período que se observa o maior número de imigrantes dirigidos ao Município de Porto Velho, que somaram 10.567 para o total de 15.695. A migração para o Município de Porto Velho se refletiu nos distritos em que havia garimpagem da cassiterita, como no de Calama e no de Porto Velho. No primeiro, a ocorrência de minério nos vales dos rios Jacundá, Preto e Machadinho, concorreu para que a população rural quase duplicasse passando de 3.336 em 1950 para 6.323 em 1960. No último, a ocorrência de cassiterita no alto Candeias, no Massangana e no

> Jamari fez com que a população rural se elevasse de 6.481 para 11.801. Embora nesse distrito se tenha observado uma relativa expansão da atividade agrária com a criação e colônias agrícolas, o maior contingente humano que migrava era atraído pelo trabalho nos garimpos" (Fibge, 1979:64 apud Lopes, 1983:11 apud Santos 2007:65).

Da década de 1950 para a década de 1960 a população do município de Porto Velho passa de 27.244 pessoas para 50.695 pessoas, um aumento de 46,25%, sendo 56% da população masculina e 44% da população feminina.

O distrito de Calama em 1960 possui uma população de 6.541 pessoas que correspondia 12,9% da população total do Município de Porto Velho, tendo um predomínio do sexo masculino com 55,5% ou seja 3.635 homens e 44,5% ou seja 2.906 mulheres.

Já o distrito de Porto Velho vai apresenta neste mesmo período uma população de 31.064 pessoas, correspondente a 61,2 % da população do Município, porém apresentava uma particularidade 62,1% da sua população ou seja, 19.293 pessoas residiam na área urbana onde o sexo masculino e feminino apresentavam-se na mesma proporção, temos 9.644 homens e 9649 mulheres. Já a população rural perfazia 37,9% da população, onde termos uma população de 6.639 homens e 5.132 mulheres, vide Quadro 11.

Quadro 11 – População Rural e Urbana segundo os municípios e distritos.

| POPULAÇÃO URBANA E RURAL POR SEXO SEGUNDO AS ZONAS FISIOGRÁFICAS, OS MUNICÍPIOS E OS DISTRITOS | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ZONAS FISIOGRÁFICAS, MUNICÍPIOS E DISTRITOS | TOTAIS | | | POPULAÇÃO URBANA | | | | | | POPULAÇÃO RURAL | |
| | | | | TOTAL | | QUADRO URBANO | | QUADRO SUBURBANO | | | |
| | TOTAL | HOM. | MULH. | HOM. | MULH. | HOM. | MULH. | HOM. | MULH. | HOM. | MULH. |
| TERRITÓRIO | 70.232 | 39.038 | 31.194 | 15.714 | 14.912 | 5.629 | 5.572 | 10.095 | 9.340 | 23.324 | 16.282 |
| ZONA DO ALTO MADEIRA | 70.232 | 39.038 | 31.194 | 15.714 | 14.912 | 5.629 | 5.572 | 10.085 | 9.340 | 23.324 | 16.282 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 19.537 | 10.847 | 8.690 | 3.964 | 3.970 | 1.213 | 1.291 | 2.751 | 2.679 | 6.683 | 4.920 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 15.315 | 8.208 | 7.107 | 3.489 | 3.543 | 851 | 951 | 2.618 | 2.582 | 4.739 | 3.564 |
| PEDRAS NEGRAS | 1.420 | 607 | 613 | 134 | 137 | 99 | 94 | 35 | 43 | 673 | 476 |
| PRÍNCIPE DA BEIRA | 2.802 | 1.632 | 1.170 | 361 | 280 | 263 | 210 | 98 | 74 | 1.271 | 880 |
| PORTO VELHO | 50.695 | 28.391 | 22.304 | 11.750 | 10.942 | 4.416 | 4.281 | 7.334 | 6.691 | 16.941 | 11.362 |
| PORTO VELHO | 31.064 | 16.283 | 14.781 | 9.644 | 9.649 | 3.613 | 3.807 | 6.031 | 5.842 | 6.639 | 5.132 |
| ABUNÃ | 2.801 | 1.532 | 1.269 | 328 | 269 | 133 | 94 | 193 | 175 | 1.206 | 1.000 |
| ARIQUEMES | 3.058 | 2.122 | 944 | 608 | 241 | 203 | 81 | 405 | 160 | 1.514 | 703 |
| CALAMA | 6.541 | 3.635 | 2.906 | 120 | 124 | 25 | 21 | 95 | 93 | 3.515 | 2.792 |
| JACI-PARANÁ | 1.411 | 840 | 571 | 229 | 214 | 118 | 104 | 111 | 110 | 611 | 357 |
| RONDÔNIA | 5.812 | 3.979 | 1.833 | 823 | 455 | 324 | 174 | 499 | 281 | 3.156 | 1.378 |

Fonte: Censo IBGE de 1960

Durante a década de 1960, segundo os dados do IBGE a migração teve como seu maior contingente procedente da própria Amazônia, os amazonenses totalizaram 8.147 migrantes, seguido pelos nordestinos com 5.693 migrantes, dos quais 4.439 provinham do Ceará.

Neste período a exploração da cassiterita corresponde a uma produção manual, referente ao primeiro ciclo que durou até março de 1971. As paisagens que se estruturavam nas áreas de garimpo eram muito rudimentares e demonstravam a rusticidade das pessoas e da infra-estrutura utilizada para a realização das extrações manuais, que além de predatórias traziam grandes perdas da cassiterita durante o processo de exploração (conforme figura 23 e 24).

Figura 23 – Garimpo em Rondônia - 1968

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.537. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.4.

Figura 24- Perfurações do garimpo em Rondônia - 1968

*Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.539. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.4.*

Os garimpos eram compostos por uma população instável e miserável, de aventureiros acompanhados ou não de suas respectivas famílias. Estes núcleos estavam sempre isolados dos demais centros, sem vias terrestres ou fluviais. Apenas um campo de pouso para aviões de pequeno porte os ligava a Porto Velho e Ariquemes (Conforme figura 25).

Figura 25- Pista de um pequeno aeroporto do garimpo de Rondônia (RO)- 1968

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.544. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.4.

As pessoas interessadas em explorar se deslocavam para os garimpos nas áreas rurais e se instalavam nestes locais criando cada um suas próprias residências e condições de trabalho. Geralmente possuía um escritório geminado a instalações precárias para a concentração dos minérios, próximo estava o barracão onde as mercadorias trazidas de avião eram vendidas a preços exorbitantes.

Os casebres eram construídos a beira do campo de pouso e outras choupanas sórdidas (conforme figura 26) ficavam dispersas entre o núcleo embrionário e as perfurações.

Todo o material necessário para a construção da infra-estrutura mínima dos alojamentos era retirado da floresta, as casas eram construídas de palha ou madeira (conforme figura 27) e a população predominante era masculina.

As mulheres que se encontravam nessa região de garimpo desenvolviam atividades secundárias.

Figura 26- Casas dos trabalhadores do garimpo de Rondônia (RO)

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.540. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.4.

*Figura 27 – Casas de palha dos trabalhadores no garimpo de Rondônia (RO)*

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.542. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.4.

O transporte da cassiterita era feita até Porto Velho, que se torna o local onde as transações comerciais se efetivam, fator que contribuirá para a revitalização da economia, a cidade expande-se e o comércio local torna-se referência em todo o estado (Vide figura 28).

Figura 28 – Comércio da cidade de Porto Velho -1960

Fonte: Arquivo Ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo IBGE. Negativo 16.222. Foto digitalizada em CD-ROM, Imagens de Rondônia. V.1.

Novos garimpos iam sendo abertos em função da demanda trazida pelas novas correntes migratórias que chegavam para explorar cassiterita, novas áreas iam sendo degradadas, pois, as perfurações para serem implantadas necessitavam de grandes áreas desflorestadas, além da poluição das águas deixada pelos resíduos (vide figura 29).

> "A produção de cassiterita, impulsionada pela onda migratória, aumentava rapidamente. Já em 1958, Rondônia exportava 18 toneladas do mineral, considerado de ótima qualidade, mostrando a força de garimpagem. Em 1960, a produção já subia para 49 toneladas, chegando a 678t dois anos em seguida. Dez anos depois, em 1972, a tonelagem produzida de cassiterita atingia 2.794t, contribuindo, então, para a auto suficiência do país em estanho. Assim, a partir de 1967, a cassiterita suplantava a borracha do produto bruto do território" (Amizael Silva, 1984 in Santos, 2007:65).

Figura 29 – Desmonte hidráulico do material fluvial derivado do granito para extração da cassiterita na lavra Santa Bárbara em Rondônia (RO)

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos Geográficos de campo IBGE. Negativo 16.564. Foto digitalizada em CD-ROM. Imagens Rondônia v.4.

Outro fator que contribuiu para o aumento destes números da população rural foi o inicio da construção da atual BR-364, que já se processava a partir de Cuiabá e de Porto Velho atraindo imigrantes que penetravam pelo sudeste da região e se estabeleciam ao longo do percurso da rodovia.

Iniciada a abertura da BR 364 em 1943, pelo Governo do Território, em 1945 a estrada já havia chegado em Ariquemes. A estrada permaneceu na mesma condição até 1960, quando o Governo Federal resolveu retornar sua construção com o intuito de integração nacional.

A melhoria do tráfego influenciou nos relacionamentos da região, O Território de Rondônia antes tributária de Manaus, passou a relacionar-se diretamente com o Sudeste. O transporte rodoviário apresenta a vantagem de possibilitar ligações mais freqüentes, mais rápidas e mais garantidas.

Segundo os dados do IBGE, o fluxo migratório intensificou-se gradualmente pela rodovia. Dos 30.775 dos migrantes entre 1961-1970, 6.808 migraram entre os anos de 1961-1964, 11.122 migraram entre 1965-1968 e

12.745 migraram de 1969-1970. Entre os anos de 1961-1970 a parcela dos migrantes que entraram pela rodovia cresceu sucessivamente de 7,1% para 23,7% e 48,2% entre os anos de 1960- 1970.

> "No Cômputo geral, os maiores contingentes migratórios no decênio 60/70 procedem do Amazonas, com 8.017; do próprio Território (migração interna), com 3.457; de Mato Grosso, 3.117; Acre, 2.690, e do Paraná, 2.573. Os que chegaram do Acre e do Amazonas, de modo geral, migraram diretamente do próprio Estado. Dentre os que se deslocaram de um município para outro no interior do Território, a maioria é de rondonianos e amazonenses. Sendo ainda expressiva a participação de cearenses e matogrossenses. Esse deslocamento dentro do Território se deve à procura de áreas de solos melhores e mais bem servidas de transportes, com preferência para as situadas ao longo da BR 364. Trata-se, portanto, de contingente que possivelmente migrou primeiro para o município de Guajará-Mirim, deslocando-se depois para o de Porto Velho"(Fiebge, 1979:71)

Segundo o censo de 1970 dos 30.775 migrantes, a grande maioria cerca de 87,6% dirigiu-se para o município de Porto Velho, concorrendo para o aumento populacional do município que foi de 74,1% (37.807 pessoas).

O fluxo migratório para o município de Porto Velho se refletiu na composição por sexo de idade adulta (20 a 59 anos), onde o número de homens (19.539) ultrapassarem 15,2% o de mulheres (14.358).

A população rural no distrito de Porto Velho aumentou de 6.217 para 18.018 habitantes em 1970. Já a população urbana do distrito de Porto Velho, segundo o censo demográfico de 1970 aumentou de 19.387 para 41.635 habitantes.

A atração exercida sobre os migrantes, pelas terras situadas ao longo da BR-364, contribuiu para que ocorressem deslocamentos no interior do município de Porto Velho. Antes os distritos como Calama e Abunã que apresentavam um aumento populacional devido a exploração da cassiterita, apresentaram entre 1960-70 um decréscimo de 1.484 e 966 habitantes respectivamente. A população urbana do distrito de Rondônia neste mesmo período passou de 1.293 para 4.285 pessoas, segundo o censo do IBGE.

A proibição da garimpagem manual em 1970, pelo Ministro das Minas e Energia, sob o argumento de ser predatório, levou a economia do Território a entrar novamente em colapso. Somente as empresas com capitais suficientes para mecanizar a produção poderiam explorar o minério.

A infra-estrutura implantada era bem mais desenvolvida, toda uma rede de serviços era implantada para dar suporte às lavras, fato que permitiu a implantação de verdadeiros povoados, porém o número de pessoas para a realização do trabalho reduziu enormemente em função da mecanização.

> "Com a proibição de funcionamento dos garimpos, determinada pelo Governo Federal em 1971, surgiram verdadeiros povoados, mais estáveis, vinculados às lavras mecanizadas de cassiterita. Tais aglomerados rurais não se situam à beira da BR-364, mas em ramais e ao longo do trecho já construído da BR-421. Geralmente, sua população varia, aproximadamente, entre 200 e 500 habitantes. Correspondendo a núcleos administrativos e residenciais, são dotados de infra-estrutura necessária aos trabalhadores de mineração e de atendimento às necessidades imediatas e mínimas da população que trabalhava na lavra. Dispõem, normalmente, de escritório, alojamentos para solteiros e casados, restaurantes, cantina, depósito de combustível, oficinas mecânicas para reparo das máquinas utilizadas na mineração e para consertos em veículos, bem como posto de gasolina, para uso próprio" (Fiebge, 1979:77)

Segundo Teixeira e Fonseca (2002:168) havia cerca de dez mil pessoas ligadas diretamente a garimpagem, e trinta mil indiretamente, para uma população de cem mil habitantes em todo o estado. As atividades comerciais decaíram e o desemprego tornou-se alarmante principalmente na área urbana de Porto Velho, local que concentrava o maior fluxo de comércio.

> "O exército foi encarregado de 'reunir' os garimpeiros e encaminhá-los aos aviões da FAB, de onde seriam 'despejados' em outras regiões do país. A proibição causou falências no comercio e um enorme desemprego. A arrecadação caiu 70% e o Brasil passou a importar o estanho que anteriormente exportava. A partir dessa portaria vários grupos multinacionais reforçaram sua atuação no Território, monopolizando a exploração da cassiterita, que antes era o meio de muitos trabalhadores" (Teixeira e Dante, 2002:168)

Dentro deste contexto dois processos distintos se estruturavam, o primeiro relacionado ao inchaço da cidade de Porto Velho que concentrou toda a mão-de-obra dispensada do garimpo e que passa agora a sofrer com a falta de infra-estrutura para comportar toda a demanda populacional que se desloca para a região, além da falta de emprego e os problemas sociais gerados.

O segundo processo associa-se a criação de toda uma infra-estrutura desenvolvida para atender a exploração da cassiterita, que agora passa a ser realizada por empresas transnacionais, onde grande parte do trabalho passa a ser realizado por máquinas, dispensando o trabalho humano.

Termos então, duas paisagens antagônicas convivendo juntas, uma reflexo da proibição do garimpo manual, totalmente desorganizada e carregada

de problemas sociais e outra altamente organizada calcada em infra-estrutura e tecnologia, cujo objetivo era retirar o máximo da região com o maior aproveitamento possível.

Apesar de todos os acontecimentos vividos em Porto Velho, desde o século XVII até o século XX, que trouxeram modificações visíveis na configuração espacial do seu território, ocasionadas muitas vezes pelas crises trazidas pela implantação de ciclos de exploração que permearam o desenvolvimento local, a cultura extrativista foi a responsável pelo modelamento da estrutura espacial do Município de Porto Velho.

Os acordos estabelecidos, as políticas implantadas, a infra-estrutura construída que vai desde o estabelecimento dos postos telegráficos, da EFMM, estradas, aeroportos sempre estiveram associados a garantia da exploração dos recursos naturais e minerais da região, que alternaram-se segundo as necessidades e expectativas ora do mercado internacional, ora nacional.

Esses acontecimentos permitiram à implantação de um processo incipiente de urbanização que seguiu os padrões estabelecidos por cada um desses períodos, sempre atrelado a extração de recursos naturais ou minerais.

Este primeiro período denominado de extrativista teve dois momentos, o primeiro esteve associado a descobrimento da região e o estabelecimento das missões religiosas que apesar de explorarem a área, retirando as drogas do sertão implantaram núcleos isolados que não influenciaram na implantação de alguma forma de urbanização.

O segundo momento inicia-se com o primeiro ciclo da borracha, o estabelecimento dos postos telegráficos e com a construção da EFMM, que vai permitir o estabelecimento do processo de urbanização em Porto Velho, e a sua elevação a categoria de município e capital do futuro estado, fato que possui uma relevância para o seu desenvolvimento em função do papel que o mesmo vai desenvolver frente aos demais municípios.

Muitas das heranças deixadas neste primeiro momento do processo de urbanização de Porto Velho permanecem até os dias atuais, tanto nos aspectos relacionados a infra-estrutura construída como nos referentes a estruturação econômica e social.

A formação sócio-espacial de Porto Velho está intimamente ligada aos ciclos econômicos implantados nesse período, que visavam, sobretudo, a exploração natural e mineral e aos mecanismos criados como forma de garantir a exploração e o escoamento dos produtos.

As espacialidades construídas refletem todo este processo, onde as formas deste período contribuíram para a evolução da sociedade, permanecendo como heranças das divisões do trabalho do passado, onde as novas formas surgem como exigência para o funcionamento da nova divisão do trabalho.

.

## 5.4 Porto Velho dos projetos de colonização

O segundo período proposto para a construção dos cenários da produção urbana de Porto Velho corresponde ao período dos projetos de colonização que se iniciaram na década de 1960, intensificando-se durante a década de 1970 e permaneceram até a década de 1980.

A implantação dos projetos de colonização ocorreu, sobretudo, nas áreas rurais e interioranas do atual estado de Rondônia, principalmente ao longo da BR-364, porque nem o extrativismo, nem a lavra mecanizada geraram riquezas para o Território capaz de assegurar as condições necessárias para o estabelecimento efetivo da população local, uma vez que o produto dessas duas atividades sempre foi exportado para ser industrializado em outros países.

Como o setor industrial era quase inexistente no Território, a agricultura tornou-se a alternativa mais viável para a resolução dos problemas de falta de trabalho que se estruturava internamente, com o fim da extração manual da cassiterita e com a queda das exportações da borracha, como para resolver problemas que se manifestavam a nível nacional, como a seca do nordeste, a falta de terra para os agricultores do centro-sul do país, além da preocupação do governo militar com a geopolítica e com a integração da região.

A implantação de projetos de colonização fundados na propriedade familiar, preconizada pelo Estatuto da Terra, foi a opção adotada pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), pois se constituía em uma atividade capaz de absorver a mão-de-obra disponível, sem necessitar de atividades econômicas baseadas em tecnologia cara, altamente mecanizada.

O decreto nº 63.104 de 15 de agosto de 1968 estabeleceu diretrizes para a ocupação da Amazônia, a partir de núcleos populacionais nas faixas de fronteira e de Áreas Prioritárias. O artigo 1º do decreto estabelece como áreas prioritárias de atuação no Território Federal de Rondônia:

a) Área Prioritária nº 1 – o segmento da BR-369, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de seis quilômetros;
b) Área Prioritária nº 2 – a região em que se localizam as cidades de Porto Velho e Abunã, tendo como centro a primeira.

Estas primeiras diretrizes demonstram como estes projetos de colonização têm influência direta na dinâmica de ocupação, desenvolvimento e transformação da cidade de Porto velho. Não existindo possibilidade de dissociar a realidade de Porto Velho da estruturação dos projetos de colonização no atual estado de Rondônia.

### 5.4.1 Os projetos de colonização em Rondônia e as políticas implantadas

Rondônia vai vivenciar todo esse processo através das políticas de colonização[10] dirigidas que são implantas através do plano de integração Nacional (PIN) pelo governo militar na década de 70.

Delfim Neto, então Ministro da Fazenda, declarava:

> "O PIN representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira... Nós vamos empurrar a fronteira para conquistar um novo País". E, "nós já dispomos dos recursos necessários para realizar o desenvolvimento econômico, precisamos ter consciência de que dispomos desses recursos e precisamos ter os mecanismos para mobilizá-los a favor do desenvolvimento econômico. Por isto é que acreditamos nesta filosofia do Governo, que antes de fazer crescer com rapidez o capital, tenta utilizar o capital disponível; esta filosofia que antes de estar procurando poupar, tenta mobilizar a força de trabalho que já existe em cada um de nós. Esta filosofia de mobilização é que vai fazer deste País um grande País". (Velho, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato *in* Henriques, 1984:398)

A década de 1970 trouxe grandes transformações para o estado de Rondônia, a ascensão do governo militar associada a necessidade de resolver problemas políticos/econômicos e geopolíticos trouxe como solução a distribuição de terras dirigida pelo Estado.

Todas essas políticas começaram a ser implantadas durante o regime militar e estavam regadas pelas idéias da Escola Superior de Guerra (ESG), onde existia a crença de uma política de integração nacional, pautada por uma ideologia de segurança interna, sob a tutela de um Governo Federal forte.

---

[10] O decreto 59428 de 27 de outubro de 1966, estabeleceu que: "colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes e parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção nelas previstas" (Santos, 2007:70)

> "A política de Colonização Dirigida foi concebida sob o marco que a elite militar responsável pelo Golpe de 1964 estabeleceu. Como antigos estudantes da escola Superior de Guerra (ESG), eles acreditavam numa política de integração da segurança nacional e do desenvolvimento sob a tutela de um Governo Federal forte. Esta crença levada à prática resultou na participação do Governo mais hipertrófica já registrada na história brasileira". (Henriques, 1984:396)

A seca na região nordeste no ano de 1969/70 acelerou a intervenção do governo federal para viabilizar as políticas de colonização para a região Amazônica. A população rural constituía-se em um problema pela sua volatilidade, eram migrantes em potencial e os centros urbanos já apresentavam sinais de inchaço e demandas por saúde, habitação e serviços públicos.

> "Logo após a visita do Presidente Médici às áreas afetadas pela seca em março de 1970, foi anunciada a construção da Transamazônica, a pavimentação da Belém-Brasília e a construção de outras estradas ligando a Amazônia e o centro-oeste". (Henriques, 1984:398)

Levando em consideração todos os fatores levantados, fica difícil acreditar que a política implantada pelo governo militar tinha como interesse principal responder ao desemprego gerado pela crise nordestina de 1970, mas pelas características apresentadas demonstra com muito mais clareza as políticas do Estado autoritário, que tinham como interesse fazer frente aos interesses internacionais na Amazônia, dado que lhe era inerente todo um discurso e tradição nacionalistas.

Essas políticas representaram, por outro lado, uma forma de aliviar as tensões sociais no campo, sem que necessariamente se realizasse uma reforma agrária.

> "A questão embutida nos objetivos da colonização oficial, que se pode deduzir como um corolário distante da famosa Lei da Terra de 1850 é uma tentativa de ser uma alternativa à reforma agrária" (Santos, 2007:70).

Segundo Singer (1980) neste período o capitalismo se manifestava no Brasil, através da implantação da cidade industrial, que tinha como principal característica a expropriação da população do campo para as áreas urbanas. A função desta população constituía-se em servir de mão-de-obra para as

indústrias que se implantavam, porém nem todo este excedente populacional foi absorvido, repercutindo em um grande inchaço urbano no centro sul do país manifestado na forma de diferentes conflitos sociais que se estabeleciam.

Como forma de tentar solucionar estes problemas, a partir da década de 1970, o governo federal iniciou uma forte campanha sobre a disponibilidade de terras na Amazônia, sob a famosa propaganda “deixe-nos unir os homens sem terras com as terras sem homens”.

É neste período que a urbanização da Amazônia difere da urbanização de outras regiões brasileiras, enquanto a urbanização do centro sul do país associava-se a implantação e disseminação de indústrias, a região amazônica, sobretudo Rondônia vai apresentar um processo de urbanização reflexo da industrialização que ocorre em outros pontos do Brasil.

Podemos afirmar que o processo de urbanização em Rondônia ocorreu sem estar associado a industrialização, processo totalmente diferente do descrito por Lefebvre (1968) onde a industrialização é o indutor e o induzido da urbanização, processo construído a partir da realidade implantada com a Primeira Revolução Industrial na Europa no século XVIII.

O processo de urbanização de Rondônia foi um processo dissociado da industrialização e compreendeu a resolução de problemas criados pela implantação de indústrias e suas conseqüências em outras regiões do país. O estado de Rondônia se constituiu como uma alternativa para a resolução das crises que se configuravam no sistema capitalista a nível nacional, com a implantação dos projetos de colonização.

Dentro dos processos de colonização implantados na Amazônia, Rondônia se constituiu com uma particularidade, pois seu processo de colonização foi de natureza totalmente oficial. Os modos de conceber as terras em Rondônia foram a grande empresa capitalista e um novo tipo de Campesinato (por ter que considerar o mercado).

Segundo Santos 2007:74 o processo colonizador era parte de implantação da modernidade no campo brasileiro que criaria espacialidades com recursos governamentais associada a diretrizes urbanizantes, ou seja, associada a uma racionalidade urbana no sentido tecnológico.

> "(...) o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores" (Giddens, 1991:16)

A população rural que se deslocou para estas áreas apesar de manterem traços da agricultura de subsistência pertence a um conjunto social caracterizado pela presença da cidade, onde as influências externas apresentam-se na obtenção de ferramentas, insumos e até mesmo na alimentação.

Essa nova onda migratória traz consigo, novos costumes e hábitos ligados principalmente às cidades, que acabam por se revitalizar em função das novas necessidades trazidas por estes migrantes.

Em Rondônia, a maior concentração ocorreu ao longo da BR 364, mas a medida que as terras próximas à estrada foram ocupadas, o movimento foi se interiorizando, causando problemas junto às populações indígenas.

Outros conflitos se estabeleceram em virtude das empresas privadas, que se autodenominando companhias de colonização, começaram a demarcar as terras vendendo-as ilegalmente, iludindo os imigrantes que chegavam.

Neste momento as atividades do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) se tornaram decisivas, e concentram-se em dois níveis, a legalização da situação fundiária na área e assentamento dos recém chegados, que ocorreu através dos PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) e PIC (Projeto Integrado de Colonização).

A criação do INCRA também fazia parte deste pacote de mudanças previstas para a década de 1970, e tinha como função organizar a distribuição de terras em Rondônia, além de ordenar os aparatos necessários para o aproveitamento da terra. O INCRA foi o órgão responsável pela distribuição e implantação das diversas etapas de acesso a terra em Rondônia, visto que quase 93% das terras existentes na região pertenciam a União.

> "As atividades abrangidas por estes projetos se realizariam através de 12 programas que incluíam: Distribuição de terras, Organização Territorial, Organização Administrativa, Assentamento, Organização das Unidades agrícolas, Promoção e Execução de Obras Públicas e Infra-Estrutura, cujo desenvolvimento era de inteira responsabilidade do INCRA, os programas restantes visando à Saúde, Habitação, Educação, Crédito, Cooperativas e Comercialização da produção

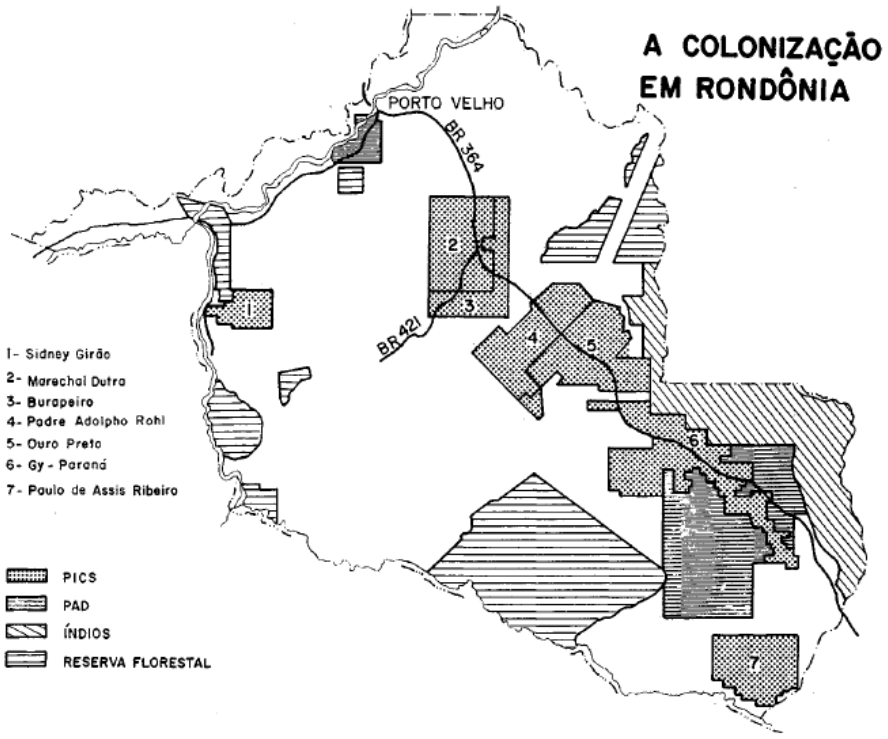
> seriam implementados por outras instituições sob a coordenação do INCRA". (Henriques, 1984:403)

Os projetos de colonização situavam-se, na grande maioria, ao longo da BR 364. Entre 1970/76 o INCRA implantou cinco PICs (Projetos Integrados de Colonização) e dois PADs (Projeto de Assentamento Dirigido).

Segundo Henriques (1984:403), estes sete projetos de colonização que estavam operando em Rondônia eram:

1. PIC OURO PRETO – este projeto estava localizado ao longo da BR-364, entre os quilômetros 352 e 385, abrangendo uma faixa de 60 quilômetros a cada lado da rodovia.
2. PIC SIDNEY GIRÃO - projeto localizado ao longo da BR-319, perto de Guajará Mirim, abrangia 60 mil hectares.
3. PIC GY-PARANÁ – projeto localizado ao longo da BR-364, entre os quilômetros 455 e 502, próximo a Cacoal, possuía uma área aproximada de 486 mil hectares.
4. PIC ADOLPHO ROHL – localizada ao longo da BR-369 entre os quilômetros 262 e 290, com uma área aproximada de 400 mil hectares.
5. PIC PAULO DE ASSIS RIBEIRO – localizado a 100 quilômetros de Vilhena entre o rio Cabixi e Guaporé, com uma área de 293.580 hectares.
6. PIC BURAREIRO – localizado ao longo da BR- 364 entre os quilômetros 152 e 252, perto de Ariquemes, abrangendo uma área aproximada de 350 mil hectares.
7. PAD MARECHAL DUTRA – localizado próximo a rodovia BR- 364, entre os quilômetros 137,5 e 224,5 na região de Ariquemes, com uma área de aproximadamente 400 mil hectares.

Figura 30 – Croqui dos assentamentos no estado de Rondônia




*Fonte: HENRIQUES, 1984:405*

Segundo Santos (2001), o tamanho dos lotes variava para cada modalidade de projeto. Nos PICs a área de cada lote era de 100 hectares, padrão instituído para a produção agrícola familiar, enquanto os PADs eram de 250, 500, 1000 ha., portanto destinados às monoculturas, como a do cacau.

Como os PICs estavam voltados para a produção agrícola familiar, o INCRA proporcionava toda uma gama de infra-estrutura; desde o acesso a terra, implantação de escolas, postos de saúde, estradas vicinais, armazéns para a produção. Já os PADs, deveriam funcionar conforme o perfil dos pretendentes, conforme o grau de capitalização dos mesmos.

Segundo Henriques (1984), “previa-se que para 1980, 23 mil famílias seriam assentadas, contudo em 1977 existiam ainda 30 mil na espera dos seus lotes. Sendo assim, em 1981 o INCRA decidiu reduzir o tamanho dos lotes para 30 hectares a fim de acomodar mais pessoas.

A partir de 1974, o fluxo migratório para a Amazônia aumentou como conseqüência de mudança da política do governo, alcançado seu ápice em 1976 e logo depois entrando em declínio temporário como resposta a contrapropaganda oficial nas áreas emissoras que visavam diminuir os fluxos migratórios que se tornaram mais intensos do que o esperado.

Segundo os dados do IBGE, a população do Território Federal de Rondônia na década de 70 era de 111.483 pessoas, ou seja, houve um acréscimo de 37% na população entre as décadas de 60 e 70, em função das políticas que incentivaram a vinda de migrantes, todos iludidos na esperança de terras baratas.

Segundo Henriques (19840, "o movimento foi mais intenso nos meses sem chuvas entre junho e agosto, período que a BR- 364 é transitável. Na segunda metade de 1978 foi registrada através de Vilhena um fluxo de 5587 imigrantes. De janeiro a outubro de 1979, o número passou para 36.164 imigrantes" (p.404).

### 5.4.2 Os projetos de colonização e a construção da cidade de Porto Velho

Além dos Projetos Integrados de Colonização e dos Projetos de Assentamento Dirigido existiram também os núcleos urbanos que tinham como função dar suporte aos projetos, muitas vezes abrigando as famílias até as mesmas receberem suas terras.

> '' As novas alternativas de ordenação territorial surgiram com as propriedades familiares nos Projetos de Colonização; as médias e grandes empresas rurais, nas áreas licitadas pelo INCRA; os núcleos urbanos criados para dar sede e suporte dos projetos, como a Vila Colorado do Oeste no PIC Paulo de Assis Ribeiro; Ouro Preto, no Projeto do mesmo nome; Jaru no PIC Padre Adolpho Rohl; e Cacaulândia, originada de uma fazenda próxima ao Ji-Paraná onde os migrantes se localizavam provisoriamente, a partir de 1972, enquanto esperavam a liberação de parcelas naquele e nos demais Projetos ao longo da BR-364'' (Fiebge, 1979:90).

Além desses núcleos urbanos criados pela intervenção do governo, através do INCRA, já existiam aqueles desde a implantação das linhas telegráficas pelo Marechal Rondon, que a partir da construção da BR-364 saíram do isolamento e ganharam certo dinamismo.

Neste caso encontram-se Vilhena, que serve como suporte ao PIC Paulo de Assis Ribeiro e criou novo impulso desde que este foi implantado; Presidente Médici, próximo ao setor Leitão, do projeto Ouro Preto; Pimenta Bueno, que conheceu um surto de progresso a partir de 1960, com a intensificação da corrente migratória; Nova Ariquemes, criada para substituir a Velha Ariquemes, cujo sítio foi considerado pouco favorável à expansão urbana, ante as novas perspectivas de desenvolvimento que se apresentam para a região a partir do início da construção da BR-421, da RO-01 e da implantação, em 1976, dos projetos Marechal Dutra e Burareiro; Vila Rondônia cujo crescimento apresenta ritmo acelerado, embora desordenado desde a implantação do Projeto Ouro Preto.

> "A partir de 1960, a criação desses núcleos rurais-urbanos e urbanos, em plena "terra-firme", será um dos elementos caracterizador das transformações da rede urbana amazônica, alterando, em parte, um padrão espacial longamente estabelecido que se caracterizava pelo caráter ribeirinho dos núcleos urbanos". (Lobato, 1987:56)

Segundo os dados do IBGE em 1972 Villa Rondônia tinha 5.000 habitantes e 13.000 em 1973, apresentando no ano de 1979 cerca de 30.000 habitantes na área urbana que se estende pelas margens da BR-364 e do rio Ji-Paraná.

Em função do desenvolvimento desenfreado da Vila Rondônia foi mandado pro Congresso Nacional uma proposta de lei para a criação de Ji-Paraná, cuja sede seria aquele núcleo e Ouro Preto seu distrito. Em 1977 foi criado pela Lei nº. 6.448, não somente o município de Ji-Paraná, mas também o de Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.

Segundo o censo de 1970 a população urbana do Território Federal de Rondônia era composta de 59.069 pessoas, correspondendo a 53% da população, e a população rural era composta de 52.414 pessoas, correspondendo a 47% da população. Os homens continuavam a predominar sobre a população feminina, correspondendo a 53% da população.

A criação dos novos municípios traz para Rondônia uma nova estrutura político administrativa, associada em grande parte ao dinamismo sócio-econômico ao longo da BR-364, que ocorreu principalmente pela atuação do

INCRA. Esse novo dinamismo impõe novas exigências ao INCRA e aos demais órgãos do poder público que precisaram reformular e revisar certas formas de atuação.

Ao INCRA ficou a incumbência de imprimir maior rapidez aos processos de transferência das áreas urbanas aos poderes competentes, no caso o Governo do Território e as Prefeituras. Somente a partir do domínio das áreas urbanas o Governo de Rondônia e as Prefeituras puderam efetuar a cobrança de impostos, a venda de lotes urbanos, a outorga de licença para o funcionamento de indústrias e de estabelecimentos comerciais.

O fluxo migratório neste período compreendia em grande parte migrante da região Sul e Sudeste, que apresentavam sem dúvida um padrão de vida superior ao do caboclo amazônico e do imigrante nordestino. Sendo assim, a ocupação de novas áreas pela atividade agrária, acarretou a expansão de um mercado consumidor de nível mais elevado, levando alguns centros urbanos a se reequiparem para tender ás novas necessidades desse mercado.

> "Tomando-se a região amazônica como um todo, observa-se ainda que as modificações havidas na estrutura migratória para a região vão se refletir em Rondônia. Ou seja, os nordestinos, que em 1970 participavam com 22,7% do total dos movimentos migratórios e 74,5% dos migrantes inter-regionais, diminuem a sua participação relativa nos referidos totais para 19,5% e 37,0% respectivamente, apesar do acréscimo absoluto de 232.892 indivíduos, representando uma variação relativa de 156,7% no ultimo período censitário (1980)". (...) Ao mesmo tempo, observa-se um substancial aumento de migrantes procedentes das Regiões Sul e Sudeste que, constituindo até 1970 parcelas inexpressivas de 3,6% e 11,5% daqueles totais acima mencionados, porém, na década seguinte atingem índices de 21,3% e 38,6% daqueles totais. Nesse mesmo período foi também notável o montante de migrantes oriundos da Região Centro-Oeste que atingiu 154.083 pessoas e uma variação relativa de 551,7%". (Geografia do Brasil, 1989 in Santos 2001)

Este fator foi de primordial importância para o estabelecimento das cidades e para efetivação do processo de urbanização que se intensificou, criando juntamente com as demais cidades uma hierarquia.

> "O dinamismo da atividade agrária nessas áreas atuou como força propulsora, concorrendo para a formação de uma rede urbana ora emergente, favorecida ainda pela implantação das BRs-364, 425 e 319, que possibilitou maior articulação entre os núcleos" (Fiebge, 1979:226).

Até a década de 1960 os únicos núcleos urbanos que tinham algum significado na distribuição de bens e serviços eram os de Porto Velho e Guajará-Mirim, que concentravam respectivamente 60,5% e 22,2% ou seja, 19.387 e 7.115 pessoas do global urbano do Estado Federal do Guaporé.

A região de Porto Velho apresentava até então dentro das características vigentes na Amazônia, isolamento pela ausência de articulação com a região sudeste. Permanecendo como um setor da grande área da periferia remota que é a Amazônia. Sua população urbana era de 32.034 habitantes, compreendendo 37,5 % da população global de 85.504 habitantes

A partir de 1976 esta realidade apresentada pela região de Porto Velho começa a modificar-se, a população urbana já atingia 146.242 habitantes, correspondendo 61,3% do total. Sendo assim a cidade de Porto Velho apresentava no mesmo ano 54,7% ou seja, (80.000 pessoas) do total de 146.242 habitantes da região.

Antigos vilarejos ao longo da BR-364, menos povoados no passado já apresentavam em meados da década de 1970 um expressivo montante populacional e equipamentos urbanos poco comuns às cidades amazônicas. Dentre os núcleos populacionais podemos destacar o de Vilhena e Pimenta Bueno, notando ainda o de Cacoal, criado para servir de sede do projeto de colonização de Ji-Paraná.

Porto Velho apresenta uma área mais dinâmica, situada ao longo da BR-364, onde se alinham os núcleos mais populosos, tornando-se a cidade pólo que vai comandar as demais cidades já implantadas e as que ainda serão implantadas.

A região de Porto Velho, mas precisamente a cidade de Porto Velho vai apresentar mudanças significativas em função da expansão da atividade agrária, decorrente da colonização implantada pelo INCRA, que exigiu também a implantação de órgãos federais encarregados da administração dos projetos e da assistência ao trabalhador rural, que foram implantados na capital na sua maioria.

Empresas privadas também foram atraídas pelo surto desenvolvimentista instalando seus escritórios locais na cidade, profissionais liberais, mobilizados pela iniciativa governamental, depois pela iniciativa privada, passaram a implantar em Porto Velho escritórios de firmas comerciais especializadas.

Todos estes fatores mobilizaram recursos humanos com a entrada de pessoas de maior poder aquisitivo que a maioria da população, ampliando o mercado consumidor local e regional, incentivando a instalação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços, principalmente os referentes a crédito, saúde e ensino.

Os dados do censo do IBGE de 1970 demonstram essa superioridade dos serviços oferecidos no Município de Porto Velho e sua capacidade ampliada de consumo frente a do Município Guajará-Mirim. Estas disparidades apresentadas comprovam a superioridade da cidade de Porto Velho no fornecimento de serviços e consumo, através dos dados apresentados como englobando todo o município, mas que na verdade representam a realidade da capital Porto Velho.

Dos 20.472 domicílios permanentes no Estado Federal do Guaporé, 27% ou seja 5.690 localizam-se no município de Guajará-Mirim, onde são encontrados os menores índices quanto as instalações e utilidades existentes. Somente 14,57% dos domicílios apresentam rede geral, 20,4% poços ou nascentes de água e 22,60% apresentam iluminação elétrica. Quando se verifica os dados referentes as instalações sanitárias os índices são ainda piores, somente 11,85% das residências possuem fossas sépticas, 20,1% apresentam fossas rudimentares e 40,35 % outras formas de escoamento.

O Município de Porto Velho já apresenta dados melhorados quanto às instalações e utilidades existentes, representa 71% dos domicílios permanentes do Estado, onde 85,43% apresentam rede geral, 79,60% poços ou nascentes de água e 77,4% iluminação elétrica. Os dados referentes as instalações sanitárias também são melhores, 88,15% das residências apresentam fossa séptica, 79,90% possuem fossas rudimentares porém as

residências com outros tipos de escoamento são superiores com 59,65%, (Conforme quadro 12).

Quadro 12 – Domicílios particulares permanentes por instalação e utilidades existentes por Município.

| DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR INSTALAÇÃO E UTILIDADES EXISTENTES SEGUNDO AS MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MICROREGIÕES E MUNICÍPIOS | DOMICÍLIOS | INSTALAÇÕES E UTILIDADES EXISTENTES | | | | | | |
| | | ÁGUA | | | INSTALAÇÕES SANITÁRIAS | | | |
| | | REDE GERAL | POÇO OU NASCENTE | ILUMINAÇÃO ELÉTRICA | REDE GERAL | FOSSA SÉPTICA | FOSSA RUDIMENTAR | OUTRO ESCOADOURO |
| TOTAIS | 20.472 | 3.430 | 5.598 | 5.169 | - | 1.392 | 8.809 | 1.316 |
| MICROREGIÕES | | | | | | | | |
| RONDÔNIA | 20.472 | 3.430 | 5.598 | 5.169 | - | 1.392 | 8.809 | 1.316 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | | | |
| GUAJARÁ-MIRIM | 5.690 | 500 | 1.142 | 1.168 | - | 165 | 1.771 | 531 |
| PORTO VELHO | 14.782 | 2.930 | 4.456 | 4.001 | - | 165 | 7.038 | 785 |

Fonte: Censo IBGE 1970

A cidade de Porto Velho já dispõe neste momento de serviços especializados comumente encontrados em centros de hierarquia correspondente a capital regional; como escritórios de assessoria e consultoria, de administração imobiliária, de engenharia civil, de advocacia e de contabilidade. Como capital do Território, tem instaladas as Secretarias do Governo, além da Delegacia Regional de Estatísticas do IBGE, a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos. Agora concentra a administração destes serviços que se expandem para as demais cidades, que passam a ter como referencia a cidade de Porto Velho.

As instalações e utilidades existentes em Porto Velho também confirmam essa especialização dos serviços e da população, conforme quadro 13.

O Município de Porto Velho, onde está localizada a cidade de Porto Velho é o que apresenta os melhores índices quanto a utilização de bens de consumo duráveis caracterizados como essenciais nas áreas urbanas.

Do total de aparelhos de rádios existentes no Território Federal de Rondônia, 76,5% encontravam-se no Município de Porto Velho, ficando Guajará-Mirim com 23,5%. Das geladeiras existentes, 84% encontravam-se no

Município de Porto Velho, dos aparelhos de televisão 77,62% enquanto do total de automóveis 88,46%.

Quadro 13 – Domicílios particulares e permanentes por instalação e utilidades existentes por Município.

| DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR INSTALAÇÃO E UTILIDADES EXISTENTES SEGUNDO AS MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MICROREGIÕES E MUNICÍPIOS | INSTALAÇÕES E UTILIDADES EXISTENTES | | | | | | |
| | FOGÃO | | | RÁDIO | GELADEIRA | TELEVISÃO | AUTOMÓVEL |
| | LENHA | GÁS | OUTRO COMBUSTIVEL | | | | |
| TOTAIS | 6.977 | 6.218 | 4.127 | 10.252 | 2.971 | 143 | 650 |
| MICROREGIÕES | | | | | | | |
| RONDÔNIA | 6.977 | 6.218 | 4.127 | 10.252 | 2.971 | 143 | 650 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | | |
| GUAJARÁ-MIRIM | 1.328 | 848 | 907 | 2.407 | 478 | 32 | 75 |
| PORTO VELHO | 5.649 | 5.370 | 3.220 | 7.845 | 2.493 | 111 | 575 |

Fonte: Censo IBGE 1970

A cidade de Porto Velho apresenta-se também como um importante centro de comercio de produtos rurais, possuindo beneficiamento de arroz, borracha, castanha e mais de 20 serrarias. Seu comercio varejista já apresentava certa diversificação, sendo encontradas lojas de eletrodomésticos, jóias, relógios, mobiliário, ferragens e outros, sua influência estende a todos os núcleos da região.

A ligação de Porto Velho com o Sudeste a partir da construção da BR-364 trouxe uma melhoria para o seu comércio, modificando os relacionamentos de dependência mantidos anteriormente com Manaus e Belém. O comércio da cidade passou a ser abastecido por atacadistas e representantes comerciais de firmas, sobretudo do Sudeste do país, que permitiu com que seus estabelecimentos comerciais distribuíssem seus bens para todo o Território.

Segundo os dados do Fiebge, 1979:229 a cidade de Porto Velho, comporta no final da década de 70, metade das dezoito agências bancárias que servem a região.

> "As agências de bancos oficiais lá existentes são: do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, ambas com sede em Brasília; do Banco da Amazônia S.A., com matriz em Belém, e do Banco do Estado do Acre, com sede em Rio Branco. Quanto às agências de bancos particulares, as matrizes situam-se em áreas metropolitanas do Sudeste e Sul. Assim, as o Itaú e Real na metrópole de São Paulo, a do BRADESCO em Osasco, a do Nacional em Belo Horizonte e a do BAMERINDUS em Curitiba, o que demonstra seu forte relacionamento com essas macrorregiões" (Fiebge, 1979:229).

Apesar das deficiências encontradas no sistema de saúde do território Federal de Rondônia, a cidade de Porto Velho é a localidade mais bem equipada, segundo os dados do Fibge, 1979 possui cinqüenta e cinco médicos, isto é 55,6% do total regional. Sendo dezenove de clinica geral, seis pediatras, dez cirurgiões, um psiquiatra, um dermatologista e um neurologista.

Dispunham ainda neste período de onze hospitais, cinco públicos pertencentes ao Governo Federal, cinco são particulares para fins lucrativos e um particular filantrópico. Porto Velho possuía ainda seis postos de saúde, onde quatro são federais, dois municipais, e dois postos de puericultura[11], federais.

Porto Velho também se destaca como o centro mais bem equipado quanto aos serviços de educação. Segundo os dados da Fiebge, 1979 possui vinte e oito escolas primárias, das quais dezesseis são mantidas pelo Governo Federal, três pelo Governo do Território e nove particulares, conforme figura 31.

Figura 31– Grupo Escolar Barão de Solimões – Década de 50

[11] Postos de puericultura são postos de atendimento onde médicos e auxiliares de serviços médicos atendem a população, encaminhando aos hospitais quando necessário e distribuem medicamentos.

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE

O número de alunos na década de 1970 é de 10.487; o de professores 282, não chegando a 1 (0,9) professor para 35 alunos. Porto Velho possui onze unidades escolares que ministram o curso secundário, sendo sete do Governo Federal, uma do Governo do Território e três particulares, segundo os dados da Fiebge, 1979:242. Já existia neste momento em Porto Velho a preocupação com o ensino profissionalizante, existiam cursos técnicos de administração, normal e comercial.

Porto Velho apresenta uma importância regional também em relação ao ensino, devido ao fato de possuir dois colégios que ministram o ensino médio, em regime de internato, sendo um para meninos e outro para meninas conforme figuras 32, 33 e 34 abaixo, ambos particulares e pertencentes a ordens religiosas.

Figura 32 – Construção do Instituto Dom Bosco em Porto Velho – Década de 50

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros do IBGE.

Figura 33 – Instituto Maria Auxiliadora – Porto Velho

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE

Figura 34 – Colégio de freiras em Porto Velho (RO)

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE. Negativo 16214. Foto digitalizada em CD-ROM Imagens de Rondônia vol. 1

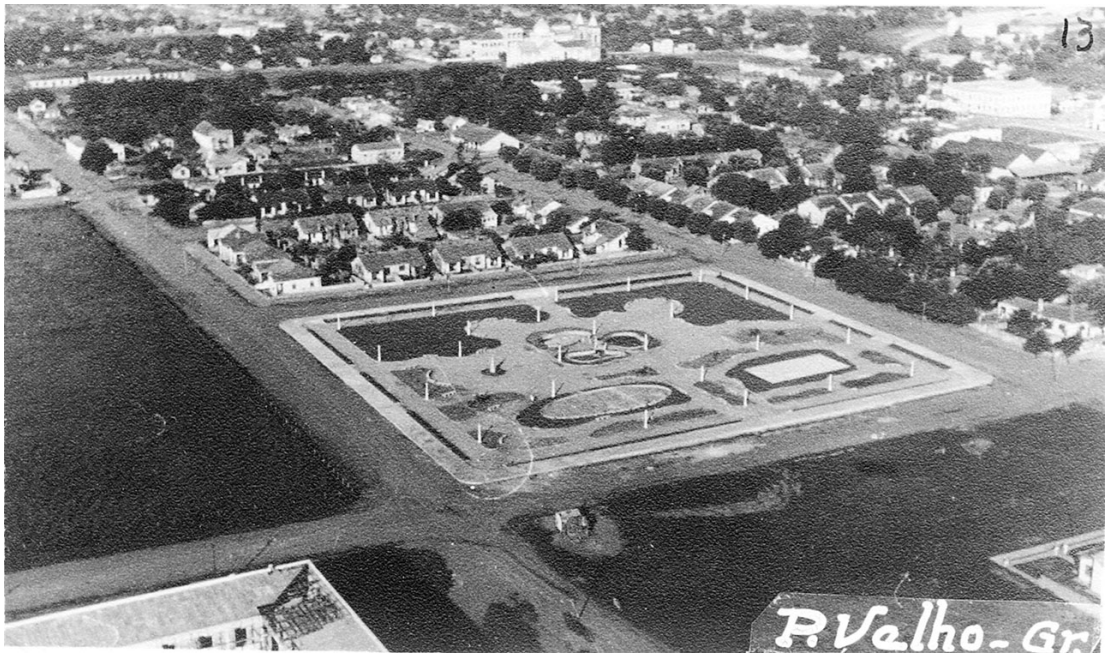
Estes colégios são tradicionais, freqüentados principalmente pela burguesia regional, freqüentados por filhos de proprietários rurais, comerciantes, funcionários e profissionais liberais. Neste momento, Porto Velho não dispunha de ensino universitário, os estudantes precisavam se deslocar para as cidades de Manaus e Rio Branco.

A condição de centro regional da cidade de Porto Velho pode ser também demonstrada pelo relacionamento que mantém com outras localidades, pela freqüência diária de linhas de ônibus que saem da cidade rumo a outros locais.

> "Porto Velho, como centro regional, mantém relacionamento com as outras localidades, o que pode ser comprovada pela freqüência diária de linhas de ônibus: quatro viagens redondas para Vila Rondônia, três para Humaitá e para Guajará-Mirim, duas para Vilhena, servindo estas também a Pimenta Bueno. Quanto às ligações inter-regionais, Porto Velho vincula-se a Cuiabá e Campo Grande através de uma viagem diária, constituindo estas cidades baldeações para as linhas, eu se dirigem para o Sudeste. É, portanto, um centro dispersor de linhas, início de umas e final de outras, não havendo nenhuma ligação direta Cuiabá-Rio Branco, Cuiabá-Humaitá e Cuiabá-Guajará-Mirim" (Fiebge, 1979:229).

Todas estas transformações ocorridas se refletiram diretamente no espaço urbano que se expandiu de forma continua, ficando no seu interior numerosos lotes não ocupados, conforme mostra a figura 35 abaixo.

Figura 35 - Vista Aérea Parcial de Porto Velho (RO) – Década de 70




Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos Municípios brasileiros IBGE.

Os problema de regularização que ocorre nas áreas rurais também se manifestam no espaço urbano, ambas pertencentes a União. Desta maneira, os proprietáriaos das construções não tem a posse do terreno, fato que contribuiu para que a maioria das casas residenciais sejam construções de madeira ou palha (conforme figura 36 e 37), dando a impressão de pobreza apesar do dinamismo da cidade.

Figura 36 – Bairro de Nossa Senhora das Graças em Porto Velho – 1968. Casas de Palha e Madeira.

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE. Negativo 16220. Foto digitalizada em CR-ROM. Imagens de Rondônia vol. 01.

Figura 37 – Casas do Morro do Triângulo em Porto Velho – 1968

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográfico de Campo do IBGE. Negativo 16.254, foto digitalizada em CD_ROM. Imagens de Rondônia v.2

Existem exceções tanto nas construções do centro, remanescentes das construções da EFMM como o antigo bairro Caiari (conforme figura 38 ), pois nestes locais são frequentes as construções de alvenaria. O denominado bairro caiari, situado mais ao norte em terrenos mais altos, é o preferido pela burguesia local, composto por comerciantes, profissionais liberais, professores, bancários, funcionários e militares.

Figura 38 – Bairro Caiari - 1970

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográfico de Campo do IBGE.

No final da década de 1970, a expansão da cidade se processa para o norte, partindo da Avenida Presidente Kennedy, artéria que interliga a BR-364 à BR-319 e nas proximidade das duas rodovias.

A partir de 1980, a quantidade de famílias atraídas pela propaganda de terras disponíveis foi tão grande, que o INCRA se viu obrigado a implantar um novo tipo de assentamento denominado Projeto de Assentamento Rápido (PAR), que pretendia assentar famílias que viviam em regimes de parceria ou assalariados em lotes já ocupados, ou em áreas urbanas próximo aos projetos, que havia se tornado um grande problema para o planejamento das cidades.

O início da exploração aurífera nas águas do Rio Madeira a partir de 1979 impõe um novo ritmo a cidade de Porto Velho, que passa a concentrar as riquezas e os problemas decorrentes deste ciclo exploratório.

## 5.5 Porto Velho Atual

O terceiro período denominado Porto Velho Atual compreende o período de construção do cenário de Porto Velho que vai da década de 1980 até o ano de 2008.

A importância deste período está, sobretudo, nas políticas de correção implantadas com o intuito de reorganizar os espaços destruídos pelas políticas aplicadas anteriormente e que não levaram em consideração às especificidades locais, nem tão poucas as fragilidades existentes.

Neste período foi possível a realização de uma análise mais detalhada dos dados de crescimento populacional e de infra-estrutura uma vez que os dados do IBGE se apresentam mais atualizados e melhor distribuídos conforme os municípios e até mesmo os bairros.

Porém a análise do novo ciclo econômico que se estabelece no município de Porto Velho coma implantação das usinas e o estabelecimento do Programa de Aceleração Econômica (PAC) do Governo Federal não pode ter sua análise completada em virtude de estar em vias de aplicação e não se ter dados concretos sobre o seu desenvolvimento.

Além disso, foi possível realizar uma análise sobre o crescimento do perímetro urbano de Porto Velho, desde o ano de 1976 até o ano de 2008, utilizando imagens do satélite Landsat, levando em consideração o surgimento dos bairros e sua evolução.

### 5.5.1 A Condição de Porto Velho neste período

Na década de 1980 o município de Porto Velho possuía uma população segundo os dados do IBGE de 133.898 pessoas que correspondia a aproximadamente 27% da população total do Estado. Deste número de pessoas 118.254, ou seja, 88% encontravam-se na cidade de Porto Velho.

A cidade de Porto Velho possuía neste momento uma população balanceada quando ao número de homens e mulheres e inicia um período importante na sua história que é a exploração do ouro no Rio Madeira que vai

impor um novo ritmo a cidade tanto nos aspectos relacionados a imigração, como a intensificação do comércio.

As notícias de Ouro no Rio Madeira, atraíram uma grande quantidade de garimpeiros que vinham para a região com o intuito de enriquecer repentinamente. Em 1980 começaram a chegar às primeiras balsas vindas do Pará, a exploração em terra firme também aconteceu, contudo, sua participação não adquiriu a importância como a dos garimpos fluviais.

Uma gama de serviços e atividades surgiu com a implantação dos garimpos, sejam eles manuais ou por dragas e balsas. Estas atividades não compreendiam aquelas envolvidas diretamente na extração, mas envolviam uma gama de atividades que incluíam desde atividades no comércio, serviços, lazer, imobiliárias entre outras.

> "A extração de ouro no Madeira era feita por dragas, balsas e por garimpo manual. As dragas têm tecnologia melhor do que as balsas; são operadas por quatro pessoas mais um cozinheiro, podendo contar com um gerente que pode ser um dos operadores. As balsas têm uma equipe semelhante, acrescida de três mergulhadores que se revezam durante 24 horas. No processo manual são formados grupo de quatro garimpeiros. Assim, é possível avaliar que somando-se o pessoal das dragas e balsas, em torno de 2700, mais 750 garimpeiros, tem-se 3450 trabalhadores na área de produção. Em atividades complementares, tais como pequenas oficinas de assistência técnica, postos de combustível, compradores e comércio em geral, estima-se a participação de 2000 pessoas. Isso dá um quadro de 5450 pessoas envolvidas diretamente no garimpo de ouro do estado. Esses dados referem-se às atividades ligadas aos locais de garimpagem, não leva em conta aquelas atividades que também são complementares mas que se desenvolvem fora do garimpo, como as indústrias de construção de dragas e balsas, oficinas mecânicas especializadas, comércio de peças de reposição e outros" (Santos, 2001:109).

A proximidade dos garimpos da cidade de Porto Velho associada à estruturação que a mesma já possuía em razão de ter se constituído como centro regional, desde a implantação dos núcleos urbanos fez com que ocorresse na região grandes transformações.

Estas transformações manifestaram-se, sobretudo na forma de problemas sociais e ambientais. A utilização do mercúrio e de técnicas ultrapassadas trouxe a poluição e contaminação das águas e do meio biótico além de processos erosivos dos leitos do rio e sedimentação dos canais navegáveis.

Os problemas sociais manifestaram-se na forma do aumento da violência e da prostituição, disseminação de doenças, inchaço das cidades em razão da atração de trabalhadores da agricultura e de outras atividades, além do aumento excessivo dos preços dos produtos, serviços e imóveis na região.

Neste momento a cidade de Porto Velho passa por um período de transformações que não se manifestam mais na forma de estruturação da cidade como centro de atração de outras cidades, mas, as transformações ocorrem, sobretudo na expansão do perímetro urbano da cidade.

A nova leva de pessoas que se deslocam dos projetos de assentamento nas áreas rurais associada as pessoas que vem de outras áreas do país em busca de ouro, ou de novas oportunidades de trabalho e de vida faz com que a malha urbana da cidade de Porto Velho sofra uma expansão considerável pois passa a comportar este grande fluxo migratório.

A grande disponibilidade de terras devolutas urbanas longe do centro da cidade pertencentes na sua grande maioria a União, provocou o fenômeno muito conhecido na região, as invasões. Onde as famílias deslocavam-se para as áreas desocupadas, limpavam os terrenos, demarcavam, construíam pequenos barracos e tomavam a posse da terra.

Não havia serviços básicos como água encanada, iluminação elétrica e tratamento de esgoto, muitas vezes nem o acesso ao local era viável, porém com o passar do tempo estes serviços iam sendo implantados, valorizando as áreas próximas, muitas vezes deixadas sem ocupação como forma de especulação imobiliária. Muitas destas áreas com o passar dos anos vieram a ser os bairros que compõem o perímetro urbano da cidade de Porto Velho.

Este processo desenfreado de ocupação trouxe como conseqüência a cidade de Porto Velho índices muito baixos em relação aos serviços básicos, deixando a capital de Porto Velho muito abaixo da média em relação a outras capitais.

Dos 26.023 domicílios pesquisados na década de 1980, 6.533 ou seja 25 % possuíam abastecimento de água pela rede geral com canalização interna, 1.906 residências ou seja 7,34% possuíam poços ou nascentes como forma de abastecimento de água. Destes 3.032, ou seja, 11,65% são

abastecidos pela rede geral, mas não possuem canalização interna, e 10.849 residências ou seja 41,69% possuem poços ou nascentes sem canalização interna (Vide quadro 14 abaixo). Mesmo os dados de Porto Velho se destacando frente aos demais municípios os números apresentam-se muito baixos para uma realidade de uma capital de Estado.

Quadro 14- Domicílios segundo a condição de abastecimento de água – 1980

| DOMÍCILIOS PARTICULARES PERMANENTES POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA E INSTALAÇÃO SANITÁRIA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICROREGIÕES E OS MUNICÍPIOS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES MICROREGIÕES E MUNICÍPIOS | DOMICÍLIOS | ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | | |
| | | COM CANALIZAÇÃO INTERNA | | | SEM CANALIZAÇÃO INTERNA | | |
| | | REDE GERAL | POÇO OU NASCENTE | OUTRA FORMA | REDE GERAL | POÇO OU NASCENTE | OUTRA FORMA |
| TOTAL | 93.830 | 11.171 | 5.248 | 505 | 6.004 | 62.163 | 8.471 |
| MESORREGIÕES | | | | | | | |
| RONDÔNIA | 93.890 | 11.171 | 5.248 | 505 | 6.004 | 62.163 | 8.471 |
| MICRORREGIÕES | | | | | | | |
| RONDÔNIA | 93.890 | 11.171 | 5.248 | 505 | 6.004 | 62.163 | 8.471 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | | |
| ARIQUEMES | 10.117 | 515 | 764 | 106 | 298 | 7.790 | 606 |
| CACOAL | 12.776 | 532 | 106 | 44 | 1.059 | 9.622 | 1.405 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 6.634 | 1.330 | 272 | 35 | 332 | 3.689 | 972 |
| JI-PARANÁ | 23.005 | 1.068 | 1.287 | 39 | 503 | 19.266 | 804 |
| PIMENTA BUENO | 5.780 | 8 | 402 | 20 | 6 | 5.051 | 280 |
| PORTO VELHO | 26.023 | 6.533 | 1.906 | 187 | 3.032 | 10.849 | 3.358 |
| VILHENA | 9.495 | 1.185 | 511 | 74 | 774 | 5.896 | 1.046 |

Fonte: Censo IBGE 1980

A iluminação elétrica e os bens de consumo duráveis são aspectos que permitem uma análise da condição de Porto Velho como centro de referência dos demais municípios.

Das 26.023 residências analisadas no ano de 1980, 13.357, ou seja, 51, 32 % apresentavam iluminação elétrica com medidor, 4.792 residências, ou seja, 18,41 % não apresentavam medidores, do total dos domicílios do estado o município de Porto Velho é o que apresenta os melhores números quanto a iluminação elétrica totalizando 20% do total dos domicílios pesquisados (conforme quadro 15).

Porto velho apresenta também os maiores números quando a utilização de bens de consumo duráveis e quanto ao acesso a comunicação (vide quadro 16 abaixo), condição facilitada pelo seu status de capital e pela sua ligação com o centro-sul do país pela BR-364.

Quadro 15 – Domicílios segundo a utilização de energia elétrica– 1980

| DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR UTILIDADES EXISTENTES SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS. | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS. | DOMICÍLIOS | UTILIDADES EXISTENTES | | | |
| | | ILUMINAÇÃO ELÉTRICA | | TELEFONE | RÁDIO |
| | | COM MEDIDOR | SEM MEDIDOR | | |
| TOTAL | 93.830 | 21.060 | 8.178 | 5.207 | 54.846 |
| MESORREGIÕES | | | | | |
| RONDÔNIA | 93.830 | 21.060 | 8.178 | 5.207 | 54.846 |
| MICRORREGIÕES | | | | | |
| RONDÔNIA | 93.830 | 21.060 | 8.178 | 5.207 | 54.846 |
| MUNICÍPIOS | | | | | |
| ARIQUEMES | 10.117 | 206 | 897 | 238 | 4.713 |
| CACOAL | 12.776 | 634 | 227 | 153 | 5.826 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 6.634 | 2.789 | 504 | 480 | 4.223 |
| JI-PARANÁ | 23.005 | 2.134 | 1.035 | 576 | 13.973 |
| PIMENTA BUENO | 5.780 | 663 | 161 | 153 | 2.954 |
| PORTO VELHO | 26.023 | 13.357 | 4.792 | 3.358 | 17.994 |
| VILHENA | 9.495 | 877 | 562 | 249 | 5.163 |

Fonte: Censo IBGE 1980

Quadro 16 – Domicílios segundo a utilização de equipamento usado – 1980

| DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR TIPO DE EQUIPAMENTO E COMBUSTÍVEL USADOS PARA COZINHAR SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS. | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | DOMICÍLIOS | EQUIPAMENTO USADO | | | | |
| | | FOGÃO | FOGÃO IMPROVISADO | FOGAREIRO | NÃO TEM | SEM DECLARAÇÃO |
| TOTAL | 93.830 | 78.875 | 11.217 | 970 | 2.314 | 454 |
| MESORREGIÕES | | | | | | |
| RONDÔNIA | 93.830 | 78.875 | 11.217 | 970 | 2.314 | 454 |
| MICRORREGIÕES | | | | | | |
| RONDÔNIA | 93.830 | 78.875 | 11.217 | 970 | 2.314 | 454 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | |
| ARIQUEMES | 10.117 | 8.324 | 1.601 | 20 | 116 | 56 |
| CACOAL | 12.776 | 10.919 | 1.724 | 4 | 115 | 14 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 6.634 | 4.342 | 1.756 | 287 | 233 | 16 |
| JI-PARANÁ | 23.005 | 21.002 | 1.580 | 25 | 318 | 80 |
| PIMENTA BUENO | 5.780 | 4.241 | 1.412 | 7 | 88 | 32 |
| PORTO VELHO | 26.023 | 22.563 | 1.422 | 550 | 1.238 | 250 |
| VILHENA | 9.495 | 7.484 | 1.722 | 77 | 206 | 6 |

Fonte: Censo IBGE1980

A elevação do Território Federal de Rondônia a categoria de Estado vai impor um novo ritmo a cidade de Porto Velho, que continua como capital do estado, mas vai ter sua dinâmica transformada em razão das condições necessárias para a implantação do Estado. Isto inclui as construções que irão comportar a nova leva de políticos e funcionários públicos necessários para o funcionamento do estado.

O caráter das atividades desenvolvidas demonstra este período de transformação pelo qual a cidade de Porto Velho passa atualmente. Segundo os dados estatísticos do IBGE da década de 1980, as atividades agropecuárias, de extração silvícola e de pesca tiveram uma queda significativa em relação a números, apresentando um aumento significativo nas áreas rurais onde os projetos de colonização foram implantados ou estavam em vias de implantação, conforme quadro 17 abaixo.

Quadro 17 – Setor de Atividade e Sexo segundo as Mesorregiões, Microregiões e Municipios.

| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | SETOR DE ATIVIDADE E SEXO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA | | | INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | | |
| | TOTAL | HOMENS | MULHERES | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
| TOTAL | 89.167 | 84.336 | 4.831 | 9.118 | 8.436 | 682 |
| MESORREGIÕES | | | | | | |
| RONDÔNIA | 89.167 | 84.336 | 4.831 | 9.118 | 8.436 | 682 |
| MICRORREGIÕES | | | | | | |
| RONDÔNIA | 89.167 | 84.336 | 4.831 | 9.118 | 8.436 | 682 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | |
| ARIQUEMES | 12.773 | 12.412 | 361 | 799 | 768 | 31 |
| CACOAL | 17.483 | 16.665 | 818 | 839 | 839 | - |
| GUAJARÁ-MIRIM | 4.130 | 3.987 | 143 | 562 | 498 | 64 |
| JI-PARANÁ | 28.886 | 26.972 | 1.914 | 2.031 | 1.763 | 268 |
| PIMENTA BUENO | 7.360 | 6.850 | 510 | 601 | 601 | - |
| PORTO VELHO | 7.129 | 6.868 | 261 | 2.534 | 2.298 | 236 |
| VILHENA | 11.406 | 10.582 | 824 | 1.752 | 1.669 | 83 |

Fonte: Censo IBGE 1980

Ao mesmo tempo a mão-de-obra no desenvolvimento das atividades de prestação de serviços, comércio de mercadorias e funcionários públicos aumenta consideravelmente sobressaindo-se sobre as demais atividades que predominavam nas décadas anteriores que tinham o extrativismo, a mineração e a produção agrícola como as responsáveis pela dinâmica econômica, conforme quadros 18, 19 e 20 abaixo.

Quadro 18 – Mão de Obra segundo setor de Atividade de dependencia e Condição de atividade.

| PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS – CONTINUA (1) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE | | | |
| | OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS | | COMÉRCIO DE MERCADORIAS | |
| | ECONOMICAMENTE ATIVAS | NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS | ECONOMICAMENTE ATIVAS | NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS |
| TOTAL | 7.331 | 5.016 | 13.132 | 10.124 |
| MESORREGIÕES | | | | |
| RONDÔNIA | 7.331 | 5.016 | 13.132 | 10.124 |
| MICRORREGIÕES | | | | |
| RONDÔNIA | 7.331 | 5.016 | 13.132 | 10.124 |
| MUNICÍPIOS | | | | |
| ARIQUEMES | 399 | 404 | 1.297 | 818 |
| CACOAL | 36 | 16 | 918 | 535 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 305 | 425 | 1.080 | 1.189 |
| JI-PARANÁ | 132 | 149 | 2.321 | 1.801 |
| PIMENTA BUENO | 49 | 38 | 530 | 403 |
| PORTO VELHO | 6.360 | 3.946 | 6.013 | 4.625 |
| VILHENA | 50 | 38 | 973 | 753 |

Fonte: Censo IBGE 1980

Quadro 19– Mão-de-obra segundo setor de Atividade de dependência e Condição de atividade.

| PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS – (2) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE | | | |
| | OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS | | COMÉRCIO DE MERCADORIAS | |
| | ECONOMICAMENTE ATIVAS | NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS | ECONOMICAMENTE ATIVAS | NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS |
| TOTAL | 6.721 | 6.697 | 15.350 | 8.142 |
| MESORREGIÕES | | | | |
| RONDÔNIA | 6.721 | 6.697 | 15.350 | 8.142 |
| MICRORREGIÕES | | | | |
| RONDÔNIA | 6.721 | 6.697 | 15.350 | 8.142 |
| MUNICÍPIOS | | | | |
| ARIQUEMES | 407 | 373 | 1.396 | 524 |
| CACOAL | 491 | 496 | 999 | 439 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 583 | 787 | 1.134 | 707 |
| JI-PARANÁ | 1.416 | 1.395 | 2.700 | 1.363 |
| PIMENTA BUENO | 361 | 439 | 664 | 480 |
| PORTO VELHO | 2.706 | 2.373 | 6.943 | 4.011 |
| VILHENA | 757 | 834 | 1.514 | 618 |

Fonte: Censo IBGE 1980

Quadro 20 – Mão-de-obra segundo setor de Atividade de dependencia e Condição de atividade.

| PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE | | | |
| | ATIVIDADES SOCIAIS | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | |
| | ECONOMICAMENTE ATIVAS | NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS | ECONOMICAMENTE ATIVAS | NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS |
| TOTAL | 8.075 | 3.367 | 8.981 | 6.855 |
| MESORREGIÕES | | | | |
| RONDÔNIA | 8.075 | 3.367 | 8.981 | 6.855 |
| MICRORREGIÕES | | | | |
| RONDÔNIA | 8.075 | 3.367 | 8.981 | 6.855 |
| MUNICÍPIOS | | | | |
| ARIQUEMES | 536 | 112 | 392 | 212 |
| CACOAL | 681 | 241 | 329 | 190 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 941 | 526 | 870 | 1.155 |
| JI-PARANÁ | 1.592 | 523 | 672 | 431 |
| PIMENTA BUENO | 254 | 72 | 244 | 186 |
| PORTO VELHO | 3.462 | 1.719 | 6.138 | 4.515 |
| VILHENA | 609 | 174 | 336 | 166 |

Fonte: Censo IBGE 1980

Na década de 1980 vivencia-se, também uma grande quantidade de programas que se instituiam neste período com forma de tentar amenizar os problemas sociais e ambientais que se estruturavam no Estado em função das políticas de colonização implantadas.

Foi no início da década de 1980, que os problemas da ocupação amazônica passaram a aparecer no cenário nacional. A ideologia do vazio demográfico havia dado abertura para a noção de propriedade privada, desconhecida dos povos da floresta (índios e seringueiros), e a descoberta da fragilidade da terra, agora nua sem cobertura florestal, demonstra sua incompatibilidade frente ao trabalho nela realizado. A queimada e o desmatamento fazem parte das etapas da técnica tradicional de cultivar a terra.

A legislação induzia o desmatamento para alcançar o título da terra, além de incentivar práticas agrícolas insustentáveis como a pecuária de fachada que tinha como intuito obter incentivos fiscais e crédito subsidiado.

Além disso, não havia efetividade na aplicação da recente legislação de proteção florestal e os pequenos agricultores possuíam pouco apoio financeiro e técnico, o que os forçava a aplicar técnicas tradicionais que trazia prejuízos enormes para a área.

Em 1979, o governo federal iniciou negociações com o Banco Mundial sobre a possibilidade de um empréstimo para financiar a reconstrução e pavimentação de um trecho de 1.500 km da rodovia BR-364 entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO). Desde os anos sessenta, havia interesse na pavimentação da rodovia, cujas condições de trafegabilidade eram precaríssimas, especialmente na época chuvosa. No entanto, a obra foi cedendo lugar para outras prioridades do Governo Federal até o final dos anos 70, quando a obra tornou-se parte de um plano estratégico de transformar o Território Federal de Rondônia em Estado.

Em dezembro de 1980, o Banco Mundial anunciou a decisão de financiar a reconstrução e pavimentação da rodovia entre Cuiabá e Porto Velho, como parte de um programa para promover o desenvolvimento sócio-econômico e "ordenamento" da ocupação humana em Rondônia e Mato Grosso (Banco Mundial, 1981, Mahar 1983). Em maio de 1981, o Governo Brasileiro criou oficialmente o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) através do Decreto Presidencial nº 86.029/81. A área de abrangência do POLONOROESTE incluiria o Território Federal de Rondônia e quatorze municípios no centro-oeste de Mato Grosso, totalizando 410.000 quilômetros quadrados (ou quase 5% do território nacional).

O objetivo do Polonoroeste era corrigir os problemas sócio-ambientais gerados pela colonização na década de 1970, e incluía medidas como a pavimentação da BR 364 a partir de Cuiabá até Porto Velho, a construção de estradas vicinais, assim como a preservação de comunidades indígenas e extrativistas.

> No centro do orçamento do POLONOROESTE era a reconstrução e pavimentação da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, estimado inicialmente em US$ 450 milhões. Os outros componentes do programa incluíram melhorias na rede de estradas secundárias e vicinais, consolidação de projetos existentes de colonização, criação de novos projetos de assentamento, regularização fundiária, serviços de saúde, proteção ambiental e apoio para comunidades indígenas. O orçamento total do POLONOROESTE foi estimado inicialmente em US$ 1,55 bilhões, dos quais mais de 50% destinados ao setor de transportes. Em contraste, os componentes ambiental e indígena receberam 2,5% e 1,4%, respectivamente, dos recursos financeiros do programa. Cerca de 34% do orçamento total do POLONOROESTE era proveniente de empréstimos do Banco Mundial. (MILLIKAN,1998)

Devido à fragilidade do desempenho do Polonoroeste, em 1984 o programa sofre uma reformulação, com o intuito de arrumar as inconsistências entre o que havia sido estabelecido no plano e o que foi efetivamente implantado.

Neste momento a cidade de Porto Velho apresenta uma área central mais estruturada comercialmente, economicamente e nas questões relacionadas a infra-estrutura conforme figura 39, mas a sua expansão rumo as áreas mais afastadas no núcleo central começa a se intensificar a partir da década de 1980.

Figura 39– Vista Parcial da Cidade de Porto Velho – Década de 1980

Fonte: Arquivo fotográfico ilustrativo dos municípios brasileiros – IBGE.

Os dados da década de 1990 vão mostrar as conseqüências dos processos que se estabeleceram em Porto Velho durante a década de 1980 e como a dinâmica populacional passa a se comportar.

A população de Porto Velho passa de 133.898 pessoas em 1980 para 294.782 pessoas, ou seja, em uma década a população aumentou 54,57%. Os homens totalizam 50,80% da população, 149.756 pessoas e as mulheres 49,20%, 145.026 pessoas.

A cidade de Porto Velho segundo os dados estatísticos de 1990 apresenta neste momento 63.323 domicílios que comportam 270.092 pessoas, destes 53.219 localizam-se na zona urbana, ou seja, 84%, ficando as demais 10.104 residências, ou seja, 26% localizadas na zona rural.

Estes dados demonstram o caráter urbano e centralizador das atividades comerciais que a capital Porto Velho assume frente aos demais municípios de Rondônia, a transposição de Território Federal na década de 1980 para Estado apresentou dentro deste contexto uma importância fundamental.

Das 63.323 residências pesquisadas na cidade de Porto Velho somente 24.030 possuem rede geral de água com canalização interna, 12.080 possuem poços ou nascentes e 503 apresentam outras formas de abastecimento. Das residências que não apresentam canalização interna 7.025 possuem rede geral, 16.724 poços ou nascentes e 2.961 possuem outra forma de abastecimento.

As condições sanitárias apresentam-se ainda piores em relação aos números, das 63.323 residências, 50.309 possuem alguma forma de escoamento sanitária, mas de forma precária, 585 apresentam rede geral de escoamento, 5.347 fossas sépticas ligadas a rede pluvial, 25.496 possuem fossa séptica sem escoamento, 15.583 fossas rudimentares. 1.542 utilizam valas como forma de escoamento e 676 utilizam outras formas de escoamento de esgoto.

As atividades desenvolvidas permitem a construção do cenário que se consolidava em Porto Velho neste momento, a que mais se destaca é a prestação de serviços, com 36, 42 de pessoas envolvidas neste setor conforme quadro 21 abaixo. O destaque da atividade de prestação de serviços vem mais uma vez confirmar a condição de centro de referência da cidade de Porto Velho como capital frente aos demais municípios.

Quadro 21 – Distribuição da mão-de-obra segundo as atividades – Prestação de Serviços

| PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO SEGUNDO AS MESSOREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS – CONTINUA (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MESSOREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE | | | | | |
| | SETOR DE ATIVIDADE | | | | | |
| | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | | | SOCIAL | | |
| | TOTAL | HOMENS | MULHERES | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
| TOTAL | 55.180 | 28.840 | 29.370 | 36.144 | 11.608 | 24.536 |
| MESORREGIÕES | | | | | | |
| LESTE RONDONIENSE | 32.197 | 14.806 | 18.111 | 21.558 | 7.337 | 14.321 |
| MADEIRA-GUAPORÁ | 22.263 | 11.004 | 11.259 | 14.486 | 4.271 | 10.215 |
| MICROREGIÕES | | | | | | |
| ALVORADA D'OESTE | 1.260 | 573 | 687 | 1.363 | 500 | 863 |
| ARIQUEMES | 4.807 | 2.120 | 2.687 | 2.654 | 936 | 1.718 |
| CACOAL | 7.976 | 3.211 | 4.765 | 5.102 | 1.754 | 3.346 |
| COLORADO DO OESTE | 2.048 | 820 | 1.228 | 2.015 | 654 | 1.361 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 1.941 | 923 | 1.018 | 2.395 | 724 | 1.672 |
| JI-PARANÁ | 11.705 | 5.542 | 6.163 | 7.478 | 2.440 | 5.038 |
| PORTO VELHO | 20.322 | 10.081 | 10.241 | 12.090 | 3.547 | 8.543 |
| VILHENA | 5.121 | 2.540 | 2.581 | 3.046 | 1.053 | 1.993 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | |
| ALTA FLORESTA D'OESTE | 947 | 384 | 563 | 713 | 267 | 446 |
| ALVORADA D'OESTE | 680 | 290 | 390 | 613 | 172 | 441 |
| ARIQUEMES | 4.414 | 2.001 | 2.413 | 2.277 | 777 | 1.500 |
| CABIXI | 141 | 65 | 76 | 218 | 102 | 116 |
| CACOAL | 3.527 | 1.398 | 2.129 | 2.045 | 639 | 1.407 |
| CEREJEIRAS | 826 | 363 | 463 | 695 | 198 | 497 |
| COLORADO DO OESTE | 1081 | 392 | 689 | 102 | 354 | 748 |
| COSTA MARQUES | 229 | 137 | 92 | 435 | 189 | 246 |
| ESPIGÃO DO OESTE | 1.085 | 456 | 629 | 639 | 226 | 413 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 1.712 | 786 | 925 | 1.961 | 535 | 1.426 |
| JARU | 1.980 | 856 | 1.114 | 1.341 | 477 | 864 |
| JI-PARANÁ | 6.826 | 3.457 | 3.359 | 3.355 | 916 | 2.450 |
| MACHADINHO D'OESTE | 393 | 119 | 274 | 377 | 159 | 218 |
| NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE | 318 | 157 | 161 | 359 | 170 | 189 |
| OURO PRETO DO OESTE | 2.054 | 910 | 1.144 | 1.759 | 634 | 1.125 |
| PIMENTA BUENO | 1.999 | 938 | 1.061 | 1.180 | 465 | 715 |
| PORTO VELHO | 20.098 | 9.971 | 10.127 | 11.879 | 3.492 | 8.397 |
| PRESIDENTE MÉDICI | 845 | 299 | 546 | 1.012 | 413 | 599 |
| ROLIM DE MOURA | 2.226 | 886 | 1.340 | 1.417 | 535 | 882 |
| SANTA LUZIA DO OESTE | 191 | 87 | 104 | 287 | 87 | 200 |
| SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ | 262 | 126 | 136 | 391 | 158 | 233 |
| VILA NOVA DO MAMORÉ | 224 | 110 | 114 | 211 | 55 | 156 |
| VILHENA | 3.122 | 1.502 | 1.520 | 1.866 | 588 | 1.278 |

Fonte: Censo IBGE1990

A segunda atividade que mais se destaca é o comércio de mercadorias, onde do total do estado Porto Velho comporta 34,24 %, conforme quadro 22, seguida pela Administração Pública que comporta 49,86 % do total do Estado conforme quadro 23.

Quadro 22 – Distribuição da mão-de-obra segundo as atividades – Comércio de Mercadorias

| PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO SEGUNDO AS MESSOREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS – CONTINUAÇÃO (2) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MESSOREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS | PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE | | | | | |
| | SETOR DE ATIVIDADE | | | | | |
| | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | | | SOCIAL | | |
| | TOTAL | HOMENS | MULHERES | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
| TOTAL | 13.899 | 12.226 | 1.673 | 45.350 | 32.396 | 12.954 |
| MESORREGIÕES | | | | | | |
| LESTE RONDONIENSE | 5.632 | 5.102 | 530 | 28.036 | 20.162 | 7.874 |
| MADEIRA-GUAPORÁ | 8.267 | 7.124 | 1.143 | 17.314 | 12.234 | 5.080 |
| MICROREGIÕES | | | | | | |
| ALVORADA D'OESTE | 115 | 104 | 11 | 1.085 | 920 | 155 |
| ARIQUEMES | 1.887 | 1.769 | 118 | 4.178 | 2.811 | 1.367 |
| CACOAL | 858 | 758 | 100 | 6.252 | 4.540 | 1.712 |
| COLORADO DO OESTE | 471 | 359 | 112 | 1.534 | 1.113 | 421 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 591 | 608 | 83 | 1.430 | 1.055 | 374 |
| JI-PARANÁ | 1.792 | 6.516 | 1.060 | 15.884 | 11.178 | 4.706 |
| PORTO VELHO | 7.576 | 6.516 | 1.060 | 15.884 | 11.178 | 4.706 |
| VILHENA | 509 | 505 | 4 | 4.467 | 3.083 | 1.384 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | |
| ALTA FLORESTA D'OESTE | 174 | 174 | - | 482 | 355 | 127 |
| ALVORADA D'OESTE | 29 | 29 | - | 470 | 401 | 69 |
| ARIQUEMES | 1.796 | 1.680 | 116 | 3.884 | 2.627 | 1.257 |
| CABIXI | 74 | 64 | 10 | 132 | 84 | 48 |
| CACOAL | 337 | 290 | 47 | 2.956 | 2.080 | 886 |
| CEREJEIRAS | 103 | 78 | 25 | 679 | 465 | 214 |
| COLORADO DO OESTE | 294 | 217 | 77 | 723 | 564 | 159 |
| 142 | 142 | 92 | 50 | 216 | 199 | 17 |
| ESPIGÃO DO OESTE | 80 | 75 | 5 | 480 | 385 | 95 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 549 | 516 | 33 | 1.214 | 857 | 357 |
| JARU | 648 | 629 | 49 | 1.857 | 1.349 | 508 |
| JI-PARANÁ | 602 | 472 | 130 | 5.941 | 4.202 | 1.739 |
| MACHADINHO D'OESTE | 91 | 89 | 2 | 294 | 184 | 110 |
| NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE | 54 | 43 | 11 | 452 | 385 | 67 |
| OURO PRETO DO OESTE | 415 | 415 | - | 2.029 | 1.621 | 408 |
| PIMENTA BUENO | 7.414 | 5.351 | 1.053 | 15.777 | 11.093 | 4.684 |
| PORTO VELHO | 97 | 91 | 6 | 693 | 523 | 170 |
| PRESIDENTE MÉDICI | 97 | 91 | 6 | 693 | 523 | 170 |
| ROLIM DE MOURA | 243 | 195 | 49 | 2.204 | 1.632 | 572 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SANTA LUZIA DO OESTE | 24 | 24 | - | 120 | 88 | 32 |
| SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ | 32 | 32 | - | 163 | 134 | 28 |
| VILA NOVA DO MAMORÉ | 162 | 155 | 7 | 107 | 85 | 22 |
| VILHENA | 284 | 284 | - | 2.843 | 2.023 | 820 |

Fonte: Censo IBGE 1990

23 – Distribuição da Mão-de-obra segundo as atividades – Prestação de Serviços

| PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS – CONTINUA (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES OS MUNICÍPIOS. | PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE | | | | | |
| | SETOR DE ATIVIDADE | | | | | |
| | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | OUTRAS ATIVIDADES | | |
| | TOTAL | HOMENS | MULHERES | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
| TOTAL | 28.878 | 19.372 | 9.506 | 6.644 | 4.410 | 2.234 |
| MESORREGIÕES | | | | | | |
| LESTE RONDONIENSE | 12.445 | 9.018 | 3.427 | 3.382 | 2.372 | 1.020 |
| MADEIRA-GUAPORÉ | 16.433 | 10.354 | 6.079 | 3.252 | 2.038 | 1.214 |
| MICRORREGIÕES | | | | | | |
| ALVORADA D´OESTE | 419 | 298 | 121 | 70 | 50 | 20 |
| ARIQUEMES | 1.169 | 895 | 274 | 645 | 460 | 185 |
| CACOAL | 3.084 | 2.231 | 853 | 877 | 591 | 285 |
| COLORADO DO OESTE | 1.113 | 801 | 312 | 209 | 180 | 29 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 1.876 | 1.424 | 452 | 310 | 250 | 60 |
| JI-PARANÁ | 4.379 | 3.167 | 1.212 | 1.089 | 721 | 368 |
| PORTO VELHO | 14.557 | 8.930 | 5.627 | 2.942 | 1.788 | 1.154 |
| VILHENA | 2.281 | 1.626 | 655 | 502 | 370 | 132 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | |
| ALTA FLORESTA DO OESTE | 294 | 253 | 41 | 41 | 31 | 10 |
| ALVORADA D´OESTE | 249 | 162 | 87 | 55 | 42 | 13 |
| ARIQUEMES | 984 | 723 | 261 | 534 | 355 | 179 |
| CABIXI | 127 | 101 | 25 | 35 | 27 | 8 |
| CACOAL | 1.447 | 988 | 459 | 395 | 243 | 153 |
| CEREJEIRAS | 396 | 279 | 117 | 63 | 48 | 21 |
| COLORADO DO OESTE | 590 | 421 | 169 | 105 | 105 | - |
| COSTA MARQUES | 448 | 350 | 98 | 63 | 39 | 24 |
| ESPIGÃO D´OESTE | 345 | 230 | 116 | 73 | 42 | 31 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 1.428 | 1.074 | 354 | 247 | 211 | 36 |
| JARU | 610 | 425 | 185 | 211 | 117 | 94 |
| JI-PARANÁ | 2.460 | 1.698 | 762 | 558 | 385 | 173 |
| MACHADINHO D´OESTE | 185 | 172 | 13 | 111 | 105 | 6 |
| NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE | 98 | 83 | 15 | 7 | - | 7 |
| OURO PRETO DO OESTE | 791 | 696 | 95 | 205 | 163 | 42 |
| PIMENTA BUENO | 1.159 | 772 | 387 | 219 | 195 | 24 |
| PORTO VELHO | 14.400 | 8.797 | 5.603 | 2.922 | 1.777 | 1.145 |
| PRESIDENTE MÉDICI | 518 | 348 | 170 | 115 | 56 | 59 |
| ROLIM DE MOURA | 777 | 622 | 155 | 329 | 237 | 92 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SANTA LUZIA D´OESTE | 220 | 138 | 82 | 38 | 38 | - |
| SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ | 72 | 53 | 19 | 8 | 8 | - |
| VILA NOVA DO MAMORÉ | 157 | 133 | 24 | 20 | 11 | 9 |
| VILHENA | 1.122 | 854 | 268 | 283 | 175 | 108 |

Fonte: Censo IBGE 1990

As atividades das Indústrias de transformação e construção civil apresentam respectivamente 21% e 44,93% do total destas atividades desenvolvidas no Estado de Rondônia, conforme quadro 24 abaixo.

Quadro 24 – Distribuição da mão-de-obra segundo as atividades – Indústria de Transformação e Indústria de Construção Civil

| PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SETOR DE ATIVIDADE E SEXO, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS – (CONTINUAÇÃO 2) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES OS MUNICÍPIOS. | PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE | | | | | |
| | SETOR DE ATIVIDADE | | | | | |
| | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | OUTRAS ATIVIDADES | | |
| | TOTAL | HOMENS | MULHERES | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
| TOTAL | 28.774 | 26.167 | 2.607 | 18.425 | 17.881 | 544 |
| MESORREGIÕES | | | | | | |
| LESTE RONDONIENSE | 21.739 | 20.053 | 1.686 | 9.393 | 9.177 | 216 |
| MADEIRA-GUAPORÉ | 7.035 | 5.114 | 921 | 9.032 | 8.704 | 328 |
| MICRORREGIÕES | | | | | | |
| ALVORADA D´OESTE | 699 | 694 | 5 | 278 | 278 | - |
| ARIQUEMES | 3.160 | 2.950 | 210 | 1.177 | 1.118 | 59 |
| CACOAL | 5.555 | 5.204 | 351 | 2.652 | 2.575 | 77 |
| COLORADO DO OESTE | 1.661 | 1.543 | 118 | 530 | 530 | - |
| GUAJARÁ-MIRIM | 673 | 593 | 80 | 783 | 783 | - |
| JI-PARANÁ | 7.238 | 6.618 | 620 | 3.185 | 3.119 | 66 |
| PORTO VELHO | 6.362 | 5.521 | 841 | 8.249 | 7.921 | 328 |
| VILHENA | 3.426 | 3.044 | 382 | 1.571 | 1.557 | 14 |
| MUNICÍPIOS | | | | | | |
| ALTA FLORESTA DO OESTE | 617 | 617 | - | 182 | 162 | 20 |
| ALVORADA D´OESTE | 436 | 436 | - | 133 | 133 | - |
| ARIQUEMES | 2.753 | 2.567 | 186 | 1.132 | 1.087 | 45 |
| CABIXI | 65 | 65 | - | 24 | 24 | - |
| CACOAL | 2.419 | 2.193 | 226 | 1.222 | 1.205 | 17 |
| CEREJEIRAS | 745 | 671 | 74 | 157 | 157 | - |
| COLORADO DO OESTE | 851 | 807 | 44 | 349 | 349 | - |
| COSTA MARQUES | 145 | 136 | 9 | 89 | 89 | - |
| ESPIGÃO D´OESTE | 931 | 902 | 29 | 289 | 277 | 12 |
| GUAJARÁ-MIRIM | 528 | 457 | 71 | 694 | 694 | - |
| JARU | 2.058 | 1.928 | 130 | 568 | 545 | 23 |
| JI-PARANÁ | 3.239 | 2.888 | 351 | 1.879 | 1.864 | 15 |
| MACHADINHO D´OESTE | 407 | 383 | 24 | 45 | 31 | 14 |
| NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE | 153 | 148 | 5 | 104 | 104 | - |
| OURO PRETO DO OESTE | 1.552 | 1.413 | 139 | 506 | 583 | 23 |
| PIMENTA BUENO | 1.852 | 1.752 | 100 | 674 | 665 | 9 |
| PORTO VELHO | 6.326 | 5.485 | 841 | 8.198 | 7.870 | 328 |
| PRESIDENTE MÉDICI | 389 | 389 | - | 132 | 127 | 5 |
| ROLIM DE MOURA | 1.377 | 1.281 | 96 | 782 | 757 | 25 |
| SANTA LUZIA D´OESTE | 211 | 211 | - | 177 | 174 | 3 |
| SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ | 110 | 110 | - | 41 | 41 | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| VILA NOVA DO MAMORÉ | 36 | 36 | - | 51 | 51 | 5 |
| VILHENA | 1.574 | 1.292 | 282 | 897 | 892 | 5 |

Fonte: Censo IBGE 1990

O Estado de Rondônia vivencia na década de 1990 a implantação de uma política de ordenamento ambiental o PLANAFLORO[12] (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia).

> "O Planafloro continha uma série de componentes que objetivavam mitigar os problemas causados por seu antecessor e incluía uma série de objetivos relacionados à proteção ambiental. Um pré-requisito para a aprovação do empréstimo por parte do Banco Mundial foi a criação do Zoneamento Agroecológico de Rondônia, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa em junho de 1988. Além de dividir o estado em seis zonas diferentes, o Zoneamento foi desenvolvido com o objetivo de assegurar uma utilização controlada dos recursos naturais existentes em Rondônia". (PEDLOWSKI et all, 1999)

Segundo Santos (2001), o Planafloro é o marco inicial da terceira fase de colonização induzida em Rondônia, sendo a primeira e a segunda de cunho tecnocrática, implementadas sob os auspícios do INCRA e do Polonoroeste. A terceira, em curso, tem a diretriz do zoneamento Agroecológico oficial do Planafloro, que pretende envolver as comunidades alvo nas mais diferentes formas de organização da sociedade civil.

Segundo Santos 2001:112, trata-se de uma política de ordenamento ambiental baseado na identificação de áreas homogêneas ecologicamente, típicas como zonas capazes de permitir um claro planejamento para o seu uso. Este planejamento teve como foco a produção de espacialidades marcadas por um viés determinista, no sentido de que o uso dessas áreas estaria determinado pelas condições naturais das mesmas e não por uma valorização científica ou social das mesmas.

> "Assim, acompanhando as incorporações que a Constituição Federal de 1988 fez na área ecológica, como conceito de desenvolvimento sustentável, o governo de Rondônia define por decreto o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, o PLANAFLORO,

[12] A implantação do programa, em linhas gerais, visava os seguintes objetivos: a) reformulação das agências locais; b) conservar a biodiversidade rondoniana; c) proteção aos limites das áreas de reserva indígena; d) desenvolvimento, de modo integrado, da colonização agrícola sustentada e dos sistemas de manejo florestal; e) prioritarização de investimentos em infra-estrutura e serviços para melhorar os programas em áreas já ocupadas; e f) adequação da rede institucional local (Santos, 2001:113).

> incorporando à constituição do Estado. Esse plano divide o estado em seis zonas especialmente dotados de ecossistemas propícios a usos específicos" (Santos, 2001:112).

A implantação efetiva do PLANAFLORO representou mudanças efetivas nas relações entre o Poder Público, sociedade e meio ambiente, onde a história tem demonstrado o uso predatório dos recursos naturais e uma grande quantidade de conflitos sociais. O PLANAFLORO representaria a adoção de práticas de novos valores e padrões de comportamento que abrangeria o Estado e a sociedade civil, inclusive através de associações não governamentais e sindicatos, onde os recursos naturais devem ser utilizados dentro da perspectiva da sustentabilidade, além da redução das desigualdades sociais e da valorização das diversidades culturais.

Apesar do foco do PLANAFLORO ser os locais onde ocorreu a implantação dos projetos de colonização, áreas indígenas e locais com conflitos ambientais a implementação e a funcionalidade do projeto influenciaram na dinâmica da cidade de Porto Velho, que no status de capital do Estado vai abranger a sede para o desenvolvimento do projeto assim como os recursos que nortearam a implantação do programa.

Um dos pontos que merecem ser destacados neste momento é que os dois maiores índices de migração para Porto Velho foram do estado do Amazonas, seguido pelo estado do Acre tanto em números de migrantes que se deslocaram como no total, levando em consideração todo o estado. De todos os amazonenses que migraram para Rondônia 85% se deslocaram para Porto Velho e 84,88% dos acreanos que se deslocaram para o estado, se estabeleceram em Porto Velho. Estes dados se estendem para o Estado do Pará onde do total do estado, 77% dos migrantes se localizaram em Porto Velho, seguido pelos maranhenses com 78%.

Estes dados demonstram que as migrações que compõem neste momento a cidade de Porto Velho se distinguem do Estado de Rondônia em relação à origem dos migrantes. Rondônia vivia desde a década de 1980 uma mudança na origem dos migrantes que até a década de 1970 compreendiam, sobretudo nordestinos e a partir de 1980 os migrantes passaram a vir principalmente do estado do Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais. Porto

Velho constitui uma especificidade, pois comportará principalmente migrantes da região norte.

Todas estas informações contribuem para destacar a especificidade do processo de urbanização de Porto Velho não somente nesta década mas ao longo de toda sua trajetória, onde está inserida dentro do contexto do estado de Rondônia sofrendo e participando das políticas implantadas mas comportando-se diferentemente dos demais municípios, na maioria das vezes em função do seu status de capital.

A população do município de Porto Velho no ano 2000, segundo os dados do IBGE era de 336.661 pessoas, onde 315.653 pessoas, ou seja, 94,32% localizavam-se na cidade de Porto Velho, onde os homens correspondem 156.478 e as mulheres totalizam 159.175. Este total de pessoas que moram na capital Porto Velho corresponde a 22,87% das pessoas que residem no estado de Rondônia.

A população urbana de Porto Velho era de 262.157 pessoas, que correspondia a 83,05% da população total, sendo 128.580 homens, ou seja, 19,09% e 133.577 mulheres, ou seja, 50,91%. A população rural de Porto Velho era de 53.496 pessoas que correspondia a 16,95% da população, onde 27.898 eram homens, ou seja, 52,15% e 25.598 mulheres, ou seja, 47,85%.

Estes dados revelam aspectos importantes sobre a realidade da cidade de Porto Velho, que apresentava um predomínio da população nas áreas urbanas revelando mais uma vez o caráter urbano da cidade, além do predomínio mesmo que pequeno das mulheres sobre os homens na cidade, fato que pode ser explicado pela grande quantidade de óbitos durante a década de 1980/1990, no período áureo do ouro, onde muitos chefes de família perderam suas vidas na expectativa de enriquecerem garimpando ouro no Rio Madeira.

Os bairros de Porto Velho que apresentam a maior população residente na década de 2000 são: Novo Horizonte com 12.313 habitantes, seguido pelo bairro Aponiã com 12.137, Agenor de Carvalho 11.184, Caladinho 10.674, Embratel 10.365, Castanheira 10.268, Nova Porto Velho 9.894. Juscelino Kubistchek 9.536, Nova Floresta 9.329 ficando os bairros Planalto com 236

pessoas residentes, Cascalheira 335, Militar 356, Quilômetro 1 363 e Industrial 454, que correspondiam aos locais com menos número de pessoas residentes.

Do Total da população residente de Porto Velho em 2000, segundo os 313.570 ou seja 99,34 % possuem domicílios particulares e permanentes, 302.000 domicílios ou seja 96,31% são casas, 4745 ou seja 1,51% são apartamentos, 6825 ou seja 2,17 são cômodos, 254, ou seja 0,08 são residências improvisadas e 1092, ou seja 0,34% domicílios coletivos.

Os dados do IBGE demonstram a característica horizontal das construções da cidade, onde se iniciava um processo incipiente de verticalização. Não podemos esquecer que grande parte destas terras ocupadas por estas construções pertenciam ainda a União como herança da ditadura militar e da implantação dos Projetos de Colonização, onde foi concedido ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a posse de 93% das terras do estado de Rondônia, sendo assim grande parte dos terrenos da cidade de Porto Velho não apresentavam escritura pública, os moradores apenas tinham a posse da terra.

As condições das habitações na cidade de Porto Velho deixam muito a desejar para uma capital de estado, onde apesar de apresentar números acima da média em relação aos demais municípios, são insuficientes e demonstram uma realidade muito precária.

Do total de 79.353 domicílios particulares permanentes na cidade de Porto Velho segundo o censo de 2000, 67.904 domicílios, ou seja, 85,57% apresentam alguma forma de coleta de lixo. Destes 66.270, ou seja, 83,51 têm suas coletas realizadas por serviço de limpeza, 1.634, ou seja, 2,05% têm seu lixo recolhido em caçambas de serviços de limpeza, 7626, ou seja, 9,61% queimam seu lixo, 296, ou 0,37% queimam seus resíduos sólidos, 2303, ou 2,90% jogam em terrenos baldios ou logradouro, 530, ou 0,66% jogam no rio e 694, ou 0,87% dão outros destinos para o lixo.

Os números demonstram certa uniformização quanto a coleta de lixo, onde grande parte da cidade já se beneficia dos serviços de coleta de lixo, porém a realidade tem demonstrado inconsistências quanto a estes números, encontra-se uma grande quantidade de resíduos sólidos nas ruas, parques,

praças públicas e na beira do Rio Madeira, fato que pode estar associado a cultura do povo e a falta de educação ambiental.

Dois fatores o abastecimento de água e a coleta de esgoto se apresentam insuficientes em Porto Velho, não abrangendo todas as regiões e acontecendo de forma insuficiente.

O censo 2000 demonstra que do total de 79.353 domicílios particulares permanentes existentes na cidade de Porto Velho, 76.182, ou seja, 96% apresentam banheiro ou sanitário e 3.171 ou 4% não apresentam banheiro ou sanitário.

Do total de 96% dos que apresentam banheiro ou sanitário, 7.436, ou seja, 9,76% apresentam escoamento sanitário em rede geral de esgoto ou pluvial. 43.732, ou seja, 57,40% possuem fossa séptica, 20.826, ou 27,33% fossa rudimentar, 2.698 ou 3,54% jogam seu esgoto em valas, 892, ou 1,17% despejam no rio e 598, ou 0,78% utilizam outra forma de escoadouro.

Quanto ao abastecimento de água os números não se apresentam melhores, do total de 79.353 domicílios particulares permanentes, 28.890, ou seja, 36,4% têm acesso à rede geral de abastecimento de água. Destes 25.578, ou 88,53% recebem a água da rede geral em pelo menos um cômodo, 3.312, ou 11,46% possuem água canalizada na propriedade ou no terreno.

As residências que tem seu abastecimento por poços ou nascentes totalizam 47.251, ou seja 59,54% do total de domicílios permanentes, onde 32.028, ou 67,78% tem a água do poço ou nascente canalizada em pelo menos um cômodo, 3.763, ou 7,96% tem água canalizada somente na propriedade, ficando 11.460 residências, ou seja 14,44% não apresentam água canalizada.

Estes dados do censo do ano de 2000 do IBGE apresentam uma realidade ainda pouco desenvolvida, principalmente em se tratando de serviços básicos de tratamento de esgoto e água potável.

Os números pouco se modificaram até o ano de 2008, porém mais uma vez a região de Porto Velho, apresenta-se dentro do contexto nacional como uma das alternativas para a resolução de problemas que se configuram em nível de Brasil.

Em virtude do grande potencial hídrico dos rios da Amazônia e de sua pouca exploração, o Rio Madeira foi o escolhido para comportar a construção de duas hidrelétricas; a de Santo Antônio e a de Jirau que deverá garantir a produção de energia para o Brasil, impedindo a ocorrência de um novo apagão no país.

Dentro destas políticas se incluem o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal) lançado em janeiro de 2007, que incorporará uma gama de ações até o ano de 2010.

O PAC é um programa que visa desenvolver o crescimento econômico, aumento de emprego e melhoria das condições de vida da população brasileira que se organizam em cinco blocos; 1- Investimento em Infra-Estrutura, 2- Estímulo ao crédito e ao financiamento, 3- Melhora do ambiente de investimento, 4- Desoneração e Aperfeiçoamento do sistema tributário, 5- Medidas ficais de longo prazo.

Os recursos do PAC para o município de Porto Velho ocorreram com mais intensidade nos investimentos em Infra-Estrutura, onde se encontram seus maiores problemas, fruto direto de todo o seu processo de urbanização e formação.

Quadro 25 – Recursos do PAC dirigidos ao Município de Porto Velho no ano de 2008.

| **Programa** | **Valor em real R$** |
|---|---|
| Saneamento e Urbanização | 105.300.00 |
| PAC/FUNASA | 14.000.00 |
| Construção de Habitações de Interesse Social (FNHIS) | 24.500.00 |
| Total | 143.800.00 |

Fonte: Plano Diretor de Porto Velho - 2008

Quadro 26 – Estimativo de repasse do PAC até o ano de 2016

| Anos | Receita Estimada (Milhões) |
|---|---|
| 2006 | 287,5 |
| 2007 | 312,8 |
| 2008 | 341,2 |
| 2009 | 370,4 |
| 2010 | 402,4 |
| 2011 | 432,9 |
| 2012 | 461,7 |
| 2013 | 490,0 |
| 2014 | 519,3 |
| 2015 | 548,2 |
| 2016 | 576,9 |

Fonte: Plano Diretor de Porto Velho 2008

Mas uma vez Porto Velho passará por um programa que visa resolver problemas construídos ao longo dos anos, devido a um processo de urbanização pseudo-planejado que veio como conseqüência da exploração dos recursos naturais e humanos da região.

Além disso, ninguém pode prever quais serão as conseqüências sociais e ambientais da construção das usinas para a cidade de Porto Velho, mas sabe-se que um novo ciclo econômico se institui e que este deixará suas marcas na cidade de Porto Velho, como tantos outros que fizeram parte de sua história.

## 5.6 Evolução da Mancha Urbana de Porto Velho

Para analisar a expansão da mancha urbana e seu comportamento nas últimas três décadas utilizou-se as imagens dos satélites da série Landsat. O primeiro satélite da série foi o Landsat 1 lançado em 23 de julho de 1972, permanecendo em operação até 01 de junho de 1978. Abaixo segue um quadro com os satélites desta série.

Quadro 27 - Satélites do Programa Landsat

| Sistema | Operação | Resolução |
|---|---|---|
| Landsat 1 | 23/07/1972 a 01/06/1978 | 80 metros |
| Landsat 2 | 22/01/1975 a 25/02/1982 | 80 metros |
| Landsat 3 | 05/05/1978 a 31/03/1983 | 80 metros |
| Landsat 4 | 16/07/1982 a 01/08/1993 | 80 metros |
| Landsat 5 | 01/03/1984 até hoje | 30 metros |
| Landsat 6 | 10/05/1993 a 10/05/1993 | 30 metros |
| Landsat 7 | 04/04/1999 a 2007 | 15 e 30 metros |

Fonte: Adaptado de NOVO (2008).

A imagem mais antiga disponível para a cidade de Porto Velho foi adquirida, livre de cobertura de nuvens, em 17 de maio de 1976 pelo Landsat 1. Esta imagem, como as demais utilizadas para esta análise, estão disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - http://www.dgi.inpe.br/CDSR.

Abaixo segue um quadro com as imagens utilizadas para analisar a evolução e o comportamento da mancha urbana da cidade de Porto Velho entre 1976 e 2008.

Quadro 28 – Imagens utilizadas na evolução da mancha urbana

| Satélite | Data | Resolução |
|---|---|---|
| Landsat 1 | 17/06/1976 | 80 m |
| Landsat 3 | 30/06/1978 | 80 m |
| Landsat 2 | 08/09/1980 | 80 m |
| Landsat 2 | 12/04/1981 | 80 m |
| Landsat 5 | 24/06/1984 | 30 m |
| Landsat 5 | 13/07/1985 | 30 m |
| Landsat 5 | 03/07/1987 | 30 m |
| Landsat 5 | 05/07/1988 | 30 m |
| Landsat 5 | 12/08/1990 | 30 m |
| Landsat 5 | 01/08/1992 | 30 m |
| Landsat 5 | 04/06/1994 | 30 m |
| Landsat 5 | 25/06/1996 | 30 m |
| Landsat 5 | 17/07/1998 | 30 m |
| Landsat 5 | 06/07/2000 | 30 m |
| Landsat 5 | 06/11/2004 | 30 m |
| Landsat 5 | 04/07/2005 | 30 m |
| Landsat 5 | 08/08/2006 | 30 m |
| Landsat 5 | 28/07/2008 | 30 m |

Para que a análise pudesse considerar os aumentos de área as imagens foram registradas utilizando como base a imagem do ano de 2008 resultando num conjunto devidamente georreferenciado.

As análises e quantificações do aumento da mancha urbana foram realizadas em Sistema de Informações Geográficas (SIG) e os resultados apresentados nos mapas que fazem parte do anexo I deste trabalho.

A cidade de Porto Velho na sua configuração atual encontra-se sub-dividida em 4 zonas, partindo da zona central composta pelo primeiro núcleo de ocupação temos a zona norte, sul e leste. Uma vez que a cidade surgiu às margens do Rio Madeira que foi o ponto de partida para o avanço da ocupação urbana da cidade.

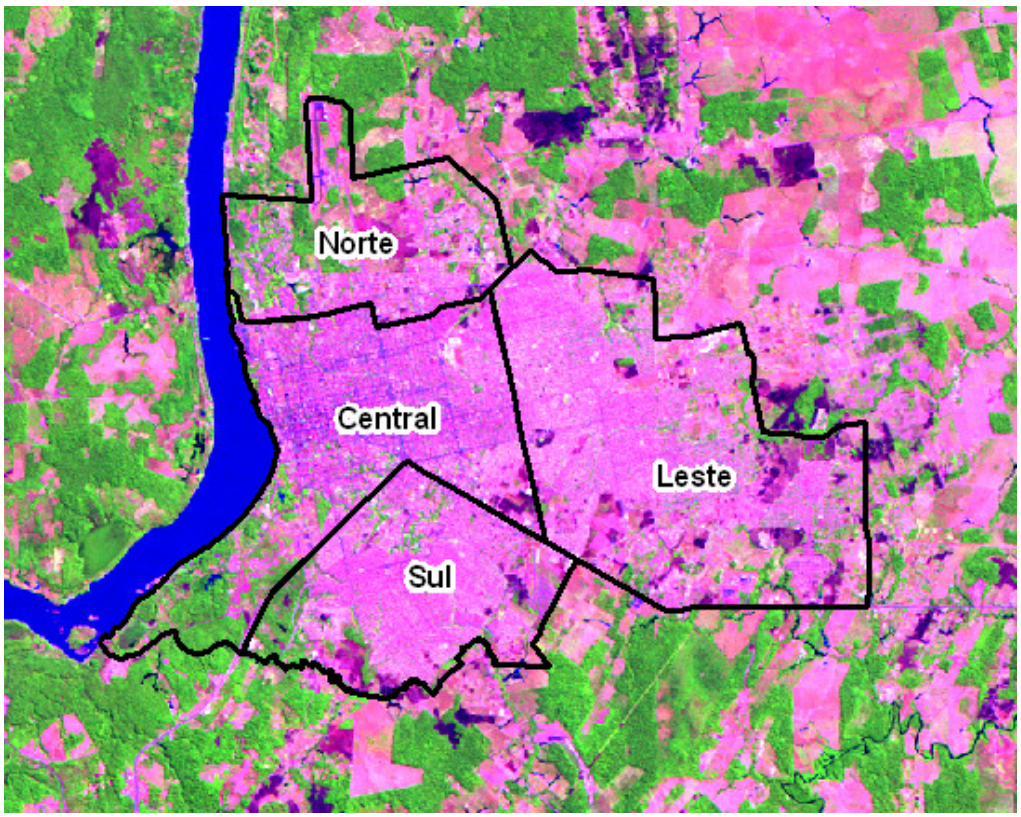
Considera-se como zona central o núcleo de ocupação inicial que parte, a Oeste das margens do Rio Madeira e seguem até a Avenida Guaporé a Leste, ao Norte delimitada pela Avenida Costa e Silva e ao Sul pelo BR-364.

Como zona Norte a porção que segue do sul pela Avenida Costa e Silva que dá acesso ao Porto e a balsa que permitem a travessia do Rio Madeira.

A zona Leste limita-se com a zona central a Oeste e ao Sul com a BR-364. A zona Sul trata-se da porção separada da zona central pela BR-364.

A figura 40 apresenta a divisão da cidade em 4 zonas.

Figura 40 – Imagem de satélite do ano de 2008 apresentando as quatro zonas




Atualmente a cidade de Porto Velho apresenta um total de setenta bairros que representam uma área de 116,90 Km² de perímetro urbano. A zona Central possui vinte e sete bairros, totalizando uma área de 32,19 Km². A zona Leste apresenta vinte bairros, comportando a maior área, o bairro Cidade Jardim que compreende 10,56 Km², dentro uma área de 43,07 Km². A zona Norte apresenta o menor número de bairros, totalizando sete que compreendem uma área de 19,35 Km², comporta, porém o segundo bairro em área o Cidade Nova que apresenta 7,84 Km². Ficando a zona Sul com um total de treze bairros que juntos totalizam 22,27 Km². Segue abaixo o quadro 28 contendo os bairros conforme as zonas que se localizam.

Quadro 29 – Bairros divididos por Localização e Área (Km²).

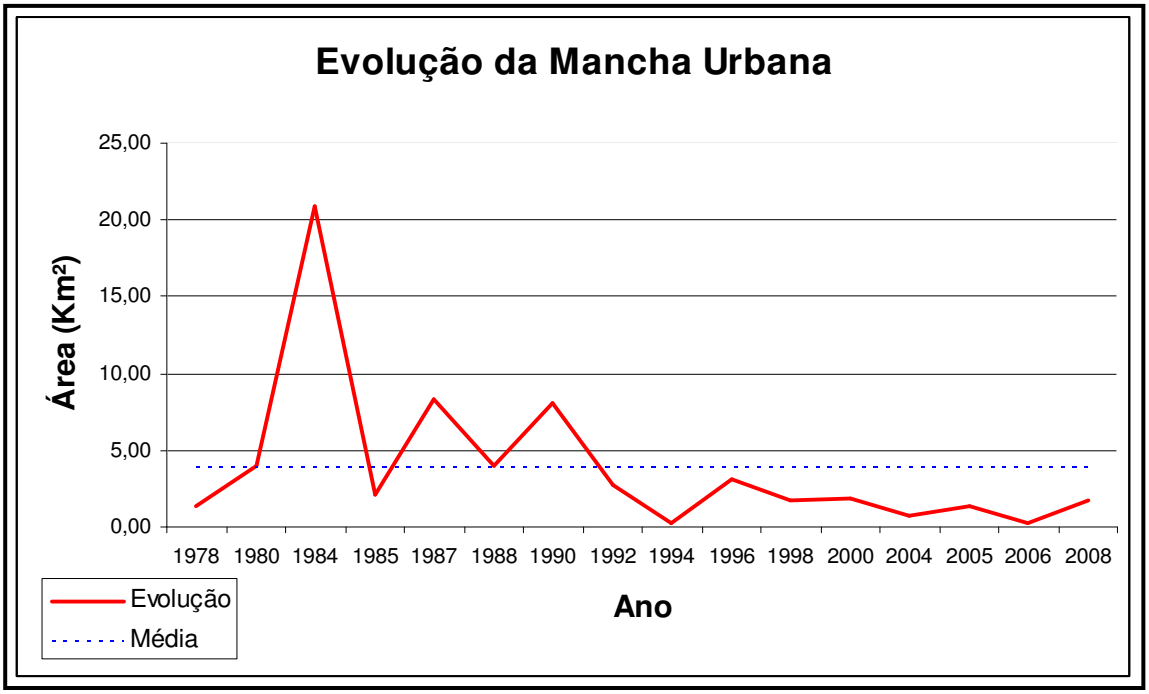
| Nome | Zona | Área (Km²) |
|---|---|---|
| Agenor de Carvalho | Central | 2,15 |
| Areal | Central | 0,92 |
| Arigolândia | Central | 0,39 |
| Baixa União | Central | 0,54 |
| Caiari | Central | 0,21 |
| Centro | Central | 1,07 |
| Embratel | Central | 1,85 |
| Flodoaldo Pinto | Central | 2,39 |
| KM-1 | Central | 0,16 |
| Lagoa | Central | 2,56 |
| Liberdade | Central | 0,84 |
| Mato Grosso | Central | 0,39 |
| Militar | Central | 3,74 |
| Mocambo | Central | 0,13 |
| Nossa Senhora das Graças | Central | 0,88 |
| Nova Porto Velho | Central | 2,29 |
| Olaria | Central | 1,11 |
| Panair | Central | 0,76 |
| Pedrinhas | Central | 0,76 |
| Roque | Central | 0,78 |
| Santa Bárbara | Central | 0,25 |
| São Cristovão | Central | 1,03 |
| São João Bosco | Central | 1,35 |
| Triangulo | Central | 4,95 |
| Tucumanzal | Central | 0,31 |
| Tupi | Central | 0,36 |
| Aponiã | Leste | 1,96 |
| Cascalheira | Leste | 0,90 |
| Cidade Jardim | Leste | 10,57 |
| Cuniã | Leste | 1,21 |
| Escola de Polícia | Leste | 0,51 |
| Esperança da Comunidade | Leste | 1,50 |
| Igarapé | Leste | 1,50 |
| Jardim Santana | Leste | 3,06 |
| Juscelino Kubitschek | Leste | 1,17 |
| Lagoinha | Leste | 2,00 |
| Marcos Freire | Leste | 0,88 |
| Mariana | Leste | 2,78 |
| Pantanal | Leste | 0,63 |
| Planalto | Leste | 1,03 |
| Ronaldo Aragão | Leste | 1,99 |
| São Francisco | Leste | 1,84 |
| Socialista | Leste | 2,22 |
| Tancredo Neves | Leste | 1,04 |
| Teixeirão | Leste | 0,63 |
| Tiradentes | Leste | 0,87 |

| | | |
|---|---|---|
| Três Marias | Leste | 3,17 |
| Ulisses Guimarães | Leste | 1,61 |
| Área Militar e Aeroporto | Norte | 1,98 |
| Costa e Silva | Norte | 1,16 |
| Industrial | Norte | 1,95 |
| Nacional | Norte | 4,18 |
| Nova Esperança | Norte | 7,85 |
| Rio Madeira | Norte | 1,17 |
| São Sebastião | Norte | 1,05 |
| Aeroclube | Sul | 2,91 |
| Areia Branca | Sul | 2,43 |
| Caladinho | Sul | 1,07 |
| Castanheira | Sul | 2,26 |
| Cidade do Lobo | Sul | 0,54 |
| Cidade Nova | Sul | 1,38 |
| Cohab | Sul | 1,66 |
| Conceição | Sul | 1,05 |
| Eldorado | Sul | 1,35 |
| Eletronorte | Sul | 1,17 |
| Floresta | Sul | 2,05 |
| Nova Floresta | Sul | 1,91 |
| Novo Horizonte | Sul | 2,52 |

### 5.6.1 A evolução do período 1976 a 2008

Após a reunião de todas as imagens no SIG, juntamente com os limites dos bairros, zonas e arruamento da cidade foram quantificadas, para cada ano com imagens disponíveis, as áreas de ampliação da mancha urbana.

O resultados estão resumidos no quadro e gráfico abaixo:




Quadro 30 – Evolução do avanço da Mancha Urbana

| Ano | Área (Km²) | Acumulado | Crescimento |
|---|---|---|---|
| 1976 | 17,92 | | |
| 1978 | 1,31 | 19,23 | 7,32% |
| 1980 | 3,93 | 23,16 | 20,45% |
| 1984 | 20,93 | 44,09 | 90,38% |
| 1985 | 2,14 | 46,23 | 4,84% |
| 1987 | 8,28 | 54,51 | 17,92% |
| 1988 | 3,92 | 58,43 | 7,20% |
| 1990 | 8,11 | 66,54 | 13,87% |
| 1992 | 2,74 | 69,28 | 4,12% |
| 1994 | 0,19 | 69,47 | 0,27% |
| 1996 | 3,16 | 72,64 | 4,56% |
| 1998 | 1,71 | 74,35 | 2,35% |
| 2000 | 1,83 | 76,17 | 2,46% |
| 2004 | 0,76 | 76,93 | 1,00% |
| 2005 | 1,35 | 78,29 | 1,76% |
| 2006 | 0,30 | 78,59 | 0,38% |
| 2008 | 1,78 | 80,37 | 2,27% |

Analisando os resultados percebe-se que a cidade de Porto Velho teve sua expansão da mancha urbana, considerando o intervalo das imagens disponíveis, mais acentuado durante a década de 1980, apresentando crescimento acima da média entre os anos de 1980 e 1990, com exceção de 1985 onde ampliou apenas em 2,14 Km².

A média de crescimento na cidade durante o período estudado foi de 11,32%. Se considerarmos as três décadas separadamente tem-se as seguintes médias de crescimento: 1980-1988 28,16%; 1990-1998 5,04%; 2000-2008 1,57%. É importante também salientar a média dos valores absolutos de crescimento para este mesmo período: 1980-1988 7,84 Km²; 1990-1998 3,18 Km²; 2000-2008 1,20 Km².

Desta forma pode-se concluir que o crescimento, tanto em percentuais como em área absoluta, foi mais acentuado na década de 1980, seguida pela década de 1990 e 2000. O ápice da expansão horizontal da cidade deu-se no ano de 1984 quando apresentou um avanço de 20,93 Km² o que representou um crescimento de 90,38%, ou seja, a área urbana da cidade praticamente dobou neste ano. Vale salientar que em decorrência da ausência de imagens entre 1981 e 1984 estes valores podem se apresentar um pouco exagerados, mas considerando que se trata de um intervalo de três anos mostra a tendência.

Outros dois anos em que a cidade apresenta um crescimento bem acima da média geral do período foram 1987 e 1990 com 8,28 e 8,11 Km² respectivamente. Estes valores são mais que o dobro da média do período, sendo que 1990 praticamente encerra o crescimento médio de mais de 7 Km², o que representava aumento anual de 25% em área que a cidade vinha vivenciando desde 1980.

Entre 1990 e 1994 o crescimento horizontal da área urbana foi reduzindo, chegando a se apresentar quase nulo em 1994. A partir desta queda a cidade não apresentou crescimento superior a 2 Km² até 2008, possivelmente pelo início da verticalização no processo de construção das habitações.

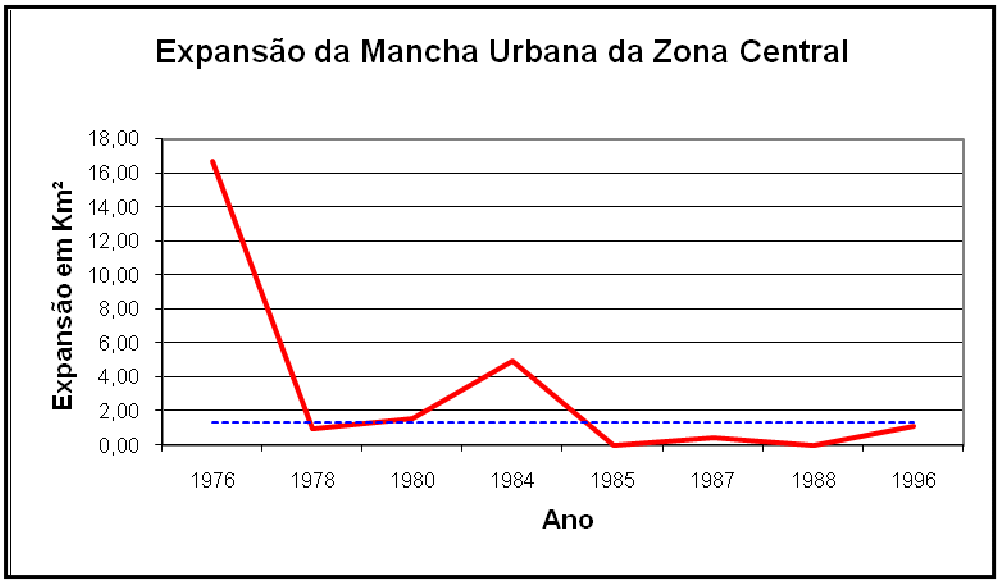
As décadas de 1990 e 2000, iniciadas pelos registros de 1992 até 2008 apresentaram um crescimento médio de apenas 2,13% por ano, ao longo do

período, o que em dados absolutos se converte numa expansão horizontal de 1,54 Km² por ano.

### 5.6.2 Zona Central

Quadro 31 – Evolução do avanço da Mancha Urbana – Zona Central

| Ano | Área (Km²) |
|---|---|
| 1976 | 16,69 |
| 1978 | 0,97 |
| 1980 | 1,58 |
| 1984 | 4,94 |
| 1985 | 0,01 |
| 1987 | 0,45 |
| 1988 | 0,00 |
| 1996 | 1,11 |
| Vazios Urb. | 6,44 |
| Total | 32,20 |




A zona central de Porto Velho no ano de 1976 quando se iniciou as análises possuía uma área de 16,70 Km² que compreendia a dezenove bairros (Areal, Arigolândia, Baixa União, Caiari, Centro, Embratel, KM-1, Liberdade, Mato Grosso, Mocambo, Nossa Senhora das Graças, Nova Porto Velho, Olaria, Panair, Pedrinhas, Roque, Santa Bárbara, São Cristóvão, São João Bosco) dos vinte e sete que compreendem a zona central atualmente.

Do ano de 1976 até o ano de 1984 a ocupação urbana avançou sobre os bairros Flodoaldo Pontes Pinto e Agenor de Carvalho na direção Leste e ao Sul ocorreu o avanço sobre os bairros Tupi, Tucumanzal e Militar alcançando 24,17 Km² apresentando um avanço de 44% de área.

O avanço na zona central apresentou-se de maneira insignificante até o ano de 1988, com um crescimento de 0,44 Km², onde os bairros apenas expandiram-se em direção a zona Leste ocupando os poucos remanescentes que sobraram sobre o bairro Lagoa.

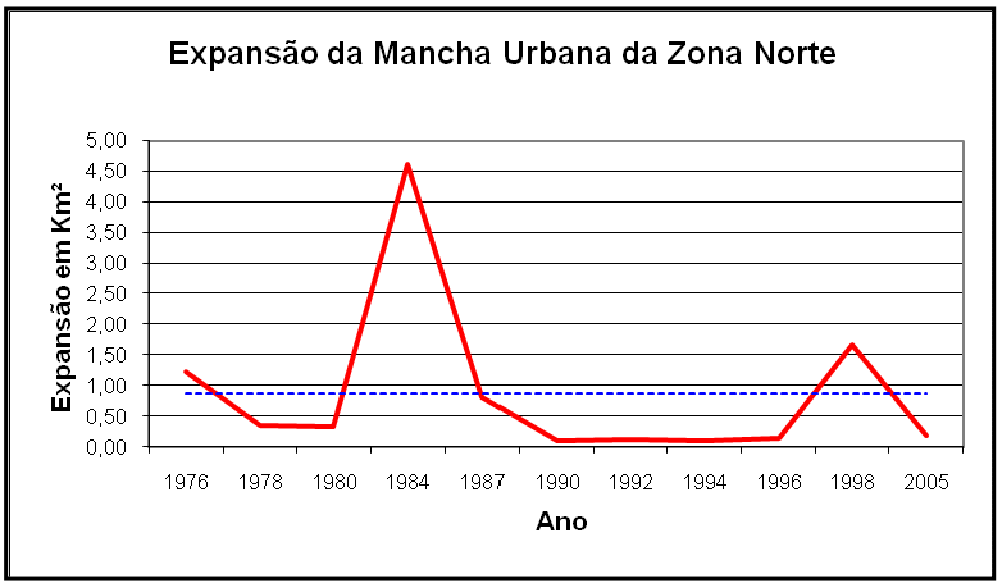
De 1988 em diante a zona Central não apresentou crescimento da mancha urbana até o ano de 1996 quando se iniciou a expansão da ocupação no bairro Lagoa com acréscimo de 1,12 Km² de área.

Apesar de não haver evolução significativa desde 1988 da mancha urbana na zona central os bairros Lagoa, Triângulo e Militar apresentam 0,30 Km², 4,39 Km² e 1,75 Km², respectivamente, de vazios urbanos no ano de 2008.

### 5.6.3 Zona Norte

Quadro 32 – Evolução do avanço da Mancha Urbana – Zona Norte

| Ano | Área (KM²) |
|---|---|
| 1976 | 1,22 |
| 1978 | 0,35 |
| 1980 | 0,33 |
| 1984 | 4,61 |
| 1987 | 0,80 |
| 1990 | 0,10 |
| 1992 | 0,10 |
| 1994 | 0,09 |
| 1996 | 0,14 |
| 1998 | 1,65 |
| 2005 | 0,17 |
| Vazios Urb. | 9,81 |
| Total | 19,36 |




A zona Norte é composta atualmente pelos bairros; Nacional, Rio Madeira, Nova Esperança, Área Militar e Aeroporto, Industrial, São Sebastião e Costa e Silva.

No ano de 1976 a zona Norte apresentava-se com uma expansão da zona central de apenas 1,22 Km², sobre os bairros São Sebastião, Costa e Silve e Industrial.

De 1978 a 1980 o crescimento foi de respectivamente 0,34 Km² e 0,32 Km² sobre os bairros Rio Madeira e Industrial. Foi no ano de 1984 que ocorre o

maior avanço que atinge 4,60 Km², onde 2 Km² correspondiam ao crescimento do bairro Industrial, Costa e Silva e Rio Madeira e 2,60 Km² completando a ocupação do bairro São Sebastião e avançando sobre o bairro Nacional.

O ano de 1987 apresenta um crescimento de 0,8 Km² sobre o bairro Nacional. Entre os anos de 1990 a 1996 o crescimento foi pouco significativo com um acréscimo de apenas 0,42 Km².

É no ano de 1998 que aparecem três novas áreas sobre o bairro Nacional totalizando um crescimento de 1,65 Km².

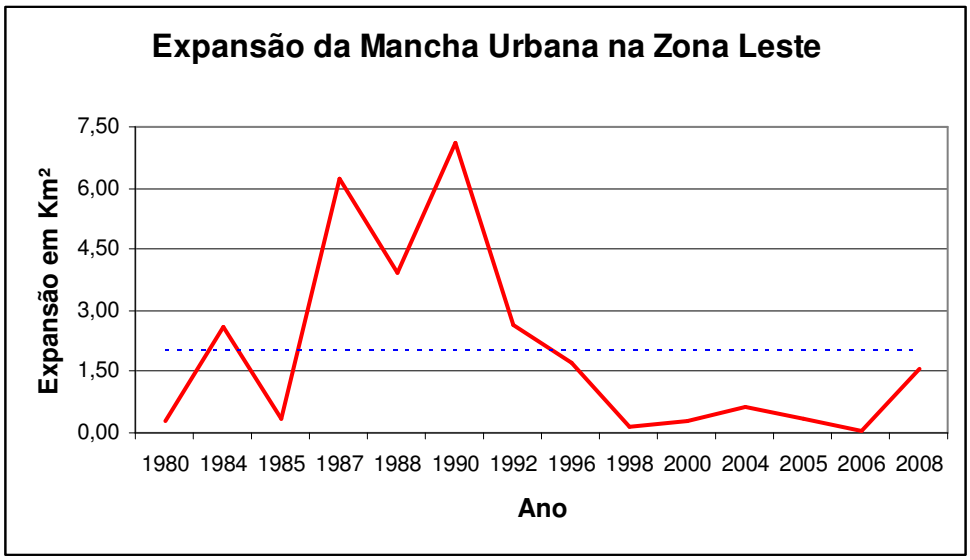
A ampliação da mancha urbana na zona Norte encerra-se com o aumento de uma área de 0,17 Km² no bairro Industrial, próximo a Avenida Rio Madeira, possivelmente pelo surgimento de um condomínio fechado que incorporou área de uso rural por meio do loteamento urbano.

A Zona Norte apresenta, atualmente, uma área de 9,80 Km² não urbanizadas que se destinam ao uso militar. São em geral as áreas circundantes a região do aeroporto da cidade, uma área no bairro Nacional próximo ao Rio Madeira e os remanescentes não ocupados intensamente no bairro Nova Esperança.

### 5.6.4 Zona Leste

Quadro 33 – Evolução do avanço da Mancha Urbana – Zona Leste

| Ano | Área (Km²) |
|---|---|
| 1980 | 0,29 |
| 1984 | 2,60 |
| 1985 | 0,33 |
| 1987 | 6,22 |
| 1988 | 3,92 |
| 1990 | 7,09 |
| 1992 | 2,64 |
| 1996 | 1,70 |
| 1998 | 0,16 |
| 2000 | 0,29 |
| 2004 | 0,66 |
| 2005 | 0,33 |
| 2006 | 0,07 |
| 2008 | 1,59 |
| Vazios Urb. | 15,18 |
| Total | 43,07 |




A década de 1980 caracteriza-se por uma pequena expansão de 0,3 km² sobre o bairro Tiradentes e Lagoinha, dando inicio do processo de expansão da zona Leste apenas como um extravasamento da zona Central.

Os anos de 1984 e 1985 apresentaram uma expansão de 2,93 Km² dando surgimento aos bairros Cuniã, Igarapé e Aponiã. Deste total, 0,5 Km² ocorreram no bairro Cidade Jardim, as margens da BR-364.

Em 1987 ocorreu a segunda maior expansão em área da zona Leste, totalizando 6,22 Km². Neste ano surgiram na sua totalidade os bairros

Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Ainda ocorreram ampliações sobre os bairros Cascalheira, Três Marias, Aponiã, Lagoinha. Temos ainda a ocupação dos remanescentes dos bairros Igarapé e Cuniã.

O ano de 1988 apresentou um avanço de 3,92 Km², sobre os bairros São Francisco, Mariana e Socialista sendo neste mesmo ano o surgimento destes bairros.

Em 1990 a zona Leste apresentou o seu maior contingente de ampliação totalizando 7,09 Km² que ocorrerem sobre remanescentes do bairro Cascalheira, São Francisco, Lagoinha e Tiradentes, além de uma porção do bairro Aponiã.

Neste período surgem os bairros Esperança da Comunidade, Escola de Polícia e Pantanal. Na sua porção mais afastada do centro da capital surgem os bairros Ulisses Guimarães, Marcos freire e Ronaldo Aragão que situam-se a pelo menos 14 Km do ponto inicial de ocupação da cidade.

Em 1992 a expansão alcançou um crescimento de 2,64 Km² sobre os bairros Socialista e Jardim Santana, bem como sobre os bairros Mariana, São Francisco e Aponiã. Neste mesmo ano ocorreu a ocupação dos últimos remanescentes do bairro Três Marias e Lagoinha.

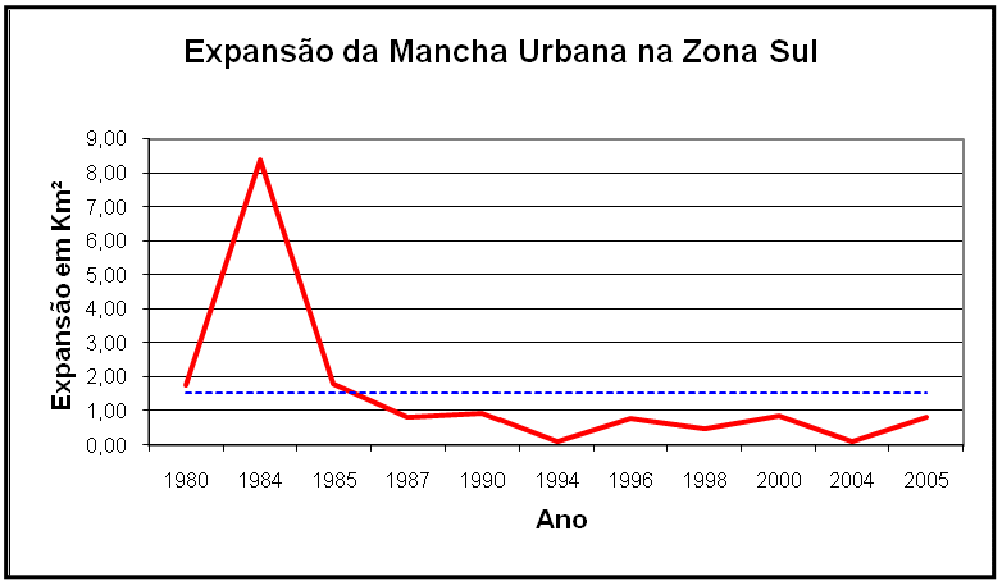
O ano de 1996 foi marcado por um crescimento de 2,64 Km² fechando a expansão dos bairros Mariana e Socialista, além de áreas sobre o bairro Jardim Santana e a ocupação dos últimos remanescentes do bairro Aponiã.

A partir de 1998 até o ano de 2008 a expansão sobre a zona Leste diminui apresentando em um intervalo de dez anos a expansão de apenas 3,10 Km² se apresentando de maneira mais dispersa, exceto por um grande núcleo no bairro Cidade Jardim e Três Marias. Neste período temos a ocupação dos últimos remanescentes do bairro Mariana e São Francisco.

### 5.6.5 Zona Sul

Quadro 34 – Evolução do avanço da Mancha Urbana – Zona Sul

| Ano | Área (KM²) |
|---|---|
| 1980 | 1,73 |
| 1984 | 8,37 |
| 1985 | 1,79 |
| 1987 | 0,80 |
| 1990 | 0,91 |
| 1994 | 0,09 |
| 1996 | 0,77 |
| 1998 | 0,46 |
| 2000 | 0,85 |
| 2004 | 0,10 |
| 2005 | 0,80 |
| Vazios Urb. | 5,59 |
| Total | 22,28 |




O ano de 1980 marca o início da ocupação da zona sul, com uma ampliação a partir da zona Central na região de bifurcação do fluxo rodoviário em direção a Manaus e Rio Branco. Esta ampliação ocorre sobre o bairro Floresta e totaliza 1,73 Km².

O ápice de expansão da zona Sul ocorre no ano de 1984, com um total de crescimento de 8,37 Km², quando surgem na sua totalidade os bairros Nova Floresta, Embratel, Conceição e Cidade do Lobo. Além do surgimento da maior parte do bairro El Dorado, cerca da metade do bairro Caladinho, Aeroclube e Novo Horizonte.

Em 1985 temos um crescimento de 1,79 Km² com a finalização da ocupação sobre o bairro Caladinho e as primeiras áreas ocupadas sobre o bairro Cohab e Castanheira.

O ano de 1987 vai marcar o início de um crescimento em menor proporção e mais espacialmente dividido, atingindo 0,8 Km², com a expansão gradual sobre os bairro Cohab, Castanheira e El Dorado. Esta expansão ocorre até o ano de 1990, tendo um novo momento em 2005, quando estes bairros têm sua expansão completada.

Do ano de 1994 ao ano de 2004 temos um acréscimo de 2,28 Km² sobre os bairros Aeroclube, Novo Horizonte. O bairro Novo Horizonte surge neste momento tendo sua ocupação completada entre os anos de 1996 e 1998.

A partir do ano de 2004 até 2008 temos um crescimento de 0,8 Km², crescimento considerado pequeno se levado em consideração os demais intervalos.

As áreas remanescentes da zona Sul localizam-se na borda mais distante da zona em relação a zona Central, totalizando uma área de 5,59 Km². Estas áreas correspondem às chácaras concentradas principalmente nos bairros Areia Branca e Novo Horizonte.

## CONCLUSÕES

A construção dos espaços urbanos de Porto Velho sempre esteve atrelada aos ciclos econômicos que foram implantados na Amazônia, por estar inserido neste contexto vivenciou esta prática.

A análise da construção dos espaços urbanos de Porto Velho não pode ser dissociada das políticas de incorporação da Amazônia e de seus desdobramentos em Rondônia que contribuíram para a construção das espacialidades de Porto Velho.

O estado de Rondônia vivenciou intensamente esses processos, e Porto Velho como a capital do Estado se beneficiou de todos os aspectos positivos e negativos, passando a representar a partir das suas espacialidades, como seu processo de urbanização se estruturava em cada um destes períodos.

Dentro desta perspectiva a urbanização apresentou-se difusa, carente de equipamentos urbanos por estar inserida num processo de atendimento às necessidades externas e não a fixação do contingente populacional vinculado a atividades produtivas efetivas da região, mas sim de ciclos ou momentos onde carreou-se os recursos naturais da região para atender o mercado externo ou o centro-sul industrializado do país.

Sendo assim, o processo de periodização proposto foi à forma mais completa de tentar englobar todos os aspectos que fizeram parte da construção dos espaços urbanos de Porto Velho.

O processo de urbanização de Porto Velho assim como o que aconteceu na Amazônia, iniciou a partir dos primeiros núcleos de povoamento que foram os embriões do processo de urbanização. Este processo inicia em Porto Velho com a implantação dos núcleos missionários no Rio Madeira no século XVII, porém somente após a implantação do primeiro ciclo da borracha que se efetiva a urbanização.

A expansão do capitalismo industrial e financeiro mundial é o fator determinante neste período, o investimento do capital monopolista em construção de infra-estrutura e exclusividade de operacionalização de matéria-prima, que ocorreu através da construção das linhas telegráficas inicialmente e

posteriormente a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, foram os fatores que responsáveis pelo início do processo de urbanização de Porto Velho.

Este fator vai impor uma característica importante a urbanização de Porto Velho, que diferente do ocorrido na Europa, onde a urbanização teve como indutor a industrialização, vai ter como indutor do seu processo de urbanização a construção de um empreendimento na área dos transportes que visava o escoamento de matéria- prima.

Porto Velho teve desde o início da construção de seus espaços urbanos associada a imposição de ciclos econômicos, a exploração de recursos naturais e minerais, de tratados ou acordos sempre voltados para suprir a necessidades externas.

Os tratados eram a forma inicial por meio do qual se estabelecia a exploração dos recursos de Porto Velho, por referir-se a relações entre países uma vez que os recursos estavam voltados a satisfação das necessidades externas.

Estes tratados passaram a ter uma nova conotação quando o foco de exploração da Amazônia passou a atender às necessidades do Brasil, passando a serem chamados de Planos, visando estabelecer políticas que garantissem a efetiva exploração dos recursos, pouco contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

As políticas implantadas na cidade de Porto Velho , seja como formas de manutenção do mercado externo ou interno não estiveram em consonância com a realidade local, construindo espaços não condizentes com a cultura local, que ficaram na maioria das vezes inacabados.

Dentro deste contexto, Porto Velho em pleno século XXI apresenta índices de serviços básicos (água encanada, iluminação elétrica, tratamento de esgoto) muito abaixo da média para uma capital, além de sérios problemas sociais e urbanos.

Apesar destas políticas apresentarem-se antigas elas ainda continuam sendo aplicadas na cidade, agora com uma nova roupagem, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, lançado em 2007, que incorporará uma gama de ações até o ano de 2010.

Dentre os investimentos do PAC para o município, os em infra-estrutura serão os mais priorizados e visam solucionar problemas no processo de formação e urbanização da cidade, fruto do seu desenvolvimento que esteve sempre atrelado a exploração de recursos e a satisfação de necessidades externas as suas, sem considerar as especificidades da dinâmica local.

É necessário conhecer a dinâmica do espaço local, para desenvolver políticas que estejam de acordo com as reais necessidades e que contribuam para o desenvolvimento real de Porto Velho.

## BIBLIOGRAFIA


BANCO MUNDIAL 1981. *Staff Appraisal Report, Brazil Northwest Region Development Program, First Phase: Agricultural Development and Environmental Protection Project,* Report nº 3512a-BR (August 11, 1981), Projects Department, Latin American and Caribbean Regional Office,. Washington: The World Bank.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia na estrutura espacial do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro,36/2,abril/jun.1974, p.3-36.

BECKER, Bertha K **A propósito de um modelo de ocupação racional da Amazônia**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro,38/1,jan./mar. 1976, p.137-141.

BECKER, Bertha K. **Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro,40/1,jan./mar. 1978p.168.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Àtica, 1998.112p.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica na virada do III milênio.** São Paulo: Àtica, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CAIARI, onde bate o coração da cidade. **O Estadão do Norte**, Porto Velho, 09 fev. 1998. Comunidade, p. 3.

CARVALHO, R. **A Amazônia Rumo ao "Ciclo da Soja"**. Amazônia Papers. Amigos da Terra-Programa Amazônia. Setembro 1999, 8 pp.

CORREA, Roberto Lobato. **A Periodização da Rede Urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 49/3, jul./set. 1987, p.39-68.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, W.M. DA. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. Ed. Contexto. 1997. 7º Ed. 83 pp.

DAVIDOVICH, Fany. **Escalas de Urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 40/1,jan./mar. 1978.p.168.

DAVIDOVICH, Fany. T**endências da Urbanização no Brasil, uma Análise Espacial**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 51/1,jan./mar. 1989. 124 p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares apud AB'SABER, AZIZ "Fundamentos geográficos da história brasileira" in **História Geral da Civilização Brasileira**. 8ª.ed. t. 1 v. 1. Direção de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 61.
NOVO, **Evelyn** .M. L. de **Moraes**. **Sensoriamento Remoto**. Princípios e Aplicações. São Paulo: Edgard. Blucher, 2002. 2 ª edição.

FIEBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: FIBGE, vol. 50, 1979.

HARVEY, David**. A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David**. A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David**. Condição Pós-Moderna.** 15ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes da Trindade. **A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 46/(3/4), jul.dez. 1984.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes da Trindade**. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia.** *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 46/(3/4), jun.dez. 1985.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes da Trindade. **Os colonos de Rondônia: Conquistas e Frustrações.** *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 47/(3/4), jun.mar. 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional. Rio de Janeiro. 1950

_____ Censo Populacional. Rio de Janeiro. 1960

_____ Censo Populacional. Rio de Janeiro. 1970

_____ Censo Populacional. Rio de Janeiro. 1980

_____ Censo Populacional. Rio de Janeiro. 1990

_____ Censo Populacional. Rio de Janeiro. 2000

YARA, Vicentin. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

KITAMURA, P.C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Ed. EMBRAPA – SPI 1º ed. 1994,p.182

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Documento Ltda., 1969.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução Urbana**. 2. Reimpressão. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 2004.

MACHADO, Osório Lia. **Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 55/1,jan./dez. 1993. 216 pp.

MAHAR, D. J. 1983. "**Development of the Brazilian Amazon: Prospects for the 1980s" in: *The Dilemna of Amazonian Development.* E. F. Moran** , ed., Boulder, CO: Westview Press.

MILLIKAN, Brent H., ***Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e Políticas Públicas no Estado de Rondônia:*** *Oportunidades, Limites e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável* Governo de Rondônia, SEPLAN, PNUD/PLANAFLORO, Porto Velho, janeiro 1998.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **Geografia de Rondônia: espaço & produção**. 3 ed., Porto Velho: Dinâmica, 2005, 203 pp..

PEDLOWSKI, Marcos, DALE, Virginia and MATRICARDI, Eraldo. **The creation of protected areas and the limits of environmental conservation in Rondônia**. *Ambiente e Sociedade.*, July/Dec. 1999, no.5, p.93-107.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral . **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna.** 3ª. ed. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. 138 p.

PLANAFLORO. Rondônia: Governo do Estado de Rondônia, 1998 – disponível em: http://pesquisa.rondonia.ro.gov.br/index3.html (acessado em 22/02/2007)

PNUD – Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Levantamento Socioeconômico de Rondônia, Porto Velho. PNUD

SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2001.202p.

SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1965.

_____ **A Urbanização Desigual:** A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980. 128p.

_____**Espaço e Sociedade**. 2.ed. Petropolis: Vozes,1982.

_____**Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____**Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 9)

_____**A Urbanização Brasileira**. 5ª.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____**A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SECEL. Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. **Gente de Rondônia – Personagens da nossa História**. Porto Velho, 2001. 137 pp.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia: Porto Velho**. Porto Velho: Palmares, 1991. 140 pp.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 12ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TAVARES, João. CAIARY já foi o bairro da elite de Porto Velho; hoje está mudado. **Alto Madeira**, Porto Velho, 15 jan. 1990. Caderno 2.

TOCANTINS, Leandro. **"Amazônia**, Natureza, Homem e Tempo", Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro; **História Regional: Rondônia.** 3 ed., Porto Velho: Rondoniana, 2002, 232 p.

Sites Pesquisados

http://pesquisa.rondonia.ro.gov.br/index3.html

http://www.ibge.gov.br

http://www.dgi.inpe.br/CDSR.

# ANEXOS